

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**COLONIZAÇÃO ESTATAL NO NOROESTE PAULISTA:
FAZENDA JACYLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE
MERIDIANO-SP**

REOLARDE RAMALHO BARBUDO

**Presidente Prudente
2002**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**COLONIZAÇÃO ESTATAL NO NOROESTE PAULISTA:
FAZENDA JACYLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE
MERIDIANO-SP**

Reolarde Ramalho Barbudo

Orientador: Prof. Dr. Márcio Antônio Teixeira

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente
2002

REOLARDE RAMALHO BARBUDO

**COLONIZAÇÃO ESTATAL NO NOROESTE PAULISTA:
FAZENDA JACYLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE
MERIDIANO-SP**

Dissertação para obtenção do Título de Mestre

Banca Examinadora

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Márcio Antônio Teixeira

2º Examinador: Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol

3º Examinador: Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Presidente Prudente (SP), 21 de março de 2002.

Aos meus pais, Manoel e Carmen, pioneiros destas terras.

Ao João, companheiro de caminhada por opção,

às nossas filhas, Mônica e Glenda e

às nossas netas, Liana e Laís,

pelo apoio incondicional

nesta empreitada.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desse trabalho só foi possível graças à colaboração de grande número de pessoas, às quais agradeço e, em particular:

Ao Prof. Dr. MÁRCIO ANTÔNIO TEIXEIRA, pela orientação, incentivo, confiança, paciência e respeito;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da F.C.T.-UNESP, que, de uma maneira ou outra, possibilitaram um crescimento intelectual;

Ao Prof. Dr. Armando Pereira Antônio e Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol, pelas contribuições e sugestões no momento da realização do Exame de Qualificação;

À Fundação Educacional de Fernandópolis, na pessoa da Profa Dirce Baldini, pelo apoio, cooperação e auxílio econômico;

Ao Prof. Amadeu Pessotta, pela revisão gramatical do texto, do Projeto de Pesquisa e da Dissertação;

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação Ana, Márcia, Valmir e Marcos, pelo atendimento simpático e eficiente a nossas solicitações;

A todos os funcionários da biblioteca;

Aos meus amigos Celso, André e Sedeval, com os quais dividi casa, comida, combustível, preocupações e angústias durante todo o período de realização dos créditos;

Aos colegas e amigos do dia-a-dia Antônio, Rosa, Beco, Eliane, Lourdes, Gilberto, Peta e Casari pela compreensão, apoio e carinho;

Aos companheiros que auxiliaram durante o trabalho de campo José Renato, Eleusa, Denise e a Elaine, pelo apoio e por atender às nossas solicitações com o trabalho de digitação e elaboração dos gráficos nos momentos difíceis;

Às minhas irmãs Draile e Shyrlei, pelo apoio de todos os momentos.

Aos entrevistados e a todos os sítiantes da Fazenda Jacylândia, pela boa vontade com que nos atenderam durante o trabalho de campo;

A todos os colegas do curso de Pós-Graduação, pelo convívio carinhoso, pela possibilidade de reflexões, discussões e crescimento;

E... mais uma vez...ao Celso, colega e amigo de todas as horas.

Acreditem, nada seria possível sem vocês.

SUMÁRIO

ÍNDICE.....	vii
ÍNDICE DE TABELAS	ix
ÍNDICE DE FIGURAS.....	x
LISTA DE SIGLAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	01
I – O TERRITÓRIO DE MERIDIANO	08
II – DA OCUPAÇÃO A COLONIZAÇÃO	33
III – A DINÂMICA ECONÔMICA E OS IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO	67
IV – O NOVO RURAL	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
BIBLIOGRAFIA	140
ANEXOS	148

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
I - O TERRITÓRIO DE MERIDIANO	09
1.1. Caracterização geral	09
1.2. Histórico da ocupação da região	14
1.3. A Fazenda Jacylândia: o processo de ocupação	28
II - DA OCUPAÇÃO À COLONIZAÇÃO	34
2.1. A Fazenda: objeto da colonização	36
2.2. O perfil atual da Fazenda	49
2.3. O perfil da população residente	55
III - A DINÂMICA ECONÔMICA E OS IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO DA FAZENDA JACYLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO.....	68
3.1. Estrutura produtiva agrícola do município de Meridiano	69
3.1.1. Estrutura fundiária	69
3.1.2. O regime de exploração das terras	73
3.1.3. A utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários	76
3.2. Estrutura produtiva agrícola da Fazenda Jacylândia	79
3.2.1. Estrutura fundiária da Fazenda Jacylândia	79

3.2.2.	Regime de exploração das terras e condição do produtor	86
3.2.3.	A utilização da terra na Fazenda Jacylândia	91
3.3.	A produção agropecuária no município e na Fazenda Jacylândia.....	93
3.3.1.	As áreas de cultivo e as principais lavouras no município de Meridiano.....	93
3.3.2.	A produção pecuária no município de Meridiano	96
3.3.3.	A produção da Fazenda Jacylândia e seu destino	100
3.3.3.1	As lavouras	100
3.3.3.2	Pecuária na Fazenda Jacylândia	103
3.4.	A utilização da assistência técnica, máquinas e implementos, agricultura e insumos modernos	107
IV -	O NOVO RURAL	115
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
	BIBLIOGRAFIA	141
	ANEXOS	148
	ANEXO 01	149
	ANEXO 02	158
	ANEXO 03	159
	ANEXO 04	160
	ANEXO 05	163

ÍNDICE DE TABELAS

Nº		
01	Número de residentes na propriedade	61
02	Estrutura fundiária correspondente a 60 propriedades da Fazenda Jacylândia	81
03	Estrutura fundiária da fazenda Jacylândia	82
04	Ocupação da força de trabalho	88
05	Produção das principais lavouras no município de Meridiano 1960-1995/6	95
06	Produção de leite e número de vacas ordenhadas no município de Meridiano – sp 1960 – 1995/6	99
07	O destino da produção pecuária	106
08	Número de tratores do município de Meridiano, por faixas de potência 1960 – 1995/6	109

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº		
01	Mapa – Localização da Fazenda Jacylândia nos municípios de Meridiano e Valentim Gentil.....	11
02	Mapa – Planta de situação da Fazenda.....	12
03	Dinâmica populacional do município de Meridiano.....	13
04	Mapa – Limites das glebas e de fazendas da Alta Araraquarense.....	22
05A	Foto – Precariedade da moradia e seus anexos.....	50
05B	Foto – Abandono das instalações do curral e a precariedade da horta. Inadequação do terreiro de café ao sistema agrícola vigente.....	50
06	Foto – Aspectos de uma propriedade que tem, de forma dominante, a função de residência de familiares - “dormitório”.....	52
07	Foto – Observam-se Investimentos em infra-estrutura e adequação dos anexos ao sistema agrário e aos novos usos.....	53
08	Composição etária dos proprietários.....	56
09	Nível de instrução dos proprietários.....	58
10	Local de moradia anterior dos produtores.....	59
11	Condição do produtor anterior à vinda para a Fazenda Jacylândia.....	59
12	Estado de origem dos sitiantes (ocupantes atuais das terras) Fazenda Jacylândia.....	60
13	Tempo em que detém a posse da terra.....	62
14	Estrutura fundiária do município de Meridiano –1960 – 1995/6	72
15	Condição do produtor no município de Meridiano –1960-1995/6..	75
16	Utilização das terras no município de Meridiano - 1960-1995/6....	78

17	Mapa – Fazenda Jacilândia – 26/05/1976.....	83
18	Mapa – Fazenda Jacilândia – Companhia Energética de São Paulo (CESP).....	85
19	A utilização da terra na Fazenda Jacylândia.....	92
20	Efetivo bovino do município de Meridiano: 1960 –1995/6.....	97
21	Fontes de energia usada para irrigação.....	102
22	Instalações para ordenha (nº de propriedades).....	104
23	Manejo sanitário do rebanho.....	105
24	Número de estabelecimentos agropecuários com utilização de defensivos (animais e vegetais), adubos químicos e calcário no município de Meridiano-SP 1960-1985	108
25	Números de arados de tração animal e de tração mecânica no município de Meridiano 1960-1995/6	110
26	Utilização de assistência técnica.....	111
27	Financiamentos.....	112
28	Foto – Aspectos de propriedade com adequação aos novos usos – depósito de carros velhos e batidos.....	120
29	Foto – Pesque e Pague em propriedade onde se observa a adequação aos novos usos	124
30	Renda familiar na Fazenda Jacylândia.....	127
31	Anexo 03 –” Folder” – Aluga-se: Chácara de Lazer	159

LISTA DE SIGLAS

ARA	Assessoria de Revisão Agrária
CESP	Companhia Energética do Estado de São Paulo
FIBGE	Fundação e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
SA	Secretaria do Estado
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SISF	Serviço de Inspeção do Estado de São Paulo
PLANAF	Planejamento Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a análise dos movimentos de ocupação pelas frentes pioneiras de colonização (1940-1960), que contribuíram para a apropriação e valorização das terras do Noroeste Paulista, identificando o momento dos conflitos reivindicatórios e o papel dos órgãos públicos na consolidação do projeto de colonização da Gleba 06 – Fazenda Jacylândia no município de Meridiano, estado de São Paulo. O estudo revela a evolução da estrutura agrária e fundiária, seu suporte legal no tocante a Fazenda, município e região, e analisa a situação atual dos sítiantes-residentes da Fazenda face às políticas agrárias vigentes. A localização da Fazenda (proximidade dos núcleos urbanos), o desgaste da terra, o predomínio do minifúndio, a morosidade das decisões políticas do Estado, a falta de recursos econômicos, apontou para a busca de alternativas e estratégias de sobrevivência e inclusões de atividades não-agrícolas que apontam para um “novo rural” - polissêmico.

Palavras chave: frentes de expansão e pioneira, colonização, “novo rural” ,

ABSTRACT

This work has as its purpose to analyse the movements of occupation done by the pioneer fronts of colonization (1940 – 1960), that contributed for the possession and valuation of the lands on Noroeste Paulista, by identifying the moments of the reivindicative conflicts and the role of the public organisms for the consolidation of the colonization project of the Glebe 6 – Jacylândia Farm, in the municipality of Meridiano, São Paulo state. This study shows the evolution of the agrarian, landed structure, its legal support concerning to the Farm, the municipality and the region, and it evaluates the present situation of the small farmers living on the Farm before the agrarian politics in vigor. The localization of the Farm (near the urban nuclei), the wearing of the lands, the prevalence of the small properties, the slowness of the political actions of the State, the lack of economic funds indicated the search of options and survival strategies through the non-agricultural activities that pointed towards a polysemic “new rural”.

Key-words: fronts of expansion, pioneer fronts, colonization, “new rural”.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO:

Muito material valioso tem sido preparado e acumulado nos departamentos estaduais de terras e colonização e está aguardando apenas a coleta, classificação e interpretação. Além disso, é necessário obter experiência e observações pessoais em todas as áreas colonizadas, a fim de se conseguir um conhecimento de primeira mão sobre a colonização no Brasil, seus êxitos e seus malogros. (WAIBEL, 1979, p. 225)

... Logo, desde o princípio até hoje, a colonização no Brasil tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo central das províncias ou estados, e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente. Por conseguinte os métodos aplicados e os resultados alcançados diferem muito de acordo com o tipo de colonização. (WAIBEL, 1979, p. 233)

As citações que iniciam este trabalho demonstram o objeto e método de estudo utilizado nesta pesquisa que se propôs desvendar o processo de colonização, viabilizado pelo Estado na região Noroeste Paulista na década de 70, aprofundando reflexões sobre desdobramentos territoriais através da colonização, utilizando como recorte territorial para a análise o município de Meridiano, mais precisamente o projeto de colonização da Jacylândia¹, com as atenções voltadas para as relações sociais de trabalho e de territorialidade dos conflitos e lutas pela posse da terra.

O estudo em questão desenvolveu-se de acordo com os objetivos:

¹ Optou-se pelo uso da grafia Jacylândia, uma vez que essa forma aparece com mais frequência nos documentos levantados.

- compreender o movimento de ocupação pelas frentes pioneiras de colonização (1940-1960), que contribuíram para a apropriação e valorização das terras do Noroeste Paulista;
- entender a evolução da estrutura fundiária e seu suporte legal no município e região;
- identificar o momento dos conflitos reivindicatórios e o papel dos órgãos públicos na consolidação do projeto de colonização da Gleba nº06 - Fazenda Jacylândia;
- identificar e analisar os sistemas agrícolas e atividades desenvolvidas pelos sitiantes e os fluxos de comercialização que se instalaram na região;
- avaliar a situação atual dos sitiantes frente às políticas do Estado e a percepção de um “novo rural”.

De acordo com MONBEIG (1984), em seu livro *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, foram de grande importância para a região as “frentes pioneiras” de colonização, a partir da década de 1940, que, aliadas à construção da estrada de ferro Araraquarense, incorporaram esse território à expansão do capitalismo. Tal fato nos induz a ponderar que a estrutura capitalista foi responsável pela materialização da paisagem atual com a destruição das matas nativas, que deram origem às roças, às lavouras de café e de algodão e que, posteriormente, foram cedendo lugar à policultura e, atualmente, à pastagem.

Ainda MONBEIG (1984), ao referir-se à região (como Oeste Paulista), procura explicar que o Estado, favorecedor da imigração ao prover

“braços para a lavoura dos latifundiários cafeeiros”, foi bastante modesto no que tange à colonização da Alta Araraquarense. Por isso que a colonização, de início espontânea, teve, na iniciativa privada, sua contribuição maior, sendo que, somente após movimentos reivindicatórios e pressões políticas, o Estado promoveu a regulamentação e colonização da Fazenda Jacylândia, no município de Meridiano, na década de 1970.

Nos anos 1950 e início da década de 1960, pequeno grupo de posseiros provocava tensões e conflitos nos sertões de Fernandópolis (distrito de Meridiano), como também em outras localidades, tal como Santa Fé do Sul². Tais conflitos só começaram a ser sanados na década de 70, quando o Estado, através da Assessoria de Revisão Agrária da Secretaria da Agricultura e Fazenda, designou uma equipe³ para elaborar um levantamento e estudo a fim de legalizar as terras em questão. O fato de até hoje algumas famílias ainda não possuírem o título de propriedade e de o assunto em si ser tratado na região com ressalvas⁴ motivou a elaboração do presente trabalho, com o propósito de resgatar o processo de colonização estatal da Fazenda Jacylândia - Loteamento n° 6 - município de Meridiano, microrregião de Fernandópolis.

Como era e como se encontra organizada a estrutura fundiária do município de Meridiano? Qual a expectativa local na época em que ocorreu a intervenção do Estado para regulamentação das terras da Fazenda Jacylândia? E nos dias atuais? Como isso contribuiu para o desenvolvimento

² Ver CHAIA, 1980, e MURAMATSU, 1984.

³ Constituída por um agrimensor, um topógrafo e um auxiliar de engenheiro agrônomo – conforme Resolução S.A. publicada no D.O. do Estado de 05/02/1975.

⁴ Segundo observação de campo, percebeu-se que há certo receio de passar informações em função de experiências já vivenciadas.

regional? Essas foram as questões iniciais que nortearam este trabalho de pesquisa.

No início deste trabalho, realizou-se um levantamento bibliográfico no intuito de verificar o que já havia sido produzido sobre a área em estudo. Buscou-se também suporte teórico em trabalhos que tinham como questão central a colonização do Oeste Paulista, as frentes pioneiras e de expansão, assentamentos e questão agrária. Efetuou-se também um levantamento de dados primários e secundários.

O trabalho de campo teve como método de investigação o estudo de caso, que possibilitou reconstruir a multiplicidade e dimensão do cotidiano de pioneiros dentro de um espaço social – Fazenda Jacylândia – e por um tempo histórico determinado.

Para a coleta de dados foram utilizados questionários (Anexo 01), onde se anotava o depoimento do homem ou da mulher, dependendo daquele que estivesse na casa. Às vezes, os filhos ajudavam na reconstrução cronológica dos fatos referentes à história de vida da família.

Resgatou-se o perfil ocupacional e migratório do entrevistado e o estudo em questão desenvolveu-se embasado no processo histórico em que ocorreu a colonização da região Noroeste Paulista, sob a ótica geográfica com suas implicações sociais e os aspectos políticos que nortearam o desenvolvimento econômico, ou não, da mesma.

Para tanto, foram resgatados documentos pertencentes aos arquivos da Prefeitura Municipal de Meridiano e de municípios vizinhos, assim como escrituras de lotes e outros documentos da Procuradoria do Estado em

Fernandópolis e Escritório de Cartografia da Procuradoria do Estado de São Paulo em São José do Rio Preto, como também do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

No cartório de Registro de Imóveis de Fernandópolis conseguiu-se o primeiro mapa de divisão da Fazenda Jacylândia, elaborado pelo Eng. Agr. Benedito Aparecido Campolim de Almeida⁵, elaborado em 1976, para fins de regularização da propriedade privada na Gleba nº 06 do Estado.

O segundo mapa da Fazenda Jacylândia, elaborado por agrimensores e engenheiros da CESP (Companhia de Energia do Estado de São Paulo) a pedido da Procuradoria do Estado em 1985, foi conseguido graças à gentileza da equipe de cartografia da Procuradoria Estadual de São José do Rio Preto.

A coleta de dados, de fonte primária, foi realizada através da aplicação de questionários dirigidos a 60 dos atuais proprietários da Fazenda Jacylândia, de forma aleatória, procurando contemplar todas as partes da mesma, no intuito de desvendar a constelação familiar, o perfil migratório, o uso e manejo do solo, o cotidiano do lugar, a qualidade de vida de um total inicial de 134 compromissários compradores. (Anexo 01)

Entrevistas foram realizadas com pessoas da região, sendo oito sitiantes moradores da Fazenda, quatro com lideranças políticas, com a equipe de cartografia da Procuradoria do Estado de São Paulo em São José do Rio Preto, com a técnica em documentação histórica do ITESP e engenheiros agrônomos da secretaria da Agricultura do município de Meridiano.

⁵ Membro da equipe de trabalho designada pela Assessoria de Revisão Agrária – ARA.

Dados de fonte secundária foram obtidos junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a partir dos recenseamentos demográficos (1960 até 2000), do Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/6, e produção agrícola Municipal de 1990.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo que, no primeiro, se procurou investigar e analisar a formação histórica do município de Meridiano, visando à compreensão do processo de colonização que se desenvolveu no Noroeste Paulista, conseqüência do avanço das “frentes de expansão e pioneira”, da penetração da estrada de ferro, da especulação imobiliária e da ação dos grileiros e do papel do Estado.

No segundo capítulo, resgatou-se o projeto de colonização estatal a ser implantado na Gleba nº 06 do Estado de São Paulo, Fazenda Jacylândia (antiga Fazenda Maravilha), e a atuação dos agentes oficiais do Estado.

Já no terceiro capítulo - A dinâmica econômica e os impactos da colonização no município de Meridiano -, o trabalho revela o espaço e a estrutura da Fazenda, a utilização das terras, a produção agrícola e pecuária, tanto do município como da Fazenda, assim como, a distribuição da força de trabalho da fazenda.

Finalmente, o quarto capítulo faz uma projeção do espaço, das relações de trabalho e renda familiar; e analisa tendências atuais de um rural polissêmico na Fazenda Jacylândia.

Além da introdução, dos quatros capítulos e das considerações finais, esse trabalho contém cinco anexos: o anexo 01 apresenta o modelo de

questionário que foi aplicado aos sítiantes da Fazenda; o anexo 02 mostra o roteiro de entrevista utilizado; o anexo 03 é um “folder” de uma chácara de lazer; o anexo 04 é formado por tabelas com os dados absolutos referentes aos gráficos apresentados no texto e o anexo 05 aponta os grupos de classes de áreas da malha fundiária do município de Meridiano e da Fazenda Jacylândia.

CAPÍTULO I

1. O TERRITÓRIO DE MERIDIANO

1.1. Caracterização Geral

O município de Meridiano localiza-se na microrregião de Fernandópolis, mesorregião de São José do Rio Preto, cuja sede fica no divisor de água das bacias dos rios São José dos Dourados e Marinheiro. A topografia é típica de planalto de "ondulações suaves", com altitude média no centro urbano de 509 metros. Sua área territorial é de 254 Km² e seu clima é tropical.

O clima tropical apresenta-se no verão bastante chuvoso e com temperaturas médias superiores a 24°C. O mês mais quente geralmente é janeiro, e o mais frio, junho ou julho.

A média de temperatura no inverno oscila entre 17,5 a 18,8°C. O frio que se observa no inverno, na realidade, corresponde a ondas de frio, resultante do mecanismo da massa de ar Polar Atlântica, que atua na região fazendo baixar a temperatura e provocando, geralmente, as primeiras chuvas frias e mansas, entretanto esse é o período mais seco do ano.

A posição geográfica do Noroeste Paulista frente aos centros de ação atmosférica explica as variações de temperatura e pluviosidade do clima tropical na região.

Meridiano limita-se com os seguintes municípios: ao norte Pedranópolis, ao sul Magda e General Salgado, a leste com Valentim Gentil e a oeste com Fernandópolis - município sede da microrregião. (Figura 01)

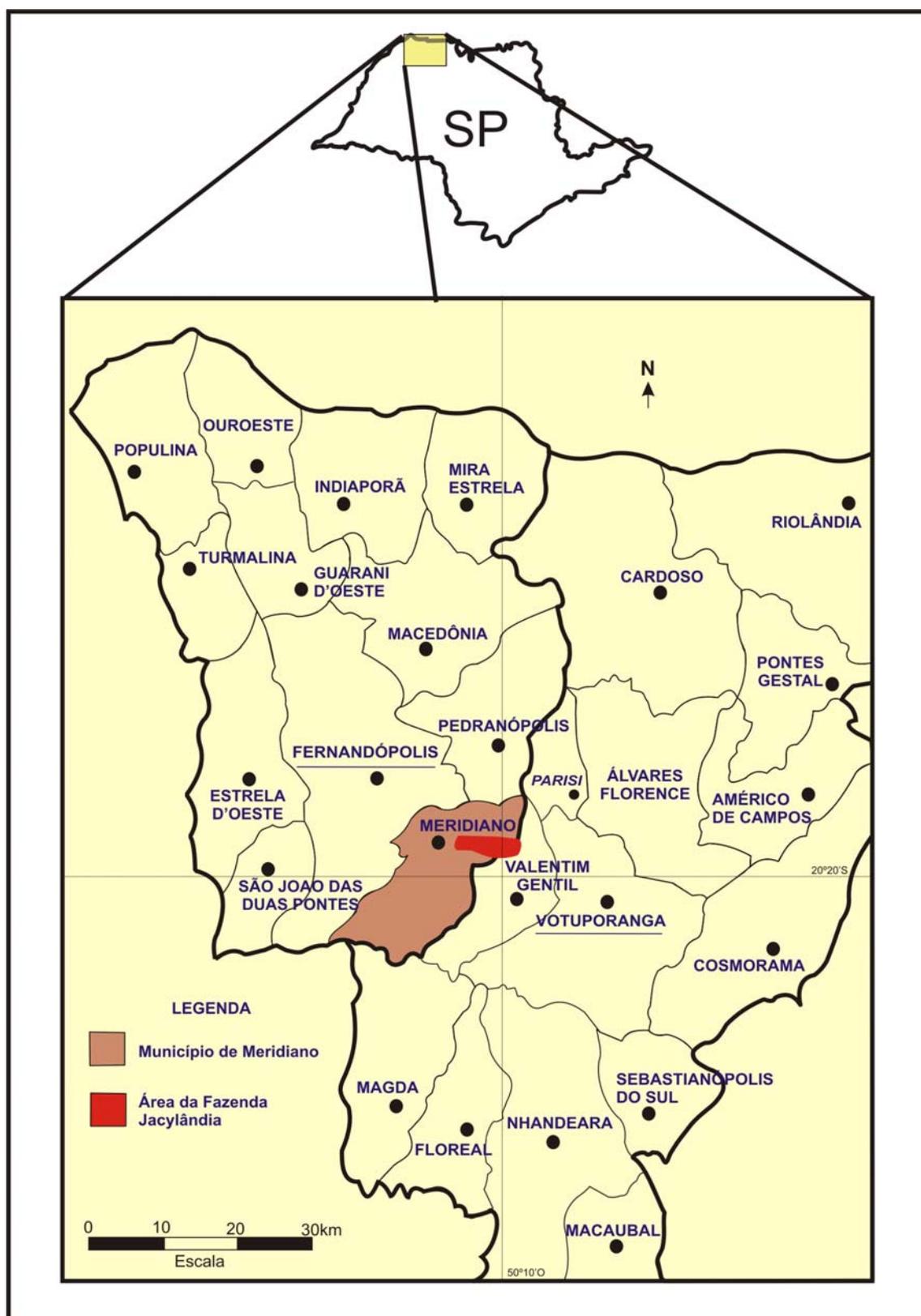
O município é servido pela estrada de ferro Ferronorte (antiga Araraquarense) e pela rodovia Euclides da Cunha (SP 163). A cidade, que se desenvolveu paralelamente à estrada de ferro (na sua porção norte), é dotada de rede de água e esgoto, energia elétrica e possuindo as ruas centrais asfaltadas.

Meridiano já foi grande produtor de arroz, feijão, amendoim, mamona, milho, algodão e café. Atualmente sua economia continua alicerçada na atividade agropecuária, tendo como principais produtos a cana-de-açúcar, o milho, o café, o gado de corte e leite.

A Fazenda Jacylândia, área objeto do estudo, situa-se na porção nordeste do município de Meridiano, e uma pequena parte da mesma encontra-se em território do município de Valentim Gentil, conforme se pode observar nas Figuras 01 e 02.

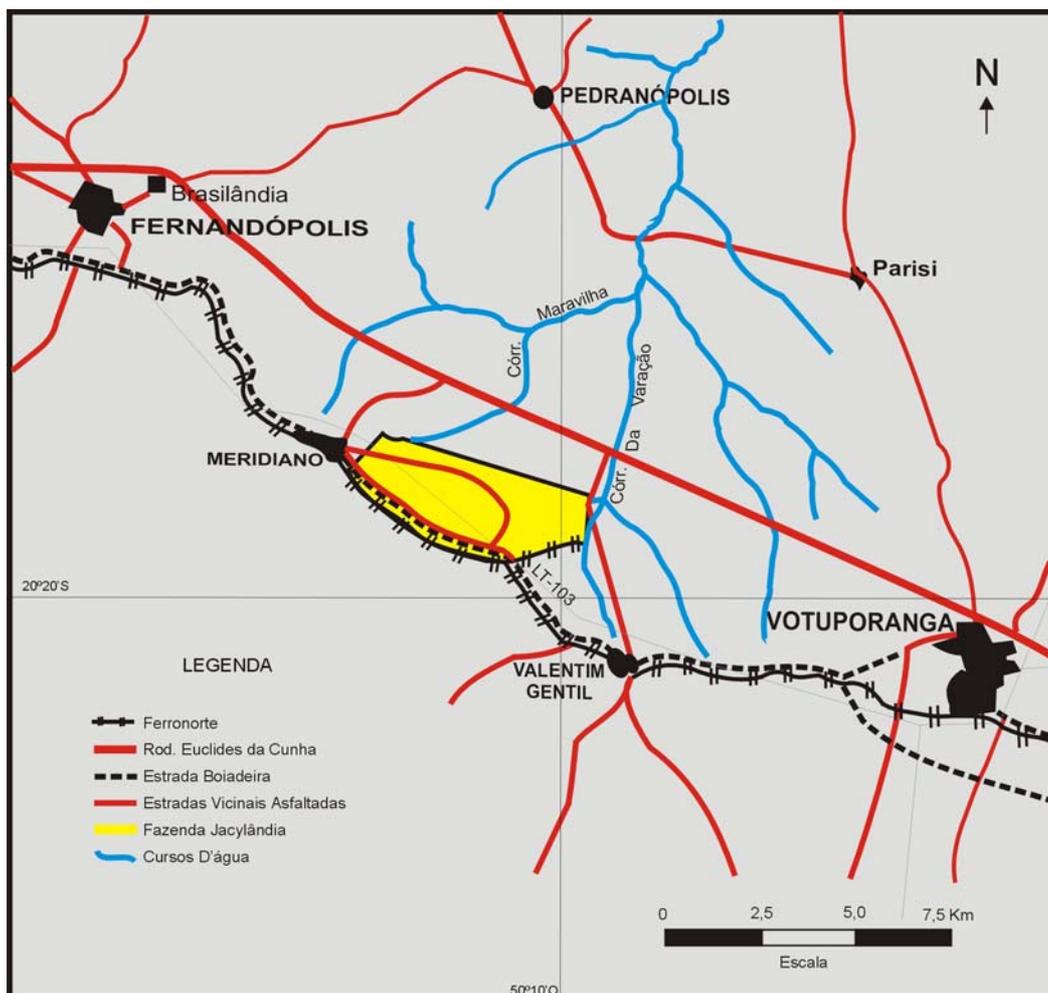
Como era e como se encontra organizada a estrutura fundiária do município de Meridiano? Qual a expectativa local na época em que ocorreu a intervenção do Estado para a regulamentação das terras da Fazenda são aspectos que se pretendem abordar no decorrer deste trabalho.

FIGURA 01 – MAPA - LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA JACYLÂNDIA NOS MUNICÍPIOS DE MERIDIANO E VALENTIM GENTIL.



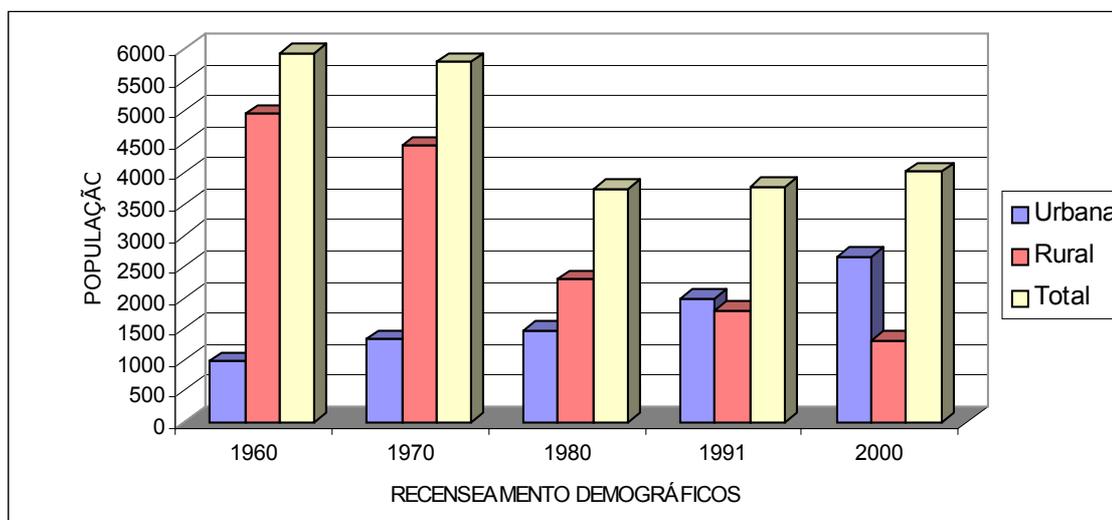
Fonte: Carta do Brasil – IBGE (1990)
Org.: Reolarde Ramalho Barbudo

FIGURA 02 – MAPA - PLANTA DE SITUAÇÃO DA FAZENDA



Fonte: Projeto de Assentamento de Meridiano e Valentim Gentil – Parcelamento das Terras – CESP – 1985
Org.: Reolarde Ramalho Barbudo

De acordo com a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000 (FIBGE), o município de Meridiano possui uma população de 4025 habitantes, sendo 2657 residentes na zona urbana e 1319 residentes na zona rural. Quando comparados os dados relativos aos recenseamentos de 1960 com os dados da Sinopse do Censo de 2000, percebe-se que a população urbana cresceu 171,12%, a população rural diminuiu 73,44% e o efetivo total da população diminuiu 32,5%. (Figura 03)

FIGURA 03 - DINÂMICA POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO

Fonte: FIBGE–Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960, 1970,1980, 1991 e 2000

1.2. Histórico da Ocupação da Região

Para entender o processo de ocupação ocorrido na região Noroeste do estado de São Paulo, faz-se necessário refletir sobre “frente pioneira” e “frente de expansão” .

Para MONBEIG (1984), a “frente pioneira” foi um movimento de colonização de base principalmente agrícola, que se desenvolveu de modo descontínuo, em etapas diferentes de ocupação. Ela provocou mudanças nas formas de exploração do solo, modificando a paisagem pela destruição dos recursos naturais, provocando a expansão e desenvolvimento da agricultura, promovendo também o aparecimento da pequena propriedade (divisão de terras), ampliação das vias de comunicação e o surgimento de núcleos urbanos.

MONBEIG considerava que a “frente pioneira” se dava em duas etapas ou fases: a dos precursores e a dos pioneiros propriamente ditos.

Já WAIBEL (1958) definiu como um fenômeno conseqüente das conquistas de “terras novas” , faixa entre a mata virgem e a região civilizada, que apresentava dois estágios: o pré-pioneiro e o pós- pioneiro. O primeiro estágio, caracterizado pela presença de grandes propriedades particulares ou empresas colonizadoras (Companhia de Terras), promovia a expropriação dos posseiros, a privatização da terra e conseqüentemente seu loteamento. O segundo estágio – pós-pioneiro – ocorreria somente quando a região já estivesse dividida em pequenas propriedades.

Entretanto, para MARTINS, “a frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica ...” (1971, p. 45-50) Enfatiza também que a “frente de expansão” antecede a “frente pioneira”, pois deve ser entendida como “um processo de expansão do mundo do homem branco” sobre territórios que não lhe pertencem, numa relação de “posse”. Já a “frente pioneira” caminha valorizando a terra como mercadoria, incorporando esse espaço ao circuito da economia de mercado e promovendo mudanças sócio-culturais, na concepção de vida desses pioneiros.

Embora a “frente de expansão” prepare o território para ser incorporado pela “frente pioneira”, forma-se entre as duas, no embate dessas frentes, uma linha de conflitos e interesses diferentes.

A ocupação do Noroeste paulista onde se localiza o município de Meridiano, microrregião de Fernandópolis, ocorreu no século XIX com a chegada da “frente de expansão”. Eram os mineiros vindos das áreas decadentes de mineração das Minas Gerais, que, para tanto atravessaram o rio Grande, adentrando a região.

A estrada Boiadeira, que corta toda a região no sentido L-O e, atualmente, encontra-se em franco processo de resgate e recuperação, foi a primeira via de penetração que ligou o sertão aos centros mais evoluídos da época, São José do Rio Preto e Barretos. Ela foi construída no início do século com o objetivo de facilitar o transporte de gado do município de Paranaíba, localizado no estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, até o frigorífico

de Barretos, via São José do Rio Preto, passando pelo porto do Tabuado e facilitou a penetração e avanço das “frentes pioneiras”, proporcionando a incorporação do Noroeste Paulista ao capitalismo, à economia nacional e à transformação da terra em mercadoria de fato.

... Dessa maneira, esta estrada (Boiadeira), construída pela iniciativa particular, atravessou o sertão da Araraquarense e ficou sendo a via de penetração dos sertanejos que plantaram cidades, povoaram a região e estreitaram as relações comerciais com Mato Grosso. Queremos, aqui, salientar que a abertura dessa estrada se faz totalmente em função do gado. É a boiadeira. (PESSOTTA et al, 1996, p. 15-16)

É importante se resgatar o contexto histórico para se entender o processo de ocupação da região e os fatores que o influenciaram. Entre esses fatores estão a legislação de acesso à terra, a abolição da escravatura e a sua substituição pelo trabalho livre, o desenvolvimento da cafeicultura como principal atividade econômica do país, a expansão dos meios de transporte.

Vigorou no Brasil até 1822 o regime de sesmarias, através do qual a apropriação legal da terra era concedida pelo Poder Público aos que tivessem condições e compromisso de cultivá-las. Depois de 1822, por 28 anos e não havendo lei que regulamentasse o acesso a terra, generalizou-se um processo de ocupações e posses.

Embora até 1822 já existisse, de forma discreta, um processo institucional de apropriação de terra (ocupações e posses), é no período de 1822 a 1850 que ele se intensifica pela falta de uma lei regulamentadora.

A lei instuída em 1850 – Lei de Terras nº 601, regulamentada em 1854 – não foi suficiente para conter o acesso irregular à terra que continuou a

ser feito, no decorrer de todo o século XIX.

A Lei de Terras de 1850 revalidou as sesmarias concedidas até 1822, ratificou as ocupações e legitimou diretamente as aquisições por compra de terras até então, simplesmente possuídas, fossem posses propriamente ditas, fossem sesmarias caducas. Dentre as condições de revalidações das sesmarias e de ratificação das posses impunha-se a existência, na terra pretendida, de cultura efetiva ou de princípio de cultura efetiva. (SALLUM JR., 1982, p.15)

A Lei de Terras dará suporte, então, à legitimação das terras já apropriadas e transformará as mesmas em “mercadoria”, pois, a partir de 1850, o acesso a ela se fará através da compra. Durante o período imperial, a ocupação efetiva se antecipou, na maior parte das vezes, ao poder público, haja vista as dificuldades de mapear e demarcar o território brasileiro. A Lei, na realidade, mais serviu para “legitimar as ocupações feitas ao arripio da lei” do que “regular as aquisições de terras devolutas”. (SALLUM JR., 1982, p. 17)

A partir de 1854, quando ocorreu a regulamentação da Lei de Terras, a legislação facilitou não só a legitimação de posses efetivas onde já existiam criações e cultivos, como a grilagem de terras devolutas ou particulares que não estavam totalmente regularizadas.

No estado de São Paulo havia interesse e urgência na regulamentação da terra, pois terra devoluta não pagava imposto e a especulação imobiliária já provocava tensões.

O confronto se dá quando, “além da ação do Estado, que favorece e facilita a implantação da frente pioneira, deve ser ressaltada a ação dos “grileiros”, que falsificavam documentos de posse para expulsar os ocupantes”. (Chaia, 1980, p. 19)

Com a primeira Constituição Republicana, em 1891, as terras devolutas foram transferidas para os estados brasileiros e, principalmente nos do Sul e Sudeste, ocorre uma “política de concessão de terras” que transferiu propriedades fundiárias para grandes empresas de colonização e fazendeiros. (MARTINS, 1981, p. 43)

Foi, a partir da segunda metade do século XIX, muito importante para o povoamento do estado de São Paulo e para a economia brasileira a cultura do café. Ao se transformar no principal produto brasileiro de exportação, expandiu-se gradativamente, ocupando novas terras e aumentando as distâncias entre as áreas produtoras e os portos exportadores, demandando investimentos e meios de transporte.

Devido à precariedade do transporte em lombo de burros, fez-se necessária a implantação das estradas de ferro após 1860. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro surgiu em 1868 e a Araraquarense, em 1896.

O café começou a ser cultivado em fins do século XIX nas áreas novas da Alta Sorocabana, Noroeste e Araraquarense. O fato de os fazendeiros não possuírem conhecimento adequado para o cultivo do café, a terra cansada era deixada em descanso ou descartada, e isso os colocou sempre em busca de terras férteis, provocando intenso deslocamento do processo de ocupação no sentido Oeste. Utilizavam, nesse momento, principalmente o trabalho de imigrantes.

É bastante contraditória a maneira como ocorre a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre especialmente no estado de São Paulo, onde se pode observar a transformação das relações de produção como forma

de “preservar a economia colonial”. Era necessário mudar para manter.

Essas modificações, porém, alteraram a qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador, alteraram as relações de produção. No regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crua e diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro. A condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho. (MARTINS, 1988, p. 15)

Se o trabalho escravo se sujeitava à vontade do senhor, o trabalho livre teria que estar sujeito à vontade do trabalhador de aceitar, de forma legítima, a exploração do trabalho pelo Capital.

As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade. (MARTINS, 1988, p. 18)

O regime de colonato, tão bem discutido por MARTINS (1986), constituiu-se numa modalidade de produção que intermediou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Sob a falsa aparência de estar trabalhando para si mesmo na condição de empreitada, ele estava mesmo era garantindo, através do trabalho excedente, “as condições da sua própria reprodução como produtor de trabalho excedente”. (MARTINS, 1986, p. 86-125)

O colonato conseguiu combinar o pagamento pelo trabalho de manutenção no cafezal, pelo proporcional de café colhido e pela produção de

subsistência feita entre as ruas de café que, além da subsistência, proporcionava também o excedente explorando toda a família.

(...) Quanto mais o colono trabalhava para si mesmo – duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher pela sua absorção no cafezal – mais ele trabalhava para o fazendeiro. (MARTINS, 1986, p.86)

Nas áreas mais antigas, a crise de 1929 proporcionou a divisão de grandes fazendas em sítios menores, vendidos aos colonos, uma vez que a crise afetou muito mais os fazendeiros que os colonos. A venda da velha propriedade, dessa forma, proporcionou ao fazendeiro aplicação em outros setores da economia e também em terras novas para valorização e loteamento posterior ou outros negócios.

Entretanto, as novas terras de fronteira agrícola, constituíram-se na oportunidade para os colonos de investirem suas economias adquiridas durante o regime de colonato. (MARTINS, 1986, p. 127-28)

A área de estudo em questão - Loteamento nº 06 - Fazenda Jacylândia; no município de Meridiano/ SP faz parte do contexto de ocupação de terras através de “frentes pioneiras” de colonização que contribuíram para a apropriação e valorização das terras do Oeste Paulista, incorporando-as à expansão do circuito mercantil vigente.

Sabe-se que, no estado de São Paulo, a maior parte das terras é de

⁶Deve ser entendida como situação espacial e social das regiões novas, onde ocorrem mudanças em todos os aspectos (desde a incorporação física do espaço ao circuito do capitalismo até as mudanças de concepções de vida sócio-cultural).

propriedade privada, devendo-se isto à legislação fundiária, ao povoamento inicial e, principalmente, aos grileiros que não mediram esforços para fabricar escrituras falsas.

... Há cerca de trinta anos, no que podia ser chamado o "far-west" de Rio Preto, isto é, na atual zona de Fernandópolis-Monte Aprazível e, em parte, Pereira Barreto, havia uma dúzia de glebas, das quais a menor ocupava 15.000 alqueires e a maior 208.000... Tratava-se de enormes extensões florestais não cultivadas, apenas tocadas por um povoamento de caboclos. A especulação fez-se à base da divisão sucessiva das glebas e conduziu à formação de dois tipos distintos de propriedade: a fazenda e o loteamento, este para a instalação de pequenos proprietários. (MONBEIG, 1984, p. 212)

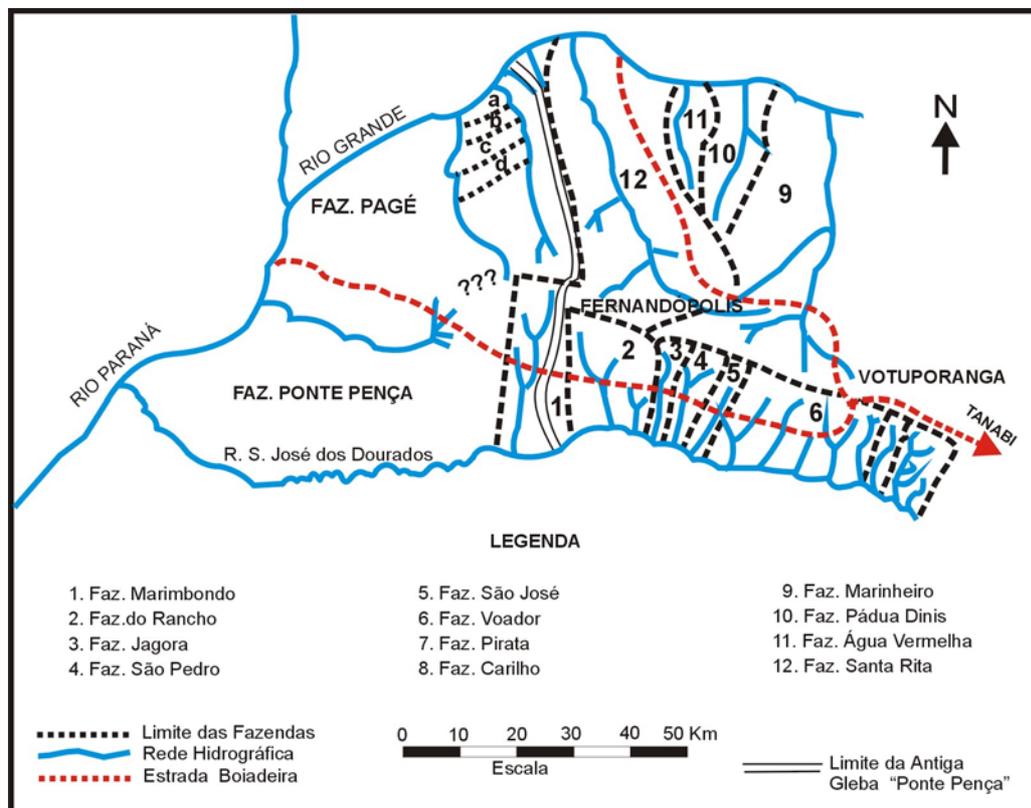
Os municípios e glebas da região da Alta Araraquarense possuíam, grosso modo, forma de um retângulo, cujos lados têm nos elementos naturais suas divisas (rios, córregos, afluentes de rios, espigões etc.). Isso pode ser observado no mapa dos limites de glebas e fazendas da Alta Araraquarense, conforme Figura 04.

O retalhamento das glebas em grandes fazendas, mais tarde também loteadas em médias e pequenas fazendas e sítios⁷, continuou o modelo de lotes "longos e estreitos", proporcionando terras altas (espigão) para o plantio do café e aguadas (parte baixa) para as pastagens.

Na Fazenda essa disposição também aparece e foi bastante elogiada pelos antigos moradores durante entrevistas.

⁷ No período de ocupação e colonização, nas zonas novas, como em São José do Rio Preto, Votuporanga e Fernandópolis, o limite máximo de terras para que a área fosse considerada sítio era em torno de 50 ha. Mais tarde, quando aumentou a especulação, esse limite diminuiu.

FIGURA 04 – MAPA - LIMITES DAS GLEBAS E DE FAZENDAS DA ALTA ARARAQUARENSE



Fonte: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de Café*. Hucitec-Polis, 1984: p.217.
Org. Reolarde Ramalho Barbudo

O capitalismo caracterizado pela especulação, risco, inovação, dinamismo, transformação do novo e busca do lucro, motivou as frentes pioneiras a avançarem para o “sertão” do Oeste Paulista nos anos 40, não só para o plantio de café e algodão, mas também para a pecuária de corte nas terras mais fracas.

... não foi detida pela crise cafeeira a construção de ferrovias, nas regiões ainda pouco povoadas. No rumo do Paranapanema, na direção do rio Grande, e até o rio Paraná acabou por atingir regiões mais propícias à pecuária que ao café. A marcha para o Oeste deixava de ser exclusivamente a marcha do café.” (MONBEIG, 1984, p. 113)

A chegada dos trilhos da estrada de ferro foi de grande importância para as companhias que faziam os loteamentos. Na hora da compra, sempre o interesse era maior pelos lotes próximos ao terminal da estrada de ferro e, na impossibilidade de aquisição devido ao alto preço, preferiam-se aqueles próximos às estradas boiadeiras ou de rodagem: "A iminência da chegada dos trilhos e o conhecimento de seu traçado foram aqui os elementos decisivos." (MONBEIG, 1984, p. 229)

À medida que os trilhos iam avançando, novas fazendas se abriam quilômetros à frente, como numa atração às novas linhas; café e ferrovias, no findar do século XIX e princípio do XX, marcham juntos na ocupação do interior paulista e, com eles, a crescente população. (ARAÚJO FILHO, 1956, p. 58)

A Companhia de Estrada de Ferro Araraquarense foi fruto dos esforços de fazendeiros de Araraquara. Surgiu em 1896 e teve seu primeiro trecho de setenta e cinco km construído e inaugurado em 1901. Essa primeira etapa de construção chegou até Taquaritinga (antiga Ribeirãozinho), mas as sucessivas crises da lavoura permitiram que esses trilhos chegassem a São José do Rio Preto só em 1912, onde estiveram parados por muito tempo, atingindo Mirassol em 1920, e só em 1935, com seu percurso modificado, teve continuidade em direção ao rio Paraná.

A colonização dessa área, em forma de loteamento de grandes glebas, se processou graças às políticas do Estado, e, principalmente, às empresas colonizadoras.

Para MONBEIG (1984), a Segunda Guerra favoreceu a industrialização, a urbanização, a inflação, mas também incentivou as frentes pioneiras a tentarem culturas diferentes, uma vez que havia necessidade de alimentos.

... Cresceu consideravelmente a população urbana. Para nutri-la era necessário arroz, café, trigo, feijão, batatas, culturas fáceis para o desbravador, que delas retirava lucro imediato. Alemanha e Japão já tinham desaparecido de cena, substituídos pelos Estados Unidos. Este país comprava tudo e sua propaganda exercia por toda parte excitando os pioneiros a tentar culturas variadas: o rícino, a menta, o tungue; e demandava ainda algodão e gado. (MONBEIG, 1984, p. 118)

A instabilidade gerada pela inflação, que elevava o custo de vida, apontava a compra de imóveis como a melhor forma de se empregar o dinheiro:

... Mais procurados foram os terrenos urbanos, mas as terras das zonas novas, até onde se sabia que as linhas férreas seriam prolongadas, desde que se pudesse importar o material necessário, também chamaram a atenção dos compradores. As circunstâncias monetárias coincidiram com o hábito da burguesia paulista de possuir domínio florestal. Além das estações terminais da Companhia Paulista ou da estrada de ferro Araraquarense, compraram reservas de terra arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em S. Paulo ou principais cidades do Estado. Assim se preparavam novos desbravamentos, talvez uma nova marcha pioneira. (MONBEIG, 1984, p. 118)

A maior parte dos pioneiros que vieram para a Região já havia trabalhado em fazendas das velhas regiões de café (Ribeirão Preto, Limeira,

Araraquara etc.), e a compra dos lotes só foi possível graças às economias, embora poucas, possuíam famílias grandes, podendo contar com farta mão-de-obra familiar; e isso lhes dava coragem.

A compra do sítio, a derrubada da mata, a construção da casa, a compra de sementes, o preparo da terra, o plantio, tudo isso acabava com seus recursos; além disso o pequeno sitiante não conseguia financiamentos do Banco do Brasil que, além de dar preferência aos grandes fazendeiros pela certeza do recebimento, dificultava para ele o empréstimo. A falta de recursos os empurravam para a aquisição de empréstimos de particulares.

... mas é fora de dúvida que as dificuldades financeiras e a inorganicidade do crédito rural incitam os pequenos sítiantes à instabilidade. A fluidez da população explica o mau funcionamento do crédito que, por sua vez, a reforça. (MONBEIG, 1984, p. 227)

Quando o sitiante⁸ não podia pagar suas contas e empréstimos, ele vendia ou perdia a propriedade, dada como garantia. Se conseguisse vender e saldar a dívida, ele comprava terras mais na linha de frente, onde o lote era mais barato e começava tudo outra vez. Quando perdia, ele tornava-se rendeiro, meeiro, ou vendia sua força de trabalho como diarista, passando a morar na vila.

(...) A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto de nacionais como de estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua

⁸ Segundo N. L. MÜLLER, "pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e ocasionalmente, de alguns empregados remunerados". Ele pode ser proprietário, morador ou posseiro, como também arrendatário e parceiro.

vitalidade. (MONBEIG, 1984, p. 119)

De acordo com os arrolamentos de fonte histórica de Meridiano, obtidas junto à prefeitura desse município, “no começo da década de 1940 surgiram os pioneiros exploradores, aventureiros, arrendatários e demais pessoas interessadas em fixar residência e explorar as terras férteis localizadas entre os córregos São João, Maravilha, das Pedras e Marinheiro; que assim deram origem aos vilarejos denominados São João da Maravilha e São José da Maravilha”. Esse processo de ocupação se intensificara a partir de 1935, quando os trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense, que haviam sido paralisados (1920) em Mirassol, retomaram o processo de continuidade e mudaram sua direção⁹, sendo então colocados entre os rios São José dos Dourados e Turvo, na direção do Porto Getúlio Vargas, às margens do rio Paraná. (MONBEIG, 1984, p. 229)

No início da fase colonizadora do Oeste Paulista, o sentido em que se dirigia a estrada de ferro determinava o eixo-guia das frentes pioneiras. De acordo com AZEVEDO¹⁰, a iniciativa particular foi responsável pelo surgimento da Estrada de Ferro Araraquarense e seu percurso até São José do Rio Preto (1912), porém a sua falência em 1914 obrigou o governo de estado de São Paulo a incorporá-la, fazer os ajustes necessários ao tráfego econômico, viabilizar a reposição do equipamento rodante, proceder à mudança de direção e prosseguir em sua conclusão até as margens do rio Paraná.

Multiplicaram-se na região os loteamentos para além de Tanabi,

⁹ Durante o período de paralisação após 1920, acreditou-se que a estrada de ferro seria construída entre os rios Tietê e São José dos Dourados até o rio Paraná.

Votuporanga (1937), Fernandópolis (antiga fazenda Santa Rita), Estrela d'Oeste e Vila Jales. Com a chegada dos trilhos até Votuporanga, em 1944, aumentaram ainda mais a venda de terras neste "sertão" (MONBEIG, 1984).

Também aqueles que, na situação de posseiro, não tinham o título da terra, tornavam-se marginalizados, pois não podiam fazer financiamentos oficiais, surgindo então o intermediário que, embora fosse visto na época como "salvação", se torna responsável pelas dívidas onerosas e, muito rapidamente, pela perda de direitos de uma terra que ainda nem pertencia, de fato, ao trabalhador.

Os cultivos de subsistência, com venda do excedente, ajudaram os primeiros anos de vida no "sertão", enquanto se formavam os cafezais nas terras de melhor qualidade e se plantava algodão, por dois ou três anos, nas terras menos férteis, que mais tarde iriam ser transformadas em pastagens. Na Fazenda Jacylândia, enquanto não se consegue a legalização da terra, não se plantam culturas permanentes, nem se constroem casas de alvenaria.

Durante a fase do desmatamento, foram comuns os surtos de doenças tropicais como a malária, a leishmaniose tegumentar (conhecida como "ferida brava" ou úlcera de Bauru) e a febre amarela; esta última provocou uma epidemia em 1946. Os pioneiros da região, dada a precariedade de suas moradias de pau-a-pique, foram vítimas das picadas de "barbeiros", triatomíneos vetores do *Trypanosoma cruzi* responsável pela doença de Chagas (NEVES, 1988).

Grande parte dos pioneiros, simples colonos que foram atraídos pela

¹⁰ Ver: *Um trem corre para oeste*, s.d., 33-86.

esperança de "melhora de vida", dispunha de pouco dinheiro, mas mão-de-obra em abundância. A compra das terras, construção de moradia, o desmatamento, o preparo da terra, a aquisição da semente acabou por endividá-los, transformando-os em meeiros, rendeiros, assalariados e em trabalhadores diaristas, denominados na região de "birolos"¹¹ ou "bóias-frias". Em todo o território brasileiro, segundo MARTINS, uma nova forma econômica começou a surgir:

Durante o período de 1946 a 1964, o crescimento da luta dos trabalhadores rurais pelos direitos e pela terra, as novas relações de trabalho no campo e a conseqüente expulsão de trabalhadores rurais residentes, parceiros, arrendatários, foreiros, começaram a romper antigas lealdades patrimoniais, a dilacerar velhos vínculos de dependência pessoal. (MARTINS, 1988, p. 86)

Portanto, a ocupação do Noroeste Paulista ocorreu pela ação das frentes de expansão que possibilitaram a implantação das frentes pioneiras, pela expansão da Estrada de Ferro Araraquarense, pela especulação imobiliária, inclusive pela ação dos "grileiros", e pelo papel intermediador do Estado.

1.3.A Fazenda Jacylândia: O Processo de Ocupação

A propaganda efetuada pelas companhias de loteamento e colonização no Noroeste paulista despertou uma poderosa corrente de migração interna para as novas terras. Interessava tanto aos fazendeiros das

¹¹ Conforme denominação do trabalhador rural diarista na região.

áreas velhas, que vendiam suas propriedades improdutivas, como aos colonos que haviam conseguido amealhar economias, como também aos nordestinos, principalmente os baianos.

A partir dos anos 30, aproximadamente, o migrante nacional se encaminhará para a lavoura paulista, iniciando-se um processo de entrada maciça de contingente populacional, incentivado pelo governo do Estado, como também pelas companhias particulares de colonização. (CHAIA, 1980,p. 21)

No município de Meridiano, inicialmente distrito de Fernandópolis, os que compraram a terra com finalidade especulativa instalaram-se desde o início na vila como comerciantes, aguardando a valorização do imóvel.

Quanto aos expropriados da terra, estes "foram ficando e se ajustando" com a família nas terras da Fazenda Maravilha também denominada Jacylândia, de propriedade do Estado desde 1943. De início foram contratados para desmatar e retirar a madeira que era amontoada ao longo da ferrovia, recolhida pelos trens de carga, sendo depois distribuída e usada, as nobres como dormentes e as de qualidade inferior como lenha pelas locomotivas da época, denominadas "maria fumaça". Mais tarde, esses trabalhadores incorporaram-se como arrendatários, cuidando da "roça" de subsistência, ora vendendo o excedente de alguns produtos, ora vendendo sua força de trabalho nas propriedades da região como diaristas na colheita de café ou algodão das grandes propriedades vizinhas.

Somente quando os grupos de "sitiantes-posseiros" passaram a reivindicar a posse da terra que ocupavam na Fazenda Jacylândia, e com a

formação de lideranças políticas e conflitos na área é que o governo estadual, tendo por base a Lei nº 5.994, de 30/12/1960, e regulamentada em 1961, regulariza a propriedade em litígio – Lot/ 06 - para loteá-la em 134 lotes em 21/03/1976.

A situação pode ser melhor entendida a partir de MARTINS:

... Em cada região, dependendo de características locais, o movimento assumiu determinadas peculiaridades. Alguns foram duradouros, como as Ligas Camponesas, os Sindicatos. (...) Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto à causa.(MARTINS, 1983, p. 79)

E diz mais:

Essas alterações estão profundamente influenciadas pelo crescimento do número de posseiros, agricultores sem título de propriedade que ocupam terras devolutas ou aparentemente sem donos e que, (...) em todos os estados eclodem conflitos e lutas pela terra envolvendo camponeses, de um lado, e grileiros e latifundiários de outro lado.(MARTINS, 1983, p. 99)

No caso da área estudada, as inúmeras ocupações irregulares forçaram o Estado a nomear um administrador, com o qual eles entravam em contato para arrendar terras; mas, com o passar do tempo, a crise, a destruição dos solos, eles deixavam de pagar a renda da terra e pressionavam as lideranças políticas locais exigindo, através de abaixo-assinado, a Reforma Agrária.

Pessoas mais antigas da cidade, lideranças políticas, ao serem

entrevistadas, garantiram que, como o processo de privatização e legalização da terra foi longo, acabou gerando desistência de muitos que vendiam seus direitos, e que sempre existiu a venda de direitos da terra “antes, durante e depois” do processo de legalização da mesma. “A venda da escritura ‘simbólica’ de direitos à terra sempre existiu e nunca foi possível qualquer atitude contrária para desestimular esse processo.”¹²

Torna-se importante ressaltar que o procedimento do Estado foi bastante moroso no sentido da legalização dos títulos de propriedade no município, assim como da regularização da posse em propriedade no interior da Fazenda; embora estivesse bastante empenhado na criação de uma infraestrutura – ferrovia, estradas de rodagem – que pudesse inserir (após a crise de 1929) “essas áreas de economia de excedente em produtoras de mercadorias, principalmente alimento e matéria-prima para o setor urbano-industrial, que se desenvolvem mais rapidamente a partir de então, aumentando consideravelmente a demanda interna”. (LOCATEL, 2000, p. 60)

Desde o final dos anos de 1940 e principalmente durante as décadas de 1950 e 1960, grupos de famílias, formados por pessoas que, ao longo do processo de apropriação privada da terra, foram sendo expropriadas na região, passaram a ocasionar “tensões e conflitos” nos “sertões”^{*} de Fernandópolis. Tais “conflitos e tensões” só foram amenizados na década de 70, quando teve início um processo baseado na Lei nº 5.994 de 1960 –Lei de Revisão Agrária e de Colonização – em que a área em estudo foi destinada à ARA (Assessoria de Revisão Agrária) por decreto governamental nº 2.848, de

¹² Depoimento do sr. Hermenegildo Baldin, chefe de gabinete aposentado da prefeitura local.

20/11/73, para localização e demarcação de lotes para venda aos residentes na gleba. Infelizmente, o processo não se desenvolveu a contento, continuando no decorrer dos anos de 1980 e, mesmo assim, algumas famílias, no final da década de 1990, ainda não possuíam a titulação ou escritura de suas terras.

CAPÍTULO II

2. DA OCUPAÇÃO À COLONIZAÇÃO

Para compreendermos os acontecimentos ocorridos na Fazenda Jacylândia, objeto da pesquisa, necessária se faz uma revisão dos estudos de colonização no Brasil, do desenvolvimento da agricultura comercial no estado de São Paulo e das vias de transporte que, outrora, ligaram e, hoje, ligam o município de Meridiano - microrregião de Fernandópolis - aos municípios vizinhos e aos grandes centros comerciais do Estado.

SALGADO considera colonização como “uma forma de ocupação rural através de pequenas propriedades exploradas diretamente pela família proprietária”. (1971, pg. 19).

De acordo com PETRONE (1973), a noção de colonização está associada à noção de povoamento e também de repovoamento, assim como implica processo de expansão tanto de áreas novas despovoadas ou pouco povoadas como áreas velhas já povoadas. O fato de esse processo estar ocorrendo em áreas novas implicaria a apropriação dos recursos naturais através do uso de recursos técnicos e financeiros. Por outro lado, se o processo ocorrer em áreas velhas e já povoadas, “a colonização implicaria em processos sistemáticos de mudanças, não necessariamente orientados, levando a um rearranjo dos fatos de organização do espaço”. (PETRONE, 1973, p. 51)

Ainda, para o mesmo autor, as categorias de análise de áreas novas ou áreas velhas não são processos que ocorrem separadamente, pois a

colonização de áreas novas beneficia as áreas velhas, mesmo que seja em função do “alívio demográfico” que as primeiras propiciam às segundas.

Já ANDRADE (1973) chama a atenção da necessidade de os programas de colonização serem adequados às áreas e momento histórico em que ocorrem, sendo indispensável, portanto, um planejamento que abarque essas preocupações. De modo geral, duas perspectivas de colonização devem ser levadas em conta, “uma voltada para as áreas superpovoadas, ou deprimidas pelo esclerosamento econômico e outra para as áreas subpovoadas, onde a colonização teria como fim precípua o povoamento”. (ANDRADE, 1973, p. 70)

PETRONE (1973) também alerta para o fato de que, se a incorporação de novas áreas não for suficientemente planejada e simplesmente obedecer a mecanismos das relações inter-regionais, os desequilíbrios das áreas velhas para as novas não serão somente mantidos, mas também ampliados e ainda acentuados.

Entretanto, SILVA (1973) observa que o termo colonização “implica mais do que povoar, isto é, implica no estabelecimento efetivo de um grupo humano numa área, através do trabalho nela efetuado”, e ressalta que “a colonização pode ser entendida como fenômeno geopolítico, demográfico e econômico, segundo o qual áreas despovoadas ou mal aproveitadas são ocupadas com objetivos sócio-político-econômicos”. (SILVA, 1973, p. 196-7)

Tanto a colonização externa como interna podem ser divididas em: “espontânea, dirigida e planejada, podendo qualquer uma destas ser efetivada com colonos nacionais ou estrangeiro”. (SILVA, 1973, p. 197)

Ainda, ao se referir à iniciativa de promover a colonização, diz que a mesma tanto pode ser de caráter privado como estatal, dependendo do sistema político-econômico que exista no país naquele momento.

... No entanto, nos países de sistema capitalista, a colonização tem visado, aberta ou veladamente, principalmente à valorização das terras, através de intensa especulação imobiliária, ou então, à criação de um mercado de mão-de-obra. (SILVA, 1973, p. 198)

Percebe-se, então, que a colonização no Brasil e principalmente no estado de São Paulo ocorreu tanto incentivada pela iniciativa privada como pelo Estado, alterando-se a influência maior ora de um ora de outro, sem todavia deixar o Estado de coordenar ou direcionar a mesma. Tanto a de colonização estrangeira como a nacional sempre tiveram como objetivo atender à política econômica vigente daquele momento, à manutenção de uma classe dominante e aliviar a pressão demográfica.

2.1. A Fazenda: Objeto da Colonização

Com a Lei nº 5.994, de 30 de dezembro de 1960, devidamente regulamentada pelo Decreto nº 38.328, de 14 de abril de 1961, definia-se no Brasil o projeto denominado “Reforma Agrária Paulista”, conhecida como Lei da Revisão Agrária que, segundo BERGAMASCO,

... foi também uma investida para frear o avanço dos movimentos sociais, surgidos no campo na década anterior, possíveis de serem constatados através da mobilização dos arrendatários de Santa Fé do Sul, das greves dos trabalhadores das fazendas de café, cana e algodão, das ocupações e choques contra os grandes fazendeiros nas regiões de Fernandópolis, Jales, São Joaquim da Barra etc.(1992, p. 37-38)

A meta do governo paulista com a instituição da lei de Revisão Agrária era de assentar entre 500 a 1000 famílias por ano, e era também uma estratégia mediadora para com os partidos de esquerda e os partidos de direita radicais aos movimentos sociais, que tomavam vulto.

De acordo com COUTINHO NOGUEIRA (1961), Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, ao prefaciá-lo o plano de *Loteamento e Colonização da Fazenda Santa Helena* em Marília, aponta que “a Revisão Agrária ecoou como uma clarinada a anunciar a alvorada de um nova época”, afirmando ainda sua “emoção”¹³ em relação aos feitos, acaba demonstrando o caráter populista desses projetos.

A Lei nº 5.994 de 1960, objetivava:

... dar sentido social ao imposto territorial rural (ITR); taxaço progressiva das terras do Estado e isenço ao pequeno proprietário; aumento de taxas de imposto territorial às terras produtivas não cultivadas; facilitar, através dos rendimentos do ITR, a aquisição de propriedade rural àqueles que tivessem interesse em explorá-la por conta, própria como pequenos proprietários; promover, através da taxaço progressiva, o incentivo ao aumento da produção nas áreas inproveitadas para, com isso, equilibrar as condições de abastecimento em detrimento das áreas destinadas à especulaço e contribuir para a criaço, em todo o

¹³ “A emoço com que vejo realizados os loteamentos rurais de Marília, Campinas, Jacylândia e Jaú, ...” (Nogueira, 1961, p. 1).

Estado, de verdadeiros núcleos irradiadores da mais moderna técnica agrônômica. (BERGAMASCO, 1992, pg. 38).

Em função dessa lei (BERGAMASCO, 1992), criou-se a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), dentro da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, encarregada de implantar núcleos de Reforma Agrária .

A ARA cuidaria da desapropriação de propriedades particulares, do planejamento dos núcleos e seleção de famílias de acordo com a referida Lei.

Ainda, para BERGAMASCO (1992), a Revisão Agrária foi responsável pela implantação de três núcleos rurais: a Fazenda Capivari, em Valinhos; a Fazenda Santa Helena, em Marília; e a Fazenda Pouso Alegre, em Jaú: “Ao todo foram desapropriados 7.348 hectares onde foram assentados 269 famílias.” Nesse momento a Fazenda Jacylândia não é sequer citada.

Entretanto, BERGAMASCO (1997, p.15) explica que: “dentro da lei de Revisão Agrária do governo estadual foram implantados 4 projetos dos quais somente 2 permanecem: a Fazenda Capivari (1961), em Valinhos, e a Fazenda Santa Helena, em Marília (1960).”

Dois anos após ter sido a lei da Revisão Agrária homologada pelo governador Carvalho Pinto “a implementação de mais 2 projetos de assentamento e colonização nos municípios de Meridiano e Jaú não chegou a ser efetivada, tendo sido abandonada pela gestão seguinte, de Adhemar de Barros”. (BERGAMASCO e NORDER 1999, p.77)

Ainda de acordo com BERGAMASCO (1997), em seu trabalho *Por um atlas dos assentamentos brasileiros*, existem diferenças entre os

assentamentos de colonização e os assentamentos de reforma agrária.

As diferenças que se estabelecem entre estes dois processos redistributivos – colonização e reforma agrária – poderão ser resumidas no fato dos primeiros serem implantados em terras devolutas do Estado e o segundo em áreas desapropriadas de particular, por não apresentarem índices de produtividade de acordo com o estabelecido na legislação. (BERGAMASCO, 1997, p. 14)

Assim, pode-se afirmar que na área objeto de estudo houve de fato um projeto de colonização estatal, embora tenha ocorrido quase que uma década e meia depois da Lei.nº 5994 de 1960, regulamentada em 1961. (1973-76).

O imóvel contendo uma área de 18.974.802,00 m² foi adquirido pela Fazenda do Estado, conforme carta de adjudicação de 26/02/43, após ação de desapropriação judicial promovida contra Theodor Ville & Cia, feitos que ocorreram na Comarca de Monte Aprazível. Esse título público encontra-se transcrito em nome da Fazenda do Estado sob o nº 522 (Lvº 3-A, fls. 202/203), no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Tanabi, em 04/03/1943.

Conforme entrevistas feitas com antigos moradores, durante muito tempo usufruiu dessa propriedade a Estrada de Ferro Araraquarense, desmatando para utilizar a madeira nobre para dormente e madeira de espécie menos nobre para abastecimento das locomotivas a vapor. Os lenhadores, à medida que derrubavam a mata, construíam seus casebres e passavam a explorar as terras em áreas de três a cinco alqueires que posteriormente, lhes foram arrendadas.

Lenhadores tornaram-se lavradores humildes, destituídos de recursos e de conhecimento. Eram acusados de fazerem exploração e não cultivo do solo, empobrecendo-o e nada fazendo no sentido de controlar a erosão.

Na década de 1960, a Prefeitura Municipal de Meridiano fez uma avaliação e constatou a existência de aproximadamente 100 famílias ocupando a Fazenda Jacylândia, com algumas famílias sem condição de permanência, simples “posseiros” sem sequer serem possuidores de contrato de arrendamento, pois a mesma encontrava-se há dois anos sem administração.

Além da exploração descompromissada com o solo, havia outro tipo de exploração, ou seja, o comércio entre os usuários das terras e até com pessoas de fora da Fazenda, que adquiriam direitos, reunindo vários lotes constituindo posses maiores, subarrendando-os por preços que vigoravam na região.

A floresta já havia sido transformada, na década de 70, em capoeiras e cerrados (processo de recomposição natural da vegetação), existindo apenas vestígios de grandes árvores derrubadas.

Nos termos do Decreto nº 2.848, de 20 de novembro de 1973¹⁴, foi a Fazenda incorporada ao patrimônio estadual para o cumprimento da Lei nº 5.994, de 30 de dezembro de 1960, sob a jurisdição da Secretaria da Agricultura – ARA (Assessoria de Revisão Agrária) – passando a constituir a PE (Portaria Estadual) – 4.065.

¹⁴ Publicado no D.O. de 21/11/73

Após o levantamento e avaliação da área, a ARA iniciou os trabalhos de localização e demarcação de lotes para venda aos residentes na gleba, que satisfizessem as condições impostas pela lei mencionada e critérios já estabelecidos e pela Assessoria na implantação dos três núcleos rurais já citados que eram:

1) Lavradores que não possuíssem terras rurais; 2) pessoas que vivessem há mais de 5 anos se dedicando a atividades agrícolas ou pecuária na qualidade de arrendatários, parceiros ou assalariados; 3) arrendatários, parceiros, produtores ou trabalhadores agrícolas, em geral associados a cooperativas agropecuárias; 4) técnicos rurais diplomados em qualquer grau; 5) agrônomos e veterinários; 6) aqueles que, com qualquer título, tivessem prática de trabalhos agrícolas ou pecuários; 7) aqueles que comprovassem haver participado, no exterior, na última conflagração mundial; 8) brasileiros natos ou naturalizados; 9) moradores, há mais de cinco anos, no município onde se localizasse o assentamento; e 10) os chefes de famílias mais numerosas. (BERGAMASCO, 1992, p. 38)

Antes de iniciar o levantamento, foi feita uma reunião entre os interessados para uma explanação ampla sobre como deveria ser feito aquele loteamento e por que deveria ser feito. Essa reunião aconteceu no prédio da Escola Rural da Fazenda Jacylândia.

Após o início da entrega dos lotes, houve dúvidas quanto à localização de alguns pretensos posseiros que se diziam feridos em seus direitos.

Com a convocação para uma nova reunião, a chefia do Escritório Regional de São José do Rio Preto compareceu para fazer uma explanação

sobre a real situação da Fazenda Jacylândia, quando pediu a todos que fizessem o possível para acatar a divisão promovida pela ARA.

Alguns moradores compareceram acompanhados de seus advogados, o que muito ajudou explicação da “impossibilidade e direitos de posse sobre bens imóveis de domínio do Estado”.

Àqueles que não se enquadraram na Lei 5.994 foi pedido, pela equipe encarregada de efetuar o loteamento da Fazenda Jacylândia, o enquadramento em outras leis para que fossem despejados, uma vez que os mesmos “ficam a fomentar desajustes, criando um clima de insegurança à equipe que executa os trabalhos e aos contemplados com lotes”¹⁵.

Com autorização do Secretário da Agricultura, Dr. Pedro Tassinari Filho, a ARA (Assessoria de Revisão Agrária) promoveu o loteamento da Fazenda Jacylândia, de propriedade do Estado, visto que já havia sido transferida para a Assessoria de Revisão Agrária pelo Decreto n.º 2.848, de 20/11/1973, expressamente destinada à colonização nos moldes da Lei nº 5.994/60¹⁶.

A equipe da ARA deu início aos trabalhos de campo através de um levantamento sócio-econômico, registrando na referida gleba 141 famílias, as quais ocupavam a área de forma desordenada, abrangendo lotes cuja área variava desde 0,5 ha até 56,00 ha. Houve então a necessidade de promover-se um remanejamento dessas áreas mal ocupadas.

Após várias reuniões com os próprios ocupantes, seriam eles admitidos como lavradores e ali permaneceriam caso se enquadrassem na Lei

¹⁵ Segundo documento enviado pela equipe à Procuradoria Geral do Estado de S.Paulo.

nº 5.994, de 30/12/60, desde que “ocupassem áreas entre 5 a 10 alq., ou seja, 12,10 ha a 24,20ha”.¹⁷ Acertou-se que aqueles que ocupassem áreas abaixo de cinco alqueires, se o desejassem, poderiam ocupar até cinco alqueires (12,10 ha), buscando-se dessa forma eliminar o minifúndio incapaz de manter uma família de trabalhadores.

Já os que ocupassem áreas superiores a 10 alqueires teriam sua área reduzida a, no máximo, 10 alqueires (24,20 ha), a área restante seria utilizada para ampliação e acomodação dos ocupantes de áreas menores.

Quanto às benfeitorias já existentes, ficou estipulado que deveriam permanecer da forma como se encontravam nas respectivas glebas.

Mesmo que ali estivessem instalados há muitos anos, aqueles que:

... não se enquadrassem na Lei 5.994/60 deveriam deixar as terras, pois a Lei não permite que sejam beneficiados os que são proprietários de terra; os que são funcionários ou casados com funcionários, e terão preferência dentro das diferentes classes, os brasileiros natos ou naturalizados, os que residem no município, e que seja lavrador há pelo menos 5 anos, etc. Evidentemente, aos lavradores ali já residentes há mais de 2 anos que se enquadrassem na Lei e cujos antecedentes os indicassem como bons elementos, teriam a preferência para ocuparem lote dentro da Fazenda, sempre sujeitos entretanto ao remanejamento, isto é, nem sempre exatamente no mesmo lugar que vinham ocupando, ou tendo por vezes sua ocupação modificada, em forma e área. Aos que assim concordassem, seria o lote vendido aos preços da avaliação para pagamentos em 10 anos, na forma da Lei.¹⁸

Dos 141 lavradores, 134 deveriam ser contemplados após o

¹⁶ Plano de Colonização – Processo SA nº 14.040/75.

¹⁷ No momento do levantamento sócio-econômico promovido pela equipe designada.

levantamento sócio-econômico, pois todo o serviço de topografia, localização e demarcação dos sítios já estava concluído, quando alguns elementos ali residentes, que não se enquadraram na lei (pois não haviam sequer feito a inscrição em obediência ao edital publicado no DO de 25, 26 e 27 de julho de 1975 com prazo de 30 dias de validade), começaram a criar problemas ao restante do loteamento e à sua regularização.

Outrossim, os residentes na área, alegando “direito de posse”, o faziam afirmando que “somente sairão de lá por sob ordens judiciais”, o que na prática seria inviável por tratar-se de área pertencente ao Estado; obrigaram então a equipe do ARA a solicitar uma ação de despejo junto à Procuradoria Geral do Estado. O referido ofício relaciona o nome de pessoas, justificando os motivos pelos quais as mesmas não se enquadravam na Lei:

Passamos, para governo de Vossa Excelência, a relacionar os elementos que devem ser notificados para despejos da Fazenda Jacylândia, por ocuparem parte dela indevidamente e não se ajustarem às condições legais que regem a colonização, além de impedir a ação oficial.

1º JOEL ANTONIO BUENO – Elemento que não se inscreveu nos termos do edital e ocupa área de mais ou menos 5 alqs. (14,52 ha), impedindo que outros trabalhem. Reside na Fazenda Jacylândia.

2º SAMUEL GOMES COELHO – Elemento intransigente, processado pela Polícia Florestal por ter posto fogo na mata existente e feita derrubada ilícita na área destinada à Prefeitura Municipal. Não se enquadra na Lei. Ocupa cerca de 4 alqs. cuja área faz parte de 4 lotes impedindo o seu aproveitamento por outros elementos melhores classificados.

3º ANTONIO S. DE FREITAS – Não está inscrito, ocupa área de 1,2 ha, que constitui parte de 1 lote já destinado

¹⁸ Conforme Ofício nº 21/76 encaminhado pelo Secretário Executivo da Assessoria de Revisão Agrária da Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

a outro lavrador. Reside na Fazenda.

4º LUIS CORD. DOS SANTOS – Ocupa 1 alqs. encravado em 2 outros lotes. Não reside no lote. Elemento que ameaça a segurança dos vizinhos e não se enquadra na Lei. Reside no Bairro de Sto. Antonio em Meridiano. Correspondência direta para esse bairro.

5º WALTER LOURENÇO – É proprietário rural em outro lugar – Fernandópolis, não podendo ser contemplado e ocupa área de mais ou menos 20 alqs, abrangendo suas terras, parte da Fazenda que pertence a Valentim Gentil e parte de Meridiano. Reside com ele no mesmo lote a sua concubina Ana Geny dos Santos, que também deverá ser citada.

6º FRANCISCO L. ANTONIO – Não se inscreveu e ocupa uma área de 5 alqs. e diz não sair a não ser com ordem judicial. Reside na Fazenda.

7º OCTACILIO L. DOS SANTOS – Não se inscreveu e ocupa parte do lote de 0,5 ha dentro de um lote, juntamente com Argentino Francisco de Brito que não se inscreveu também. Reside na Fazenda.

8º JESUINO C. DE SOUZA – Não se enquadra na lei. Ocupa uma área de 5 alqs. Reside na Fazenda Jacylândia – Meridiano.

9º GENESIO MARTINS E JOSÉ R. ALVES – Ambos ocupam casas do Governo ali construídas que constituíam a antiga sede da Fazenda e foram vendidas pelo preço da avaliação a quem de direito. Não são lavradores. São intrusos mesmo. Precisam ser despejados para que as casas possam ser entregues.

10º WALDEMAR J. PACHECO – É motorista profissional, trabalha na Cia. de Terraplanagem SEMENGE. Sempre arrendou o lote em que reside a terceiros. Reside na Fazenda.

11º GERLISIO FRANCISCO DO NASCIMENTO – Ocupa área de mais ou menos 4 alqs. e a sub arrenda a 25% a outros elementos, não se enquadrando, para ocupar o lote. Reside na Fazenda.

12º ANTONIO MODESTO – Não aceitou o lote que lhe foi destinado. Inscreveu-se e foi classificado, porém, não aceita as condições e está criando problemas ao Grupo Executivo que promove o loteamento, porque não deixa outros elementos trabalhar no lote.

13º JOSE MALAVASI – É usuário da terra, tendo como proprietário vendido suas pretensas posses a José Pinheiro e não quer deixar a casa que ali ocupa. Não pode ficar na fazenda um elemento como esse.

14º ORLANDO R. MALDONADO E JORGE R. MALDONADO – Ocupam em conjunto área de 8 alqs.

(19,36) ha, sendo que Orlando Rosa Maldonado está vendendo sua pretensa parte de posse a elemento não inscrito o que cria problemas ao Grupo Executivo ferindo frontalmente a Lei n.º 5.994/60 e a todos os princípios de moral.

15º CIPRIANO F. DE JESUS – Elemento de mais de 65 anos de idade já de aposentadoria compulsória pelo FUNRURAL não logrou classificar-se dentro da Lei e não quer entregar sua pretensa posse a elementos classificados.

16º ALICE DE SOUZA LIMA – Não quer entregar a pequena área que vem ocupando, reside junto com seu genro que foi devidamente classificado e aquinhado com um lote próximo a ela, sendo que a Dna. Alice poderá ir residir no lote de seu genro.

17º MARIA FRANCISCA DE JESUS – MARIA BAIANA – Ocupa área aproximada de 4 alqs, não se inscreveu, estando portando fora dos direitos de pleitear lote, deverá ser citada. Como poderá ver Vossa Excelência são relativamente poucos os casos a resolver entre os 141 lavradores que ali se encontram.

Em todos os casos a correspondência deverá ser encaminhada aos cuidados do Grupo Executivo – Jacylândia, Casa da Agricultura, Meridiano. Temos quase certeza que iniciados os processos contra esses elementos, alguns desses problemas se resolverão com facilidade. Há necessidade entretanto de agir contra eles, para o que solicitamos as providências da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, superiormente orientado por Vossa Excelência para dar início aos respectivos processos de despejo.

Conforme citado no Ofício nº 21/76 encaminhado pelo Secretário do ARA ao Secretário do Estado dos Negócios da Justiça, consta no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fernandópolis, no livro nº 2, Registro Geral, Matrícula - 840, Folha 01, o seguinte registro: "Um imóvel rural, sem benfeitorias, encravado na Fazenda Marinheiro ou Marinheiro de Cima, situado nos municípios de Meridiano, desta Comarca, e no de Valentim Gentil, da comarca de Votuporanga, com área de 1912 hectares, 69 ares e 2 centiares, com as seguintes confrontações..." Proprietária Fazenda do Estado de São

Paulo - Título Aquisitivo transcrito sob o N° 522, em Tanabi. Fernandópolis, 21 de maio de 1976.

Na mesma folha, no dia 21 de maio de 1976: "O imóvel objeto de matrícula supra n° 840 foi loteado nos termos da lei 5.994 de 30/12/1960 e regulamentada pelo Decreto 38.328, de 14/04/1961, dentro do plano de Colonização referente ao imóvel denominado Fazenda Jacylândia (Loteamento n° 6) de propriedade do Estado de São Paulo, situado nos municípios de Meridiano, desta comarca, e Valentim Gentil, comarca de Votuporanga, deste Estado". Plano de colonização: "O imóvel foi dividido em 134 lotes rurais com as seguintes áreas a saber: Lote n° 1..." e aí segue o tamanho dos lotes em hectares e o correspondente em alqueires, sendo que os mesmos possuem tamanhos variados entre dois e dez alqueires.

Consta ainda a averbação de compromisso de venda, o valor pagável em dez prestações anuais e sucessivas, com juros de seis por cento ao ano, vencendo a primeira em 31 de outubro de 1976.

Quanto àqueles que não foram contemplados com a regularização de suas terras, não podendo transformar-se em *compromissários compradores* e que foram excluídos do processo por ordem judicial, não tendo mais como reivindicar direitos, os mesmos foram obrigados a se retirar da Fazenda.

Apagaram-se assim as vozes gritantes, com capacidade de liderança, e que poderiam talvez estimular um movimento social reivindicatório mais agressivo; mas os problemas relacionados à Fazenda, apesar de todo o empenho do Estado, não encontraram uma solução totalmente satisfatória.

Dos 134 "contemplados como compromissário comprador" somente

60 deles conseguiram pagar as prestações anuais e receberem os títulos definitivos de suas terras no final dos dez anos.

Ocorreram desistências, que não puderam ser comprovadas, a não ser através de comentários nas entrevistas de antigos vizinhos, segundo quais eles mesmos acabaram anexando essas terras abandonadas para os seus filhos.

Como a situação não foi resolvida, movimentaram-se os políticos locais no sentido de concluir a implantação do processo de colonização e assentamento da Fazenda Jacylândia.

Novo levantamento foi feito em 1985, a pedido da Procuradoria do Estado para que o problema da demarcação e titulação das terras da Fazenda se concluísse.

Um novo mapa foi elaborado por agrimensores da CESP de Bauru, que deu subsídio para a titulação de quase 30 propriedades. Algumas propriedades já tituladas tiveram seus títulos recolhidos e foram retituladas também pela Procuradoria do Estado, para facilitar os acertos e correções de outras áreas.

O fato é que, nem todas as divisas das propriedades do segundo mapa (elaborado em 1985) coincidem com as divisas do primeiro mapa (elaborado em 1976).

Alguns comissários compradores ainda resistem à idéia de ceder ao vizinho 0,5 ha, mudando a cerca dois metros de onde está, para que ambos possam desfrutar das vantagens da legalização. Enquanto isso o relacionamento com o vizinho vai-se distanciando e a Procuradoria só legaliza

a situação com base no 2º Mapa (elaborado pelos agrimensores em 1985, da CESP), mesmo que, do ponto de vista legal, o compromissário esteja com todos os compromissos relacionados a terra corretos (prestações quitadas e impostos recolhidos).

2.2. O Perfil Atual da Fazenda Jacylândia

A visita às pequenas propriedades da Fazenda Jacylândia para aplicação de um inquérito (questionário), com vinte e seis quesitos, permitiu a observação “in loco” da precariedade e decadência da maior parte das propriedades e das instalações que servem de moradia às famílias.

Grosso modo, permitiu classificar em quatro grupos as propriedades ali existentes:

1º) Propriedades de lavradores instalados pela equipe designada pela ARA que permanecem, ou cujos filhos permanecem na terra, encontrando-se hoje no limiar da miséria.

Essas propriedades apresentam-se, atualmente, com solos degradados, processo de erosão avançado, pastagens praguejadas, casas bastante precárias necessitando de reforma e cercas necessitando de reparos. O pomar e a horta encontram-se em estado de penúria. (Figura 05 A e 05 B)

São famílias sobrevivendo com o dinheiro da aposentadoria dos idosos (muitos acometidos de aterosclerose), com filhos desempregados ou



FIGURA 05 A – Pode-se observar a precariedade da moradia e seus anexos.
Foto da autora, 2/2000.



FIGURA 05 B – Pode-se observar o abandono das instalações do curral e a precariedade da horta. Inadequação do terreiro de café ao sistema agrícola vigente.
Foto da autora, 2/2000

fazendo pequenos serviços (como diaristas) para outros proprietários e as mulheres fazendo faxina na cidade (diaristas também). Esses representam mais de 30% dos entrevistados.

Algumas dessas senhoras aposentadas fazem diferentes tipos de artesanato que são vendidos. É mais uma estratégia que visa a atender às necessidades básicas de cada família.

2º) Um segundo grupo de propriedades com várias casas (três a cinco) simples, permitindo assim a moradia de filhos, egressos da capital, com família constituída, por estarem desempregados nos últimos anos e que não cuidam da propriedade cultivando a terra, pois esta apresenta-se com pastagens degradadas, trabalhando nas indústrias de Valentim Gentil assim como suas esposas. Os novos ganhos já começam a ser investidos em móveis e eletrodomésticos para suas casas que, embora de construção recente, são modestas e algumas até inacabadas.

Nota-se a retomada de melhoria nessas construções como colocação de piso, janelas do tipo venezianas de metal, substituindo antigas vidraças ou antigas janelas de madeira.

São “propriedades-dormitório”¹⁹ (Figura 06) se é que se pode assim descrever, pois, durante o dia, só os idosos aí permanecem. Essas representam quase 20% das visitadas e localizam-se bem próximas às cidades de Meridiano e Valentim Gentil, sendo que este segundo município possui um projeto para viabilizar a implantação de indústrias moveleiras e existem para

¹⁹ Por nós assim denominadas, uma vez que possuem a função de dormitório.

tanto, ônibus pagos pelas indústrias, facilitando o transporte dessa mão-de-obra disponível e necessária ao funcionamento das mesmas.



FIGURA 06 – Aspectos de uma propriedade que tem, de forma dominante, a função de residência de familiares - “dormitório”.
Foto da autora, 2/2000

3º) O terceiro grupo de propriedades identificadas pertence a comerciantes ou profissionais liberais que as adquiriram de um segundo ou terceiro dono, para serem usadas para o lazer do final de semana, tal qual uma segunda moradia, ou então por terem se aposentado e gostarem da vida no campo. Estes novos “proprietários” estão formando pomares e construindo novas casas, assim como estudando a possibilidade de investir em tecnologia para obterem retorno financeiro. Esses representam 30% dos proprietários entrevistados.

Entre esse grupo está a maioria das propriedades que apresentam produção mais elevada, gerando renda para a manutenção do estabelecimento

e da família que nela trabalha e produz, além daquelas que utilizam mão-de-obra assalariada. (Figura 07)

Desse grupo, algumas propriedades, já que possuem infra-estrutura de lazer de boa qualidade, são utilizadas como uma fonte de renda lucrativa, principalmente por profissionais liberais e comerciantes, pois estão sendo alugadas para turistas nos finais de semana, dando-lhes novas formas de uso. (Anexo 03)



FIGURA 07 – Observam-se investimentos em infra-estrutura e adequação dos anexos ao sistema agrário e aos novos usos.
Foto da autora, 2/2000

4º) Ainda, percebe-se a existência de propriedades que podem ser consideradas parte de um quarto grupo, por apresentarem uma característica ímpar em relação aos demais grupos: é a presença do assentado com uma produção que lhe possibilita a reprodução ampliada e o progresso social.

São aqueles que, desde o início do loteamento, tiveram sua situação de produtor legalizada, facilitando o acesso a empréstimos oficiais, e conseguiram, com o trabalho familiar, no decorrer desses anos todos, o aproveitamento racional, diversificando a produção, arrendando terras dos vizinhos quando os filhos ainda eram jovens e podiam ajudá-los. Esses são poucos e representam dez por cento dos entrevistados.

O nível de vida dos ocupantes da Fazenda Jacylândia sempre foi, segundo entrevistas com lideranças políticas, “preocupante e comprometedor”²⁰, além de ser alvo dos discursos políticos até os dias atuais.

Por ter sido durante muito tempo propriedade do Estado, a área não pagava tributos nem taxas ao município, dificultando ou onerando qualquer benfeitoria executada pela prefeitura.

O fato de muitos, desde o início do loteamento, não possuírem o título da terra tornava-os marginalizados, impossibilitados de fazerem financiamentos oficiais, presas fáceis do intermediário que, embora na época fosse visto como “*salvação*”, acabava, através dos altos juros cobrados, se apropriando da renda da terra e empobrecendo ainda mais o residente.

Percebe-se nitidamente a agricultura consolidada, a agricultura de transição (pobreza), a agricultura familiar periférica (miséria), assim como um novo uso nesses pequenos sítios (fins residencias ou lazer).

²⁰ Não gostaria de ser identificado.

2.3. O Perfil da População Residente

A Fazenda Jacylândia sempre foi motivo de especulações políticas²¹ nos períodos de campanhas pois, já no governo do Sr. Jânio da Silva Quadros, ventilou-se a possibilidade de loteamento e, na gestão do professor Carvalho Pinto, foi incluída no Plano de Revisão Agrária. Na administração do governador Abreu Sodré foi elaborado um plano pela diretoria de Ensino Agrícola recomendando a instalação de um colégio agrícola em parte da gleba e, no restante, a instalação de colônias agrícolas.

Essas especulações políticas de caráter populista nada consumaram, protelando e agravando o problema da Fazenda Jacylândia, não garantindo a integração total dos residentes dessa Fazenda na vida socio-econômica do município de Meridiano.

Fazia-se urgente um compromisso provisório de posse com distribuição em módulos condizentes com a legislação, e é a partir da sociedade civil, com o seu apoio, que começaram a surgir os movimentos reivindicatórios, pressionando as lideranças políticas locais.

Foram passeatas, abaixo-assinados encaminhados às lideranças políticas municipais ou locais para que, através destas, as lideranças políticas estatais tomassem conhecimento no início dos anos de 1960.

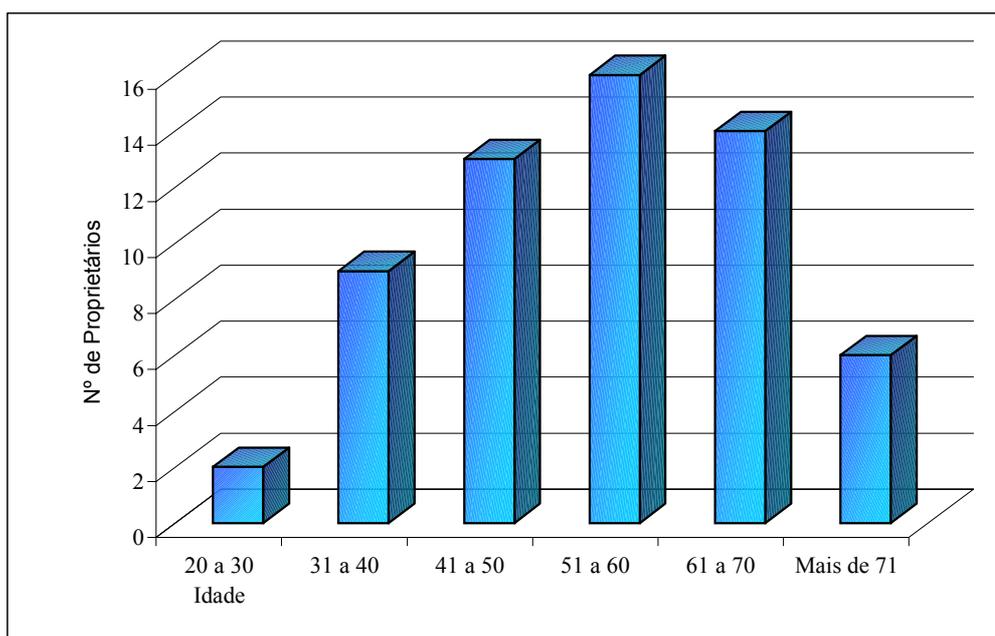
Entretanto, a sociedade civil, na luta cotidiana, vem forjando organizações de apoio e resistência, cruciais

²¹ Conforme entrevista do Sr. Hermenegildo Baldin, chefe de gabinete aposentado da Prefeitura do município de Meridiano.

para garantir aqui, no centro da sociedade nacional, um espaço de luta e/ou de apoio a esses movimentos.
(OLIVEIRA, 1993, p.55)

A partir dos resultados obtidos e tabulados referentes à primeira parte do questionário aplicado, foi possível elaborar o perfil social das famílias atualmente residentes na Fazenda Jacylândia, assim como a qualidade de vida que desfrutam. Percebeu-se que os atuais proprietários residentes possuem idade bastante avançada, dos quais 33,3% possuem mais de sessenta anos. (Figura 08)

FIGURA 08 – COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS



Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 04)
Data: 10/99

O fato de um terço dos residentes entrevistados possuir idade superior a sessenta anos, aliado ao baixo índice de escolaridade diagnosticado, nos faz perceber a resistência que alguns possuem a mudanças.

Os pequenos proprietários residentes, remanescentes dos primeiros compromissários compradores, são pessoas bastante simples, humildes, modestas e desconfiadas²². Essas características são responsáveis pela desconfiança quando questionados e medo com relação à busca de melhorias.

Assim, esses proprietários não utilizam recursos provenientes de empréstimos para a agricultura concedidos por bancos oficiais. Não buscam seus direitos enquanto cidadãos.

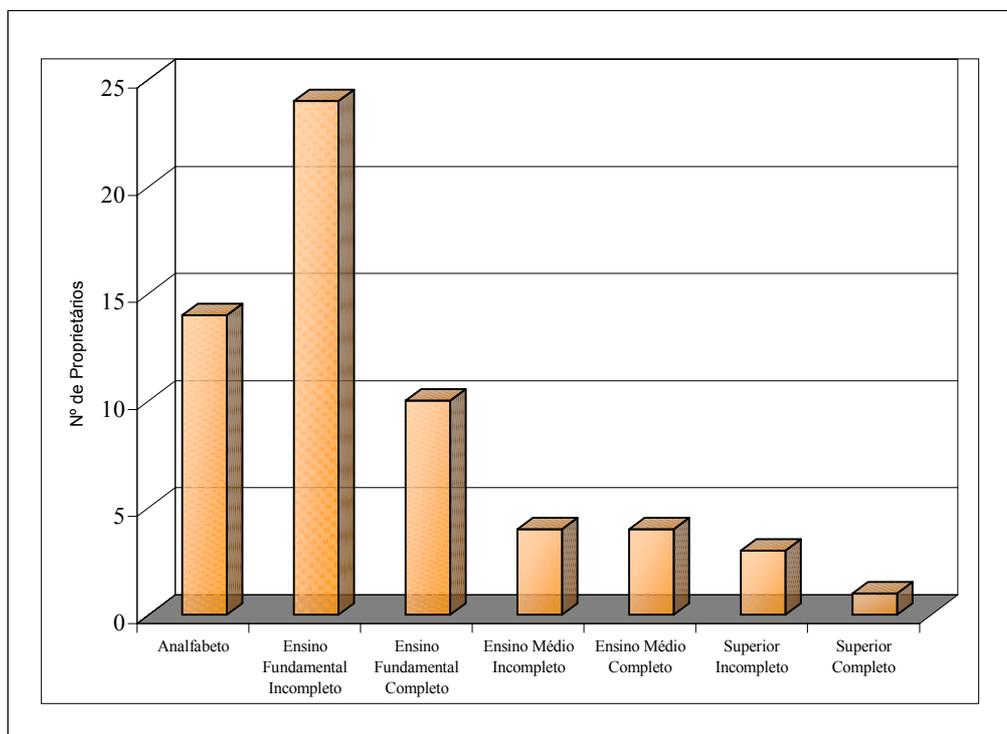
Quanto ao nível de instrução, quase 24% desses proprietários são analfabetos, 40% possuem ensino fundamental incompleto, somente 3,3% concluíram o ensino médio e 1,6% tem curso superior completo. (Figura 09)

Esses gráficos são referentes somente aos “chefes de família residentes”, o que nos leva a concluir que as esposas também apresentam grau de escolaridade igual ou inferior a seus maridos, uma vez que muitas confirmaram verbalmente “a falta de estudo”.

As poucas crianças freqüentam normalmente a escola, inclusive a pré- escola municipal, visto que a prefeitura de Meridiano dispõe de transporte escolar diário e gratuito.

Esse transporte escolar gratuito é usado, muitas vezes, pela população mais idosa, ou não, geralmente de poucos recursos, para ir ao posto ou “Centro de Saúde”, ou ainda para “acertar negócios” na “vila”, como dizem.

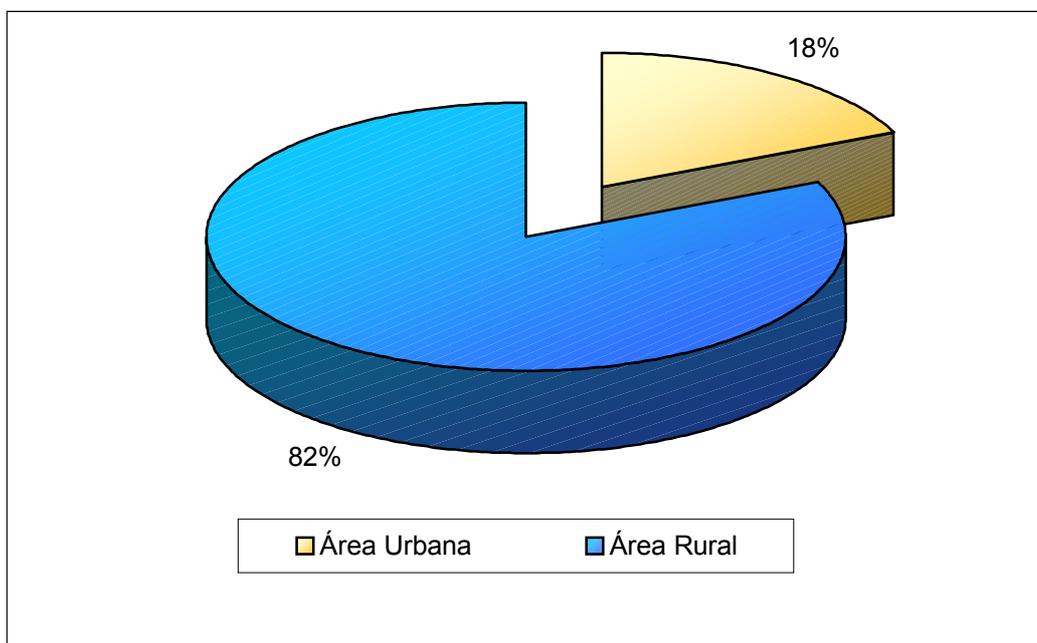
²² Por isso nossos primeiros contatos foram assessorados pelos funcionários da Casa da Agricultura e Prefeitura Municipal (motoristas) que ajudaram a quebrar as desconfianças iniciais.

FIGURA 09 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS

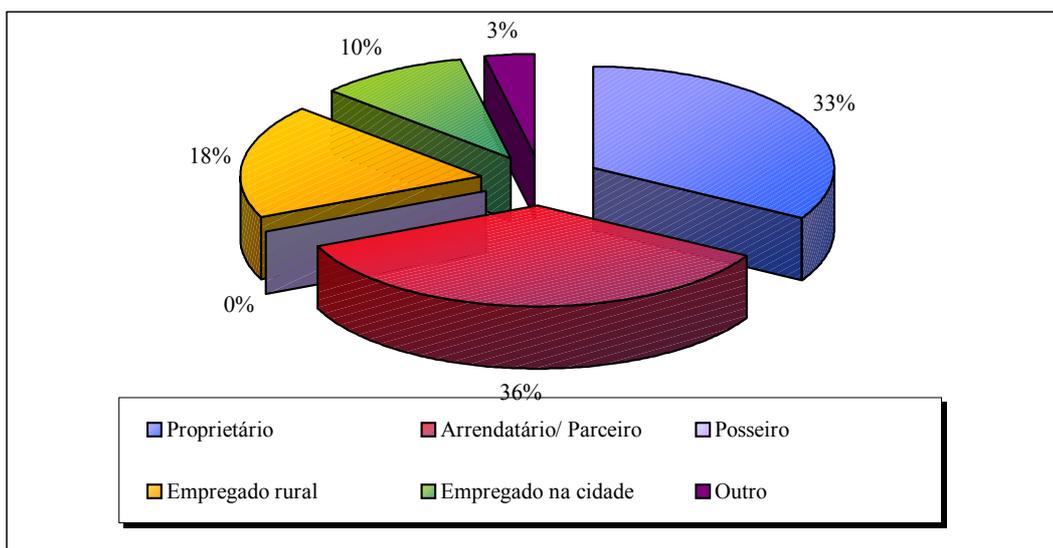
Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 04)
Data: 10/99

Percebe-se que a população idosa apresenta sérios problemas de saúde próprios da idade e agravados pelo tipo de vida difícil que sempre tiveram.

Constatou-se que 82% dos sítiantes entrevistados são provenientes de área rural. Constatou-se também que 33% dos entrevistados se dizem “ter sido proprietário ou filho de proprietário de terras antes de vir”. Os que admitem terem sido arrendatários ou parceiros correspondem a 36% e os demais se dividem entre empregados da zona rural (18%) e empregados na cidade (10%). Somente 3% dos inqueridos não responderam. Ninguém, porém, se diz posseiro ou assume ter experiência como posseiro em outras áreas de conflito na região, assim como não gostam de falar sobre este assunto também. (Figura 10-11)

FIGURA 10 – LOCAL DE MORADIA ANTERIOR DOS PRODUTORES

Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 04)
Data: 10/99

FIGURA 11 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR ANTERIOR À VINDA PARA A FAZENDA JACYLÂNDIA

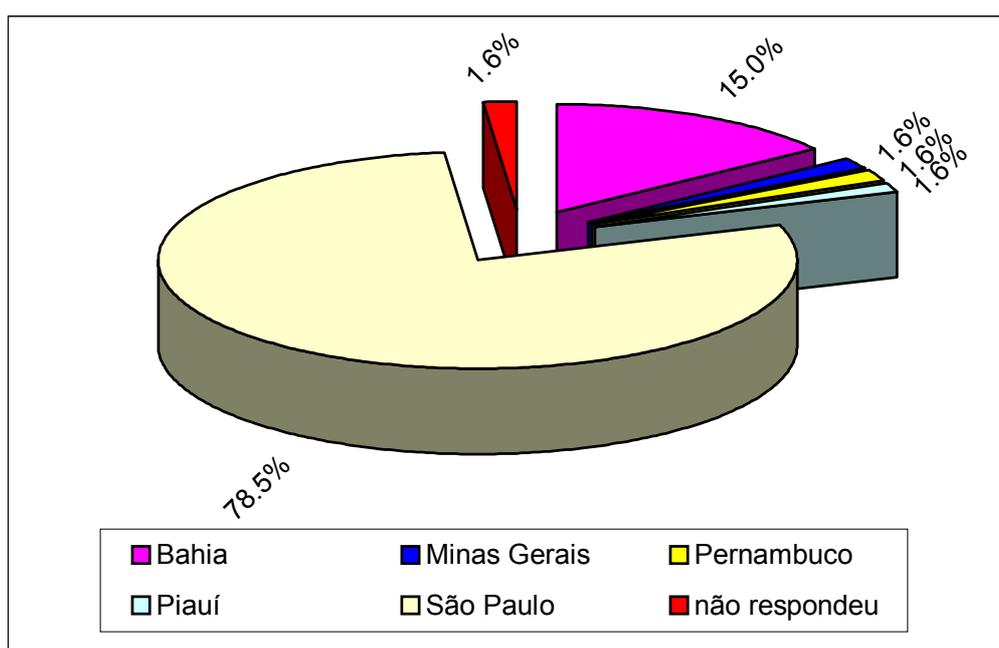
Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 04)
Data: 10/99

Verificou-se, também, que dos sessenta entrevistados quarenta e sete, ou seja, 78,5% são originários de municípios do estado de São Paulo,

nove ou 15% vieram do estado da Bahia, um (1,6%) de Pernambuco, um (1,6%) do Piauí, um (1,6%) de Minas Gerais e um (1,6%) não respondeu.

(Figura 12)

**FIGURA 12 – ESTADO DE ORIGEM DOS SITIANTES (OCUPANTES ATUAIS DAS TERRAS)
FAZENDA JACYLÂNDIA**



Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 04)

Data: 10/99

Essa situação proporcionou quase 19% de nordestinos entre os entrevistados (representando realmente os mais antigos atualmente na Fazenda). Sabendo-se que muitos já venderam os seus direitos de uso da terra, isso nos leva a pensar que, no início do processo de ocupação das terras da Fazenda Jacylândia, essa porcentagem de migrantes nordestinos deveria ter sido muito maior, o que pode ser explicado pelo momento sócio-econômico da história nacional e mundial.

Se depois da Primeira Grande Guerra, a iniciação de trabalhadores estrangeiros para as fazendas de café diminuiu, o seu nº passou a ser menor ainda na década de 30, quando da maior crise sofrida pelos nossos fazendeiros; então como já acontecera em épocas anteriores, os cafezais vão ser tratados por braços nacionais, oriundos do norte de Minas e dos estados nordestinos. São os baianos, como eram conhecidas as turmas de trabalhadores que, sem ter as mesmas qualidades do trabalho do colono europeu, mesmo assim muitos cooperaram, como ainda hoje o fazem, para que as lavouras paulistas não tivessem o mesmo fim que as mineiras e fluminenses. (ARAÚJO FILHO, 1957, p. 64)

Quanto ao número de pessoas que residem no imóvel, constatou-se que em quinze propriedades (25%) os residentes oscilam entre uma a três pessoas. Já em vinte e quatro propriedades (40%) o número de residentes variou de quatro a seis pessoas e, em dez propriedades (16,5%) o número de residentes é de sete a dez pessoas. Constatou-se também que em cinco propriedades (8,5%) o quesito não foi respondido e em outras quatro (6,5%) os proprietários moram fora. (Tabela 01)

TABELA 01 – NÚMERO DE RESIDENTES NA PROPRIEDADE

Número de pessoas	Propriedades	%
Nenhuma	4	6,5
1 a 3	15	25,0
4 a 6	24	40,0
7 a 10	10	16,5
+ de 10	2	3,5
Não responderam	5	8,5

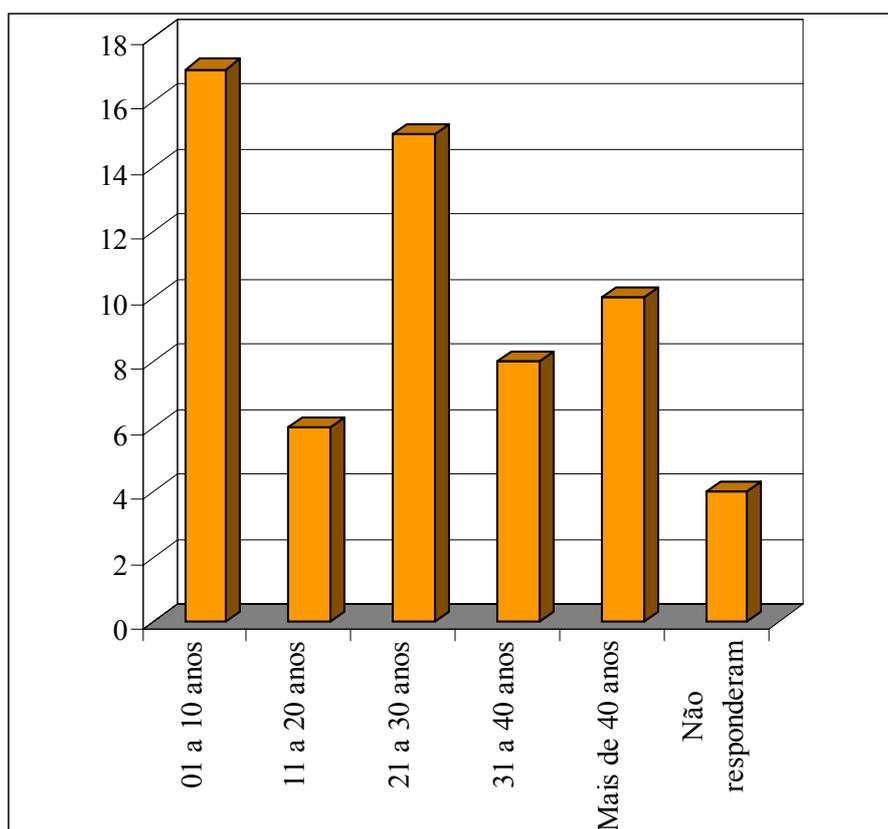
Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Data: 10/99

Quanto ao tempo em que ocupam a terra, dez entrevistados (16,5%) responderam que estão ali há mais de quarenta anos; oito (13,3%) ali se encontram entre trinta e um a quarenta anos; quinze (25%) entre vinte e um e

trinta anos, seis (10%) entre onze e vinte anos e dezessete (28%) são os que estão ali há mais de um ano e menos de dez anos. (Figura 13)

FIGURA 13 – TEMPO EM QUE DETÉM A POSSE DA TERRA



Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 03)
Data: 10/99

Dos residentes, em torno de 28% instalaram-se na Fazenda como proprietários depois da compra da propriedade de 2º, 3º ou 4º dono. Destes muitos são comerciantes, ou profissionais liberais, alguns instalados nas cidades vizinhas, mas que têm na propriedade a segunda residência, visando ao lazer.

São poucos os proprietários que se destacam pelo alto padrão de vida que possuem, morando e trabalhando na propriedade e, ainda, utilizando empregados fixos. Bom exemplo é o Sr. Douglas de Oliveira que, depois

de ficar com a família por 4 anos trabalhando no Japão, retornou e comprou três sítios (propriedades), equipou-os com tecnologia moderna: barracões adequados ao uso de ordenhadeira mecânica, praticando rotação de pastagens. Possui gado leiteiro de alta qualidade e produtividade

Dentre as propriedades decadentes, existem aquelas administradas pelo sitiante-assentado, assim como aquelas constituídas por famílias jovens. Estas últimas, remanescentes dos antigos posseiros que ali moram desde pequenos, ou mesmo desde que nasceram, são propriedades herdadas e que já foram divididas.

Apesar de a maior parte dessas propriedades possuir pastagens, as mesmas praticam uma pecuária rudimentar, onde é necessário um alqueire de terra para uma ou duas cabeças de gado e a produção leiteira, em média, não chega a dois litros por vaca. Como os animais acabam parindo na “*época das águas*” (outubro a fevereiro), supõe-se que “*na época das secas*” (entressafra) o leite mal supre a alimentação do bezerro.

A cana-de-açúcar, às vezes plantada como forragem perto da casa, complementa, nos meses mais secos (julho, agosto, setembro), a alimentação desses animais.

Os mais afortunados incorporam propriedades vizinhas através de compra em nome dos filhos ou mesmo arrendam da viúva ou herdeiros, que hoje moram nas cidades vizinhas.

A existência de um núcleo de lazer, que se encontra em condições precárias, nos leva a pensar na ocorrência outrora de um “bairro rural”.

Visto assim como “bairro rural”, há momentos de encontros, quando ocorre quermesse no barracão, ao lado da igreja, os cochichos, as visitas aos doentes, os parentescos e compadrio, mas não existe homogeneidade étnica nem religiosa.

A religião predominante é a católica romana, tanto assim que no núcleo do bairro existe uma igreja, onde se realizam missas nas segundas quartas-feiras de cada mês, o que motiva os residentes a participarem de missas em outras localidades vizinhas aos domingos e feriados. Entretanto, verificamos que alguns sitiantes freqüentam outras instituições religiosas.

Além disso, ainda persistem as mágoas do tempo da demarcação das propriedades que fizeram com que, em vez de se unirem e lutarem pelos direitos do grupo à terra, se fragmentassem em subgrupos, gerando atritos pelo tamanho de sua propriedade, pela cerca que não pôde nem pode mudar de lugar, enfim pelas divisas e fronteira da terra ocupada.

De acordo com Queiroz (1973), nas zonas pioneiras é difícil encontrar bairros rurais do tipo tradicional, como os que aparecem nas zonas velhas. No caso da Fazenda não existiu uma identidade étnica.

Muitas foram as propriedades que não puderam ser visitadas, porque seus proprietários moram fora, mantendo as casas fechadas e as porteiras com correntes e cadeados, dando a impressão de perfeito abandono, muito embora os vizinhos tenham dito que “de vez em quando aparece um parente para dar uma ajeitada e cortar o mato”.

Um dos grandes problemas é que, apesar de já existirem dois mapas do Projeto de Colonização Estatal, quase 20% dos proprietários

residentes ainda não conseguiram a titulação de sua terra. Muitos deles ainda reclamaram por terem recebido glebas pequenas, ou por terem sido lesados pelo vizinho que conseguiu mais terras.

Esses homens estão bastante integrados à cidade, sabendo das “fofocas” políticas e referindo-se a ex-prefeitos, futuros candidatos, com respeito, mas de forma bastante familiar, já que eles os “viram crescer” ali na cidade mesmo.

As mulheres cuidam da limpeza do quintal, da casa, da horta, das criações de quintal (porcos, galinhas, patos), das atividades relacionadas aos afazeres domésticos. Os homens cuidam da “criação” de gado bovino, do pomar e da roça (quando há).

Quanto ao excedente da colheita, quando há, é vendido na cidade, como, por exemplo, frutas, verduras e derivados de leite. A confecção dos derivados de leite, de frutas, isto é, queijos e doces, além de peças de artesanato como crochê, pintura de panos de cozinhas, é uma atividade feminina, cujo produto é vendido para “atravessadores”.

Alguns ali permaneceram e outros ali permanecerão até a morte, tendo sido a sua propriedade dividida entre os filhos ou vendida pelos mesmos. Há casos de filhos que voltaram para comprar a mesma propriedade que havia pertencido aos pais.

Algumas propriedades, ou parte delas, ou o direito a elas já foram “passados para frente”, por duas ou três vezes, sem que nenhum dos compradores tenha conseguido a escritura definitiva. Alguns desses proprietários não têm escritura da terra e talvez nem venham a consegui-la,

segundo informação obtidas junto à Procuradoria do Estado de São José do Rio Preto, visto que pelo menos seis delas são menores que o módulo rural estabelecido para o Projeto de Colonização (3 hectares).

Hoje, as pastagens ocupam o lugar dos cultivos de outros tempos, e em vários sítios decadentes ainda se vê o terreiro cimentado que, outrora, serviu para secar o café. (Figura 05 B)

CAPÍTULO III

3. A DINÂMICA ECONÔMICA E OS IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO DA FAZENDA JACYLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO

Neste capítulo, proceder-se-á à análise da estrutura fundiária do município de Meridiano e da Fazenda Jacylândia, no período compreendido entre 1960 e 1995/6, na intenção de um melhor entendimento dos problemas relacionados à Fazenda. Serão discutidas as condições dos produtores e utilização das terras por eles mesmos tanto no município como na Fazenda.

Também será objeto de reflexão neste capítulo a produção agrícola e pecuária, as relações de trabalho e a distribuição dessa força de trabalho

Visto que a apropriação das terras e a ocupação efetiva na região ocorreram na década de 1930 e 1940, foi no dia 24 de dezembro de 1948 - através da Lei Estadual nº 233 - durante o governo de Adhemar de Barros, que os vilarejos²³, depois de unificados com o nome de Meridiano, elevou-se à categoria de distrito, pertencente ao município de Fernandópolis. Mas foi somente em 1960, quando ocorreu a instalação do município²⁴, que seus dados censitários passaram a ser computados:

²³ Distantes menos de um km, surgiram duas vilas: São José da Marvilha em terras doadas pela família Cavalim, e São João da Marvilha, em terras doadas pela família de João Machado Pereira.

²⁴ A Lei Estadual nº 5.285, de 18/02/1959, elevou Meridiano à categoria de município, e sua instalação ocorreu no dia 1º de janeiro de 1960. Seu primeiro prefeito foi Donato Marcelo Balbo, "liderança política que muito fez para que ocorresse a legalização da posse da terra". (BIZELLI, 1993)

O município de Meridiano possui uma superfície de 254 km² que equivale a 25.400 ha, sendo que 78% desse total já se constituía, em 1960, em áreas de estabelecimentos agropecuários. Nos anos de 1970 e 1980, os estabelecimentos ocupavam, respectivamente, 69,7% e 79,6% da área total do município e, em 1995/6, em torno dos 81,6%.

3.1. Estrutura Produtiva Agrícola do Município

3.1.1. Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária do município caracteriza-se por apresentar um predomínio em número de pequenos estabelecimentos resultantes do retalhamento das grandes glebas em sítios e fazendas pelas companhias de terras durante o processo de colonização na região.

No ano de 1960, os estabelecimentos com área inferior a 10 ha perfaziam 77,14% do número total dos estabelecimentos e ocupavam 13,55% de área total dos mesmos, enquanto os estabelecimentos com área superior a 1000 ha representavam apenas 0,32% do número total e detinham 14,38% de área ocupada.

De 1960 a 1975, não houve ampliação significativa das áreas de cultivos, com exceção das áreas de pastagens plantadas que tiveram um

aumento de 133,56%; entretanto percebeu-se, também, nesse período, uma diminuição de áreas de matas nativas de 39,9%, das terras em descanso de 95,02% e daquelas ocupadas pelas pastagens naturais de 67,60%.

Nesse período, observou-se que todas as classes de áreas superiores a 20 ha até 500 ha aumentaram em número e em área respectivamente. Os estabelecimentos com área entre 20 ha a 50 ha aumentaram 28,95% e 33,94%; os de área entre 50 ha a 100 ha, 280% e 245,2%; os de área entre 100 ha a 200 ha, 22,23% e 24,6%; e, os de 200 ha a 500 ha 142,86% e 131,83%.

No mesmo período, cresceu 50% o número de estabelecimentos com área superior a 1000 ha, ampliando em 45,42% a área ocupada. Esse aumento ocorreu principalmente em virtude da expansão da pecuária, mas também em detrimento dos estabelecimentos pequenos de até 10 ha e os de 10 a 20 ha que, respectivamente, diminuíram em número 83,75% e 40% e, em área ocupada, 79,75% e 80,77%. Assim como estabelecimentos com área superior a 500 ha até 1000 ha também diminuíram tanto em número como em área, correspondendo a 75% e 68,88%, respectivamente.

Entretanto, verificou-se, de acordo com os dados censitários (Figura 14), que entre 1975 a 1995/6 houve um recrudescimento dos estabelecimentos de pequeno porte, aumentando em número e expandindo sua área respectivamente: até 10 ha: 29,11% e 17,68%, e de 10 ha até 20 ha: 84,44% e 182,28%.

De acordo com HESPANHOL (1996, p. 119), essa situação, “em parte”, é resultante da “retirada de subsídios à agricultura nos anos 80”, o que

fez com que a terra fosse concedida a outrem ou “terceiros” (arrendatários e meeiros) para exploração, dividindo-se assim os riscos das atividades agropecuárias. Ainda mais: “a realização de partilhas de grandes estabelecimentos entre diferentes membros das famílias e/ou empresas” motivada pelo medo de ocupações e Reforma Agrária.

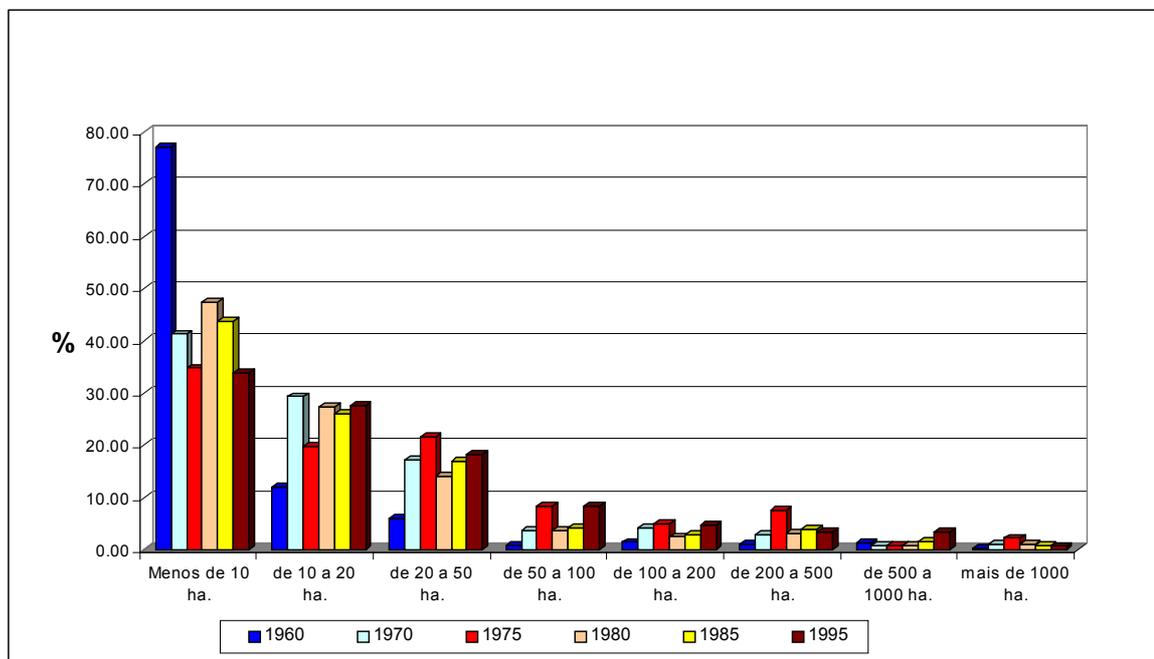
Por outro lado, torna-se impossível não perceber, também, a partilha de terras entre herdeiros, o que provocou a fragmentação das grandes propriedades e, ainda, o novo uso que parte da população urbana começou a fazer da pequena propriedade rural visando ao lazer ou à segunda moradia.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de estabelecimentos rurais com suas respectivas áreas divididas em classes no município de Meridiano apresentava, em 1960, um total de 630 estabelecimentos, cujo número, em 1995/6, diminuiu 64,28%, mas a área ocupada aumentou 15,53% do total das propriedades rurais existentes no município.

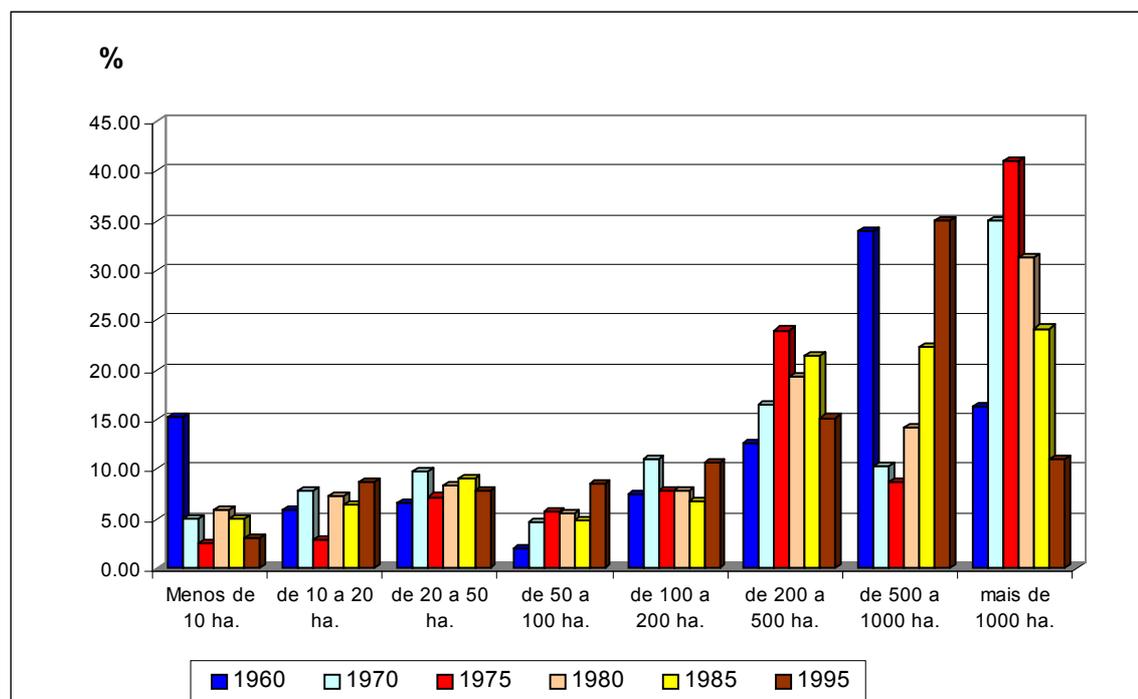
Todavia esse percentual, que havia crescido em 1980, atingindo 79,11% no número de estabelecimentos e 20,68% em área, diminuiu no Censo Agropecuário de 1985 em torno de 3,23% quanto ao número de estabelecimentos, mas ampliou 10,21% quanto à área ocupada por eles. Por outro lado, no período 1985 a 1995/6, ocorreu tanto a diminuição do número de estabelecimentos, quanto da área ocupada por eles, respectivamente 22,82% e 6,91% . (Figura 14)

FIGURA 14 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO –1960 – 1995/6

Número de Estabelecimentos (em %)



Área dos Estabelecimentos (em %)



Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

3.1.2. O Regime de Exploração das Terras

De acordo com as categorias consideradas pela FIBGE, constatou-se que, em 1960, predominavam no município de Meridiano os arrendatários de terra que eram responsáveis por 77,9% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 15,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos no município.

Sendo a região, em 1960, área de ocupação recente, os arrendatários representavam a mão-de-obra barata necessária às zonas novas para a preparação da terra (desmatar, destocar, preparar a terra para o cultivo ou pastagens etc). “O novo, que é uma das dimensões de zona pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social.” Pois as relações são aquelas “necessárias a sua implantação”. (MARTINS, 1975, p. 44-45)

Destacava-se, também a, categoria “outros”, em 1960, nem tanto pelo número, pois representavam 4,4% do total, mas principalmente pela área ocupada que era em torno de 57%, onde aparecem os administradores ou pessoas responsáveis e, provavelmente, situações mal entendidas pelos recenseadores.

Outra categoria que apareceu com destaque quanto ao número nos dados censitários de 1960 foi a de proprietários que representava 12,8%, ocupando 26,4% da área total dos estabelecimentos.

Os ocupantes atingiam 4,9% dos estabelecimentos, nesse período, ocupando uma área de 1,1% da área total dos estabelecimentos.

Pode-se observar, também, que os parceiros ou as relações de

parceria não apareceram nos dados recenseados do IBGE nessa data.

Já em 1970, o número de proprietários aumentou 26,3%, perfazendo 38,3% do total dos estabelecimentos. Os arrendatários e outros desaparecem totalmente dos dados censitários, fazendo com que se pense, que nos anos 60, todos os casos de situações não totalmente esclarecidas foram classificados como “outros”.

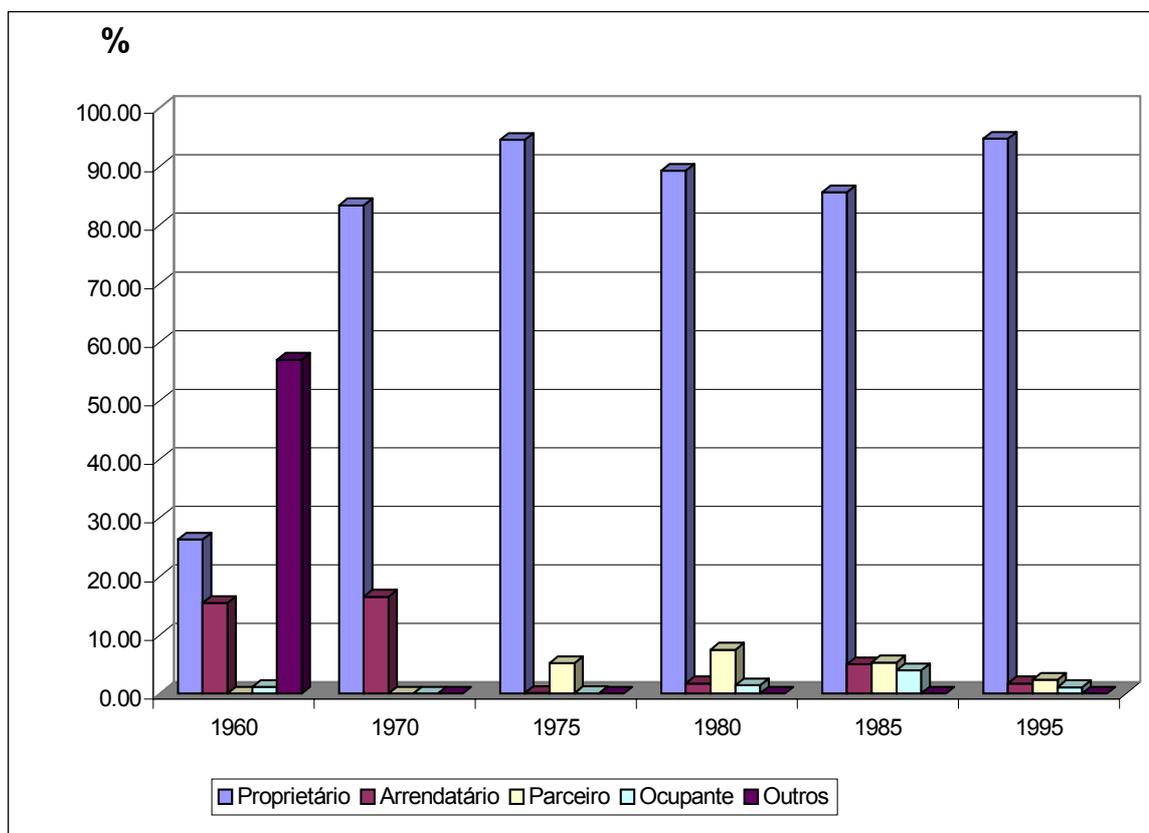
Ainda observando os dados censitários, a categoria outros desaparece totalmente nos próximos Censos Agropecuários –1975, 1980, 1985 e 1995/6.

O número de arrendatários diminuiu, quase desaparecendo em 1975. Esse fato está relacionado com a conclusão do processo de derrubada da mata e formação das pastagens, além de se ter iniciado o processo de legalização das terras da Fazenda Jacylândia, onde havia um grande número de produtores na condição de arrendatários da Companhia de Estrada de Ferro Araraquarense. Também, nos recenseamentos agropecuários seguintes, 1980, 1985 e 1995/6, não é expressiva a participação do arrendatário entre as categorias de produtores.

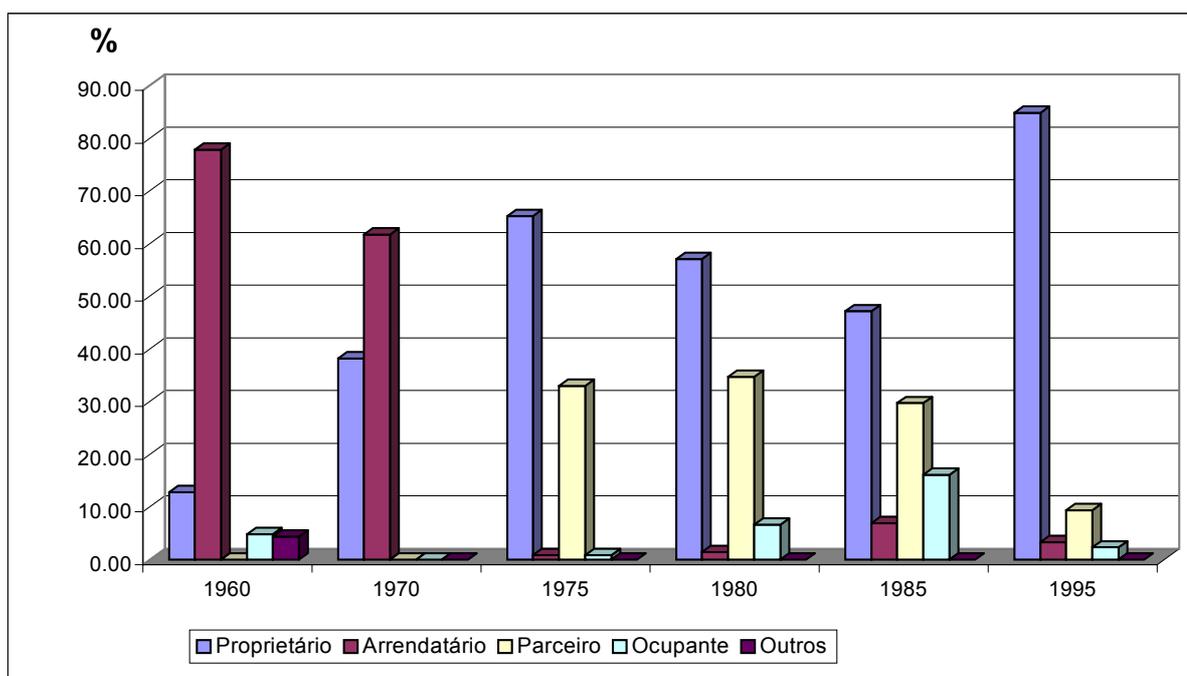
Por outro lado, aparece no censo de 1975 a figura do parceiro, talvez, pelo novo alento da lavoura cafeeira que atingiu a maior produção de todos os recenseamentos, vindo a decair nos censos posteriores, quando cedeu lugar às áreas de pastagens e cana-de-açúcar.

A categoria dos proprietários cresceu, em número e em área ocupada pelos estabelecimento, de forma constante nos recenseamentos agrícolas (1960-70-80-85-95/6), como se pode observar. (Figura15)

FIGURA 15 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO –1960-1995/6
Área Ocupada (em %)



Número de Estabelecimentos (em %)



Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/6

3.1.3. A Utilização das Terras nos Estabelecimentos Agropecuários

Desde 1960, no município de Meridiano, as pastagens plantadas predominam sobre as pastagens naturais, tanto em número de estabelecimentos como em área ocupada, ocorrendo inclusive um processo de expansão e crescimento das mesmas. (Figura 16)

Enquanto as pastagens plantadas se expandiram, as naturais foram diminuindo significativamente em número de estabelecimentos e em área ocupada.

Os fatores que contribuíram para a expansão das pastagens plantadas foram:

- caráter predatório das atividades agrícolas, reduzindo a fertilidade dos solos;
- baixos preços dos produtos agropecuários;
- expansão do consumo interno de carne bovina, graças aos processos de urbanização/industrialização.

As lavouras temporárias constituíam, nos anos 60, depois das pastagens plantadas e das pastagens naturais, a terceira maior área ocupada por atividades agropecuárias no município. Era, porém, a categoria que ocupava o maior número de estabelecimento, ou seja, em torno de 56% e isso pode ser entendido pelo grande número de arrendatários no censo em questão, que era de 77,9%.

Nos recenseamentos subseqüentes, as lavouras temporárias diminuíram em número de estabelecimentos e área ocupada, sendo que o

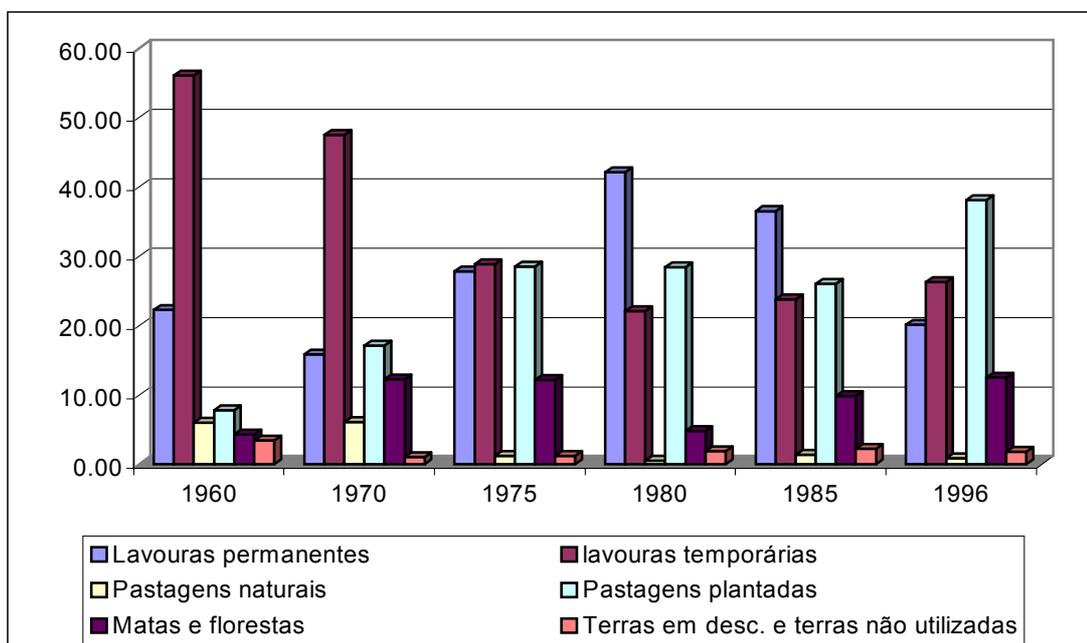
período crítico foi o censo agropecuária de 1980, ocorrendo, depois, um certo crescimento, mas jamais se atingiu o patamar de 1960.

Quanto às lavouras permanentes, o número de estabelecimentos onde as mesmas ocorriam cresceu 20% de 1960 a 1980, porém, a área ocupada pelas mesmas diminuiu 1,6%. De 1980 a 1995/96, decresceu o número de estabelecimentos e a área ocupada pelas lavouras permanentes respectivamente em torno de 22% e 1,6%.

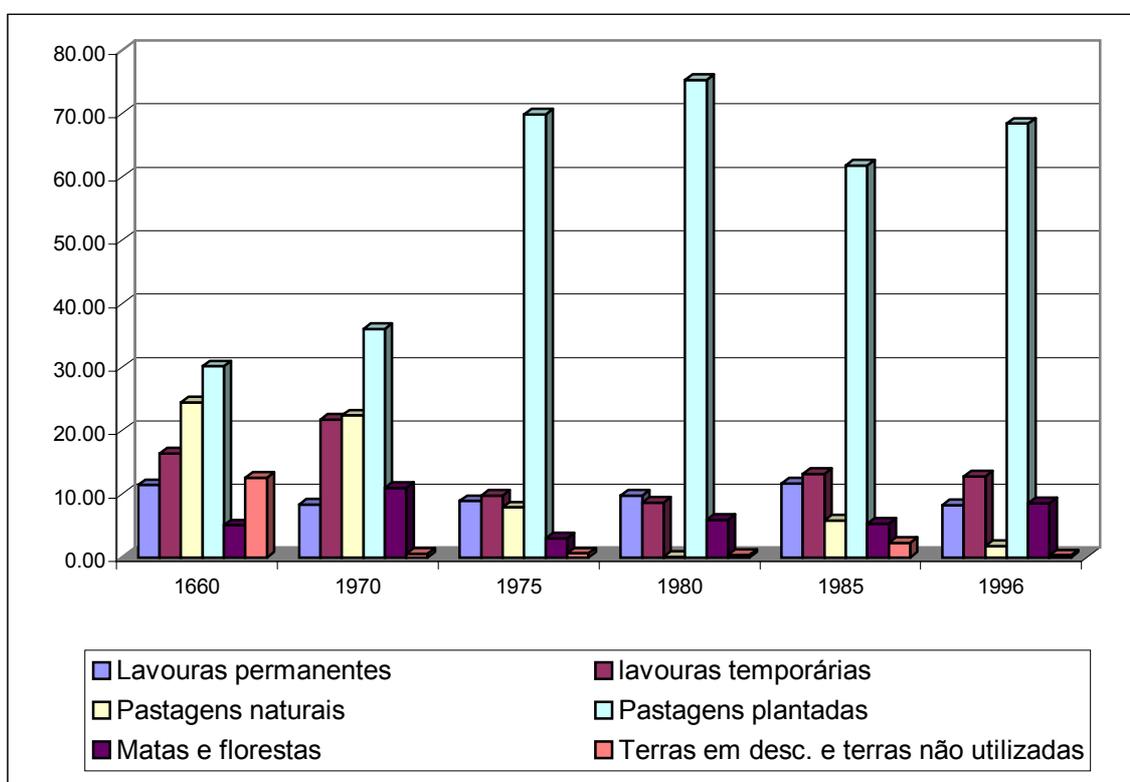
Observa-se, ainda, de 1960 a 1995/6, uma diminuição de 1,6% do número de estabelecimentos que possuem terras em descanso e não utilizadas, assim como da área dos estabelecimentos ocupada por essa categoria, que foi em torno de 15,3 %. (Figura16)

FIGURA 16 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO - 1960-1995/6

Número de Estabelecimentos (em %)



Área Ocupada (em %)



Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/6

3.2. Estrutura Produtiva Agrícola da Fazenda Jacylândia

3.2.1. Estrutura Fundiária da Fazenda

Desde o final dos anos 40 e, principalmente, durante as décadas de 50 e 60, o grupo de famílias, formado por pessoas que, ao longo do processo de apropriação privada da terra, foram sendo expropriadas na região, passou a ocasionar "tensões e conflitos" nos "sertões" de Fernandópolis, os quais só foram amenizados na década de 70, quando teve início um processo baseado na Lei nº5.994 de 1960 – Lei de Revisão Agrária e de Colonização -, em que a área em estudo foi destinada à ARA (Assessoria de Revisão Agrária) por decreto governamental nº2.848, de 20/11/73, para localização e demarcação de lotes para venda aos residentes na gleba. Infelizmente, o processo não se desenvolveu a contento, continuando no decorrer dos anos 80 e, mesmo assim, algumas famílias, no final da década de 90, ainda não possuíam a titulação ou escritura de suas terras, conforme se ressaltou anteriormente.

Embora no momento dos acordos com a Assessoria de Revisão Agrária - ARA esta tenha imposto o remanejamento dos proprietários e de suas respectivas propriedades, que oscilassem entre cinco a dez alqueires por trabalhador para que se atendessem à Legislação, hoje sabemos que somente os 60 primeiros lotes foram distribuídos com as divisas já definitivas.

O mesmo não aconteceu com os demais, pois, ainda em 1999-2000, muitos proprietários não tinham a situação de suas terras

legalizada e tituladas, e mais: os tamanhos das mesmas são variados e incertos, existindo na Fazenda seis propriedades que não atingem o tamanho mínimo exigido por lei face ao módulo rural proposto no Projeto de Colonização da Fazenda, que é de 3 ha (30.000 m²), para que o seu residente possa, através da Procuradoria do Estado, requerer a titulação de propriedade da terra.

Quanto aos residentes entrevistados, somente dois assumiram não terem o título da terra devido a problemas relacionados ao módulo rural: uma residente, por ser herdeira, e o outro por estar até hoje em litígio com o seu vizinho. Outros, com propriedades de tamanho regular, já assumiram por problemas diferentes como compra do direito de posse, litígio com o vizinho por não entrar em acordo com o remanejamento feito pelo ARA em 1976. Tantos foram os problemas que a Procuradoria do Estado, no intuito de agilizar, conseguiu do Estado que agrimensores das Centrais Elétricas de São Paulo fizessem nova medição, proporcionando, assim, um novo mapa da Fazenda Jacylândia, em 1985, mas, ao que tudo indica, também não satisfaz aos anseios de todos, conseguindo titular pouco mais de 30 propriedades. Outros problemas começaram a surgir a partir de terras não tituladas, cujos direitos se fragmentaram na divisão por heranças.

A Tabela 02 mostra a estrutura fundiária, segundo o levantamento de campo praticado na Fazenda Jacylândia. Como nesse levantamento foram entrevistados 60 proprietários, a tabela aparece como uma amostra da realidade. Nota-se na mesma a concentração de propriedades na categoria de mais de 12 ha até 15 ha, apresentando essa categoria 36,5% dos

entrevistados.

TABELA 02 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA CORRESPONDENTE A 60 PROPRIEDADES DA FAZENDA JACYLÂNDIA

Estabelecimentos (Área ha)	Nº de Propriedades	%
3	2	3,5
3 6	5	8,5
6 9	9	14,5
9 12	7	11,7
12 15	22	36,5
15 18	0	0,0
18 21	6	10,0
21 24	2	3,5
24 27	3	5,0
27 30	1	1,7
30	3	5,0
Total	60	100

Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Data: 10/99

Já a Tabela 03 aponta a distribuição do número de propriedades da área de compromisso em hectare dividida em classes, e do percentual dessas áreas com relação à Fazenda, bem como uma comparação do comportamento dessas propriedades que aparecem como “Área de Compromisso” do levantamento elaborado em 1976 e “Área do Levantamento da CESP” elaborado em 1985.

Chama nossa atenção o fato de que a soma das “Áreas de Compromisso” de 1976 não atinge os 1912 ha da área da Fazenda Jacylândia – Gleba 06 – e também o fato de o número de compromissário comprador atingir somente 125 (Tabela 03) e não 134, conforme mostra a Figura 17.

TABELA 03 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA FAZENDA JACYLÂNDIA

Classes	Área do Compromisso – 1976				Área do Levantamento da CESP – 1985			
	Nº de proprie//	%	Área (ha)	%	Nº de proprie//	%	Área (ha)	%
0 — 3	0	0	0	0,00	1	0,71	1,4341	0,07
3 — 6	1	0,8	4,55	0,25	6	4,26	28,5714	1,48
6 — 9	10	8	83,64	4,67	18	12,77	140,9916	7,78
9 — 12	32	25,6	333,50	18,67	35	24,82	362,6232	18,80
12 — 15	41	32,8	532,86	29,83	37	26,24	490,7542	25,45
15 — 18	17	13,6	285,21	16,00	14	9,93	228,991	11,87
18 — 21	5	4	97,29	5,45	10	7,09	187,8071	9,74
21 — 24	12	9,6	271,92	15,22	12	8,51	273,8893	14,20
24 — 27	6	4,8	146,28	8,19	7	4,96	172,8248	8,96
27 — 30	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
30 —	1	0,8	30,87	1,72	1	0,71	31,5863	1,65
Total	125	100	1786,12	100	141	100	1919,473	100

Fonte: Depto de Cartografia de São José do Rio Preto da Procuradoria do Estado de São Paulo. (Os dados absolutos encontram-se no anexo 05.)

Data: 12/99

Mapa – Fazenda Jacilândia – 26/05/1976

Ver arquivo: 06-FIGURA-PG83.PDF

Outrossim, o levantamento da CESP – 1985 aponta para uma área de 1919,473 ha, que corresponde a 0,35% maior que a área da Fazenda (1912,6902 ha) propriamente dita, distribuída entre 141 compromissários compradores, divergindo do mapa elaborado pela equipe de agrimensores da CESP, onde constam 134 propriedades. (Figura 18)

Ao serem comparadas as estruturas fundiárias do município de Meridiano e a da Fazenda, percebeu-se que as mesmas são bastante semelhantes, constituídas, em sua maioria, por pequenas propriedades, enquanto na Fazenda a reprodução do modelo ocorre em escala menor.

Considerando-se que o módulo rural do município de Meridiano é de 26 ha e o da Fazenda 30.000 m², ou seja, 3 ha, pode-se afirmar que a Fazenda reproduz aquilo que se verifica em todo o município, contribuindo para o aumento do número de minifúndios, guardando-se as devidas proporções.

Mapa – Fazenda Jacilândia
Companhia Energética de São Paulo (CESP)
Ver arquivo: 07-FIGURA-PG85.PDF

3.2.2. Regime de Exploração das Terras e Condição do Produtor da Fazenda Jacylândia

Convém ressaltar que, uma vez retirada a madeira na Fazenda do Estado, a relação de trabalho que se estabeleceu foi a do arrendatário trabalhando em regime familiar.

Embora a cafeicultura tenha avançado pelo município, assim como na região a partir da década de 40, ocupando as grandes, médias e pequenas propriedades, na Fazenda o arrendatário sempre deu preferência às culturas temporárias, uma vez que o cultivo permanente se tornava inviável pelo tempo em que a terra era tomada em arrendamento.

A não renovação dos contratos de arrendamento por parte do Estado acabou por fazer com que o trabalhador fosse ficando por ali até transformar-se em sitiante-posseiro que arrendava terras de vizinhos, uma vez que os filhos constituíam mão-de-obra familiar farta e ativa e a terra de posse nem sempre era suficiente.

Nos períodos de colheita do algodão e café na região, o sitiante e/ou familiares sempre buscaram, no trabalho rural diarista e acessório a complementação das necessidades da família.

Já no final dos anos 60, com a expulsão dos colonos das fazendas de café das redondezas - processo que é fruto do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, aliado a uma política de crédito que não atendia ao pequeno produtor - surgiu o desemprego de muitos e a venda ou perda da terra de outros. Segundo Teixeira (1979), aumentou o exército de reserva de

mão-de-obra nos bairros rurais e periferia de cidades que acabou submetendo-se ao sistema de empreitada de mão-de-obra para trabalhos agrícolas.

Na Fazenda Jacylândia, aumentou o número de sitiantes-posseiros e de conflitos, diminuindo a terra de cada família. Surgiu a figura do empreiteiro de força de trabalho, conhecido na região como “gato”, e o trabalhador sujeitou-se a ser transportado em carroceria de caminhão aberta para trabalhar como bóia-fria ou “birolo” nas fazendas do município ou mesmo dos municípios vizinhos no auge da colheita do café e do algodão.

Nos fins dos anos 60, levantamento feito pela prefeitura contabilizou 100 famílias; já em 75/76 o levantamento feito pelo ARA (Assessoria de Revisão Agrária) registrou 141 famílias nas terras da Fazenda, que foram remanejadas em suas áreas de posse, conforme expusemos anteriormente.

Constatou-se dentre os 60 sitiantes entrevistados a presença do trabalho familiar, de aposentados, de assalariados urbanos, de assalariados rurais e de diaristas, tanto urbanos como rurais, com suas estratégias, que nada mais são do que alternativas para a manutenção das necessidades básicas. (Tabela 04)

Somente treze sitiantes, ou seja, 22% deles, contam com mão-de-obra assalariada permanente, ou seja, utilizam mão-de-obra complementar. Para o restante contratar mão-de-obra remunerada fixa seria um luxo do qual não tem condições de desfrutar. Usam realmente o trabalho familiar e somente vez ou outra contratam trabalhador diarista.

TABELA 04 – OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

CONDIÇÃO		Até 14 anos		15 a 65 anos		Mais de 65 anos		Total
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Desempregado		12	7	6	6	-	-	31
Aposentado	Rural	-	-	3	4	17	13	37
	Urbano	-	-	1	-	1	2	4
Diarista	Rural	-	-	12	-	-	-	12
	Urbano	-	-	-	2	-	-	2
Assalariado permanente	Rural	1	-	18	1	-	-	20
	Urbano	2	-	39	10	1	-	52
Assalariado temporário	Rural	-	-	3	5	-	-	8
	Urbano	-	-	8	1	-	-	9
	Total	15	7	90	29	19	15	175

Fonte: Questionários aplicados pela autora.

* Embora constem na tabela, refletem o depoimento dos pais como desempregados, mas não podemos esquecer que os mesmos são crianças.

Data: 10/99.

Conforme explicitamos, o trabalho acessório que sempre ocorreu entre os sitiantes também e ainda continua ocorrendo. Existem moradores (filhos dos primeiros posseiros) que trabalham na cidade como assalariados ou como diaristas para os novos vizinhos, ou seja, para os novos proprietários que estão investindo em suas áreas adquiridas há menos de dez anos.

Quando ocorreu a legalização e formalização do projeto de colonização, o compromissário comprador enfrentou dificuldades de toda ordem, desde a demarcação do seu lote com remanejamento e diminuição de sua “posse” impostos pelo ARA (Assessoria de Revisão Agrária), até litígios com o vizinho que teve seu lote ampliado com as terras que lhe tinham sido retiradas.

A parceria ou arrendamento, bastante utilizado na época, foi um

complemento para amearhar mais terras e, conseqüentemente, uma estratégia para sobreviver à insuficiência de terra, mesmo porque as famílias contavam com o trabalho dos filhos.

Muitos não tiveram sucesso com as lavouras que plantaram, ou tiveram problemas relacionados à saúde, endividando-se e vendo-se obrigados moralmente a vender seus “direitos de posse”²⁵ de parte da propriedade para quitar as prestações.

Existe, no município, uma Associação dos Produtores Rurais, criada pelo Projeto do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e quase metade dos entrevistados, ou seja, 49% deles, está a ela associada. Somente dois produtores se encontram associados a cooperativas da região, mas dificilmente se utilizam dos equipamentos e serviços oferecidos por elas.

O PRONAF (ex-PLANAF), formulado pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária em agosto de 1995, constitui uma das diretrizes do governo de Fernando Henrique Cardoso, quanto ao redirecionamento da política agrícola, visando ao fortalecimento da agricultura familiar através de três metas essenciais a serem atingidas: 1ª) Programa de Estabilização da Agricultura Familiar (com ampliação e redirecionamento do crédito, preços e tributação); 2ª) Programa de Descentralização de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural (com ampliação e redirecionamento da pesquisa, assistência técnica e extensão rural e reforma agrária); 3ª) Programa

²⁵ “Aqui aconteceu tanta história triste e enrolada que dava pra fazer mais de um filme”, são palavras do Sr. Fernando Fungaro, mais de 70 anos, com mais de 40 anos na Fazenda.

de Reordenamento e Aplicação de Infra-Estrutura Rural (tanto física como social) com ênfase em educação e capacitação, saúde e saneamento, habitação adequada, energia, comunicação e transporte, recuperação de solos, estradas vicinais, caminhos e acessos, obras hídrico-hidráulicas, pequenas e médias agroindústrias e outras atividades econômicas não agrícolas.

A maior parte dos associados, quando necessitam de equipamentos que poderiam ser alugados da Associação, não o fazem, alegando alto custo e demora no atendimento, pois existe lista de espera, sendo então mais viável alugar máquinas e equipamentos de particulares e vizinhos.

Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, somente 20% dos proprietários são a ele filiados, mas percebe-se que não gostam de falar sobre isso e mudam de assunto com bastante rapidez.

Há reclamações quanto à falta de trabalho e também de terra para desenvolver o trabalho familiar.

3.2.3. A Utilização da Terra na Fazenda Jacylândia

Com relação à utilização das terras, das 60 propriedades utilizadas como amostra, há um predomínio de pastagens. São 580 ha (239,7 alqueires) de pastagens, constituindo 79% da área dos estabelecimentos. As lavouras permanentes ocupam 41,5 ha (17 alqueires), ou seja, 6% das terras utilizadas e as lavouras temporárias ocupam 53,5 ha (22 alqueires) ou 8% das mesmas.

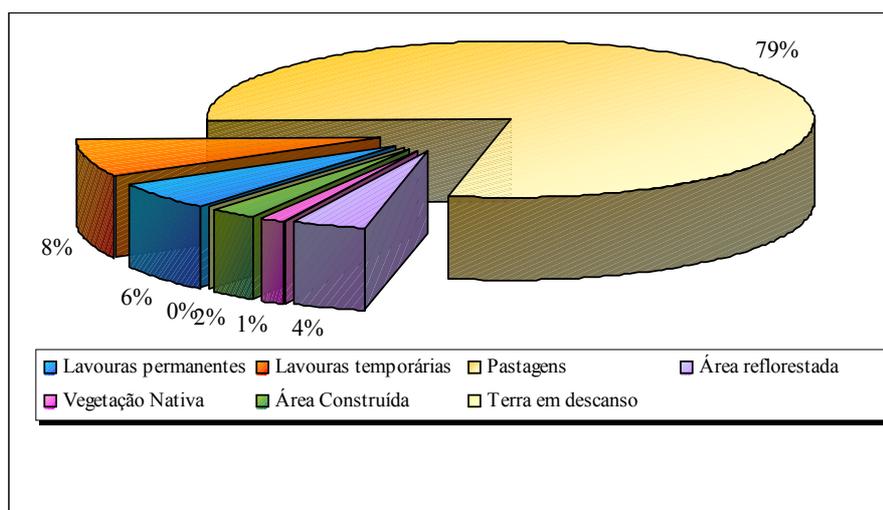
As lavouras permanentes nunca foram predominantes na Fazenda, primeiro, porque a terra não lhes pertencia e, segundo, porque, depois da demarcação, nem todos estavam satisfeitos com as determinações e remanejamentos feitos pela equipe designada pela ARA, existindo uma incerteza bastante grande quanto a conseguirem de fato pagar as prestações, garantindo assim a titulação e a permanência na terra.

Hoje, as lavouras permanentes até existem e representam aproximadamente 6% das terras utilizadas pelos entrevistados, ocorrendo principalmente em terras tituladas. Já as lavouras temporárias representam 8% das terras utilizadas pelos entrevistados, predominando nas áreas ainda não tituladas, onde o compromissário comprador aguarda a legalização e titulação da mesma. (Figura 19)

As áreas com reflorestamento perfazem 26,5 ha (onze alqueires) ou 4% do total da área dos inqueridos. Área construída (casas, anexos, barracões e curral) atinge quase 14,5 ha (seis alqueires) ou 2%, não aparecem entre os entrevistados terras deixadas em descanso, a vegetação nativa representa em

torno de 7 ha (quase três alqueires) ou 1%. Essa situação nos leva a entender que, fragilizados quanto ao acesso aos recursos como estão, torna-se bem mais prática e econômica a pastagem do que a lavoura. (Figura 19)

FIGURA 19 - A UTILIZAÇÃO DA TERRA NA FAZENDA JACYLÂNDIA



Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 04)
Data: 10/99

Os dados censitários referentes ao período compreendido entre 1960 a 95/96 permitem aquilatar um acréscimo no número de estabelecimentos agrícolas ocupados por pastagens plantadas e também na área ocupada pelas mesmas. Na Jacylândia, o relato de seus moradores nos leva a deduzir (“a terra já produziu muito e hoje está cansada e pela falta de recursos econômicos foi transformada em pastagem”) que fato semelhante lá também ocorreu, uma vez que as pastagens, hoje, ocupam 79% da área das propriedades onde ocorreram as entrevistas.

Quanto ao declínio das lavouras temporárias e permanentes, no tocante ao número de estabelecimentos e à área ocupada por elas mesmas no município, a situação evidenciada pelos dados censitários já citados demonstra

não ser muito diferente daquela que se constatou na Fazenda.

3.3. A Produção Agropecuária no Município e na Fazenda Jacylândia

Tendo em vista que os cultivos, dependendo do espaço ocupado, acabam se diferenciando e apresentando suas particularidades, procurou-se caracterizar a evolução produtiva do município de Meridiano, através da análise dos dados do Censo Agrícola de 1960, dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995\6, comparando-se a situação atual da Fazenda.

3.3.1. As Áreas de Cultivos e as Principais Lavouras no Município de Meridiano

Observando-se os dados censitários de 1960 a 1995/6, referentes à produção das principais lavouras no município de Meridiano, percebe-se que o município já foi grande produtor de algodão, de arroz e café, tendo esses produtos diminuído não só sua área como sua produção, chegando mesmo, no caso do algodão, a desaparecer totalmente no Censo Agropecuário de 1995/6.

A produção de milho, que pouco aumentou em área cultivada, proporcionou um crescimento significativo da produção e da produtividade. Nos anos 60, a produtividade do milho no município, que era de 1,4 toneladas por

ha, elevou-se para 3,0 toneladas por ha, num crescimento percentual de 114,5%.

Entretanto, a produção de cana-de-açúcar chama a atenção, visto que era insignificante até 1980, pois tinha a finalidade precípua da subsistência da propriedade rural, comparecendo no Censo Agropecuário de 1985 com pequena área plantada de 220 ha e uma produtividade de quase 55 toneladas por ha. Eis que em 1995/6 apresentou um aumento de 285% de sua área de cultivo e atingiu a produtividade de 75 toneladas por ha.

Essa situação deveu-se à criação e instalação da Usina e Destilaria de Álcool de Fernandópolis em 1983 e também ao fato de Meridiano localizar-se no raio economicamente viável da usina, com relação ao custo de produção dessa matéria-prima.

No município, pode-se afirmar que, hoje, a cana-de-açúcar e as pastagens ocuparam o espaço deixado pelo algodão e pelos antigos cafezais.

Quanto à produção do feijão, embora tenha diminuído sensivelmente a área de cultivo, quando comparamos os dados censitários de 1960 com os de 1995/6, constatamos que, relativamente, o mesmo não aconteceu com a produtividade, que aumentou de 0,41 toneladas/ha para 0,65 toneladas/ha, o que denota a incorporação de técnicas modernas ao processo produtivo dessa lavoura.

O mesmo não se pode dizer do arroz que diminuiu incrivelmente não só a área como a produção total, quase desaparecendo .

Já a lavoura de café²⁶ sofreu drástica redução da área ocupada.

No município de Meridiano, assim como na região Noroeste, o café foi introduzido nas décadas de 30-40 inicialmente nas grandes propriedades e, logo a seguir, com o aumento da especulação imobiliária, também nos sítios de produção familiar.

TABELA 05 - PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO 1960- 1995/6

Produção (em toneladas), Área (em ha).

Anos	Algodão		Milho		Arroz	
	área	prod.	área	prod.	área	prod.
1960	786	1.250	641	894	1.624	2.696
1970	2.561	2.900	976	1.362	897	636
1975	343	378	455	970	317	274
1980	356	563	888	1.863	305	410
1985	1.115	1.690	990	2.672	350	258
1996	-	-	697,3	2.106,9	31,5	43,9

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Anos	Feijão		Café		Cana	
	área	prod.	área	prod.	área	prod.
1960	223	91	1.482	1.469	-	-
1970	27	6	1.600	697	-	-
1975	5	4	1.571	2.526	4	87
1980	75	31	1.449	2.173	1	120
1985	23	15	2.197	1.463	220	12.090
1996	95,7	62	263,9	233,3	848,2	63.436

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Portanto, o café, que apresentava no Censo Agrícola de 1960 uma produtividade de uma tonelada por hectare, teve sua área de produção e sua produtividade bastante alterada nos recenseamentos seguintes. Entre 1960 e 1985, o aumento da área ocupada pela cafeicultura foi de quase 149%, para

²⁶ Representou, na segunda metade do século XIX, a grande riqueza brasileira, colocando o Brasil em destaque como grande produtor mundial. De acordo com PRADO JUNIOR, “o rei café” já foi o centro de todos os fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil. (1970, p. 167)

depois diminuir no recenseamento de 1995/96 essa mesma área em 83%, o que representa, em relação ao censo de 1960, uma redução de 56%; quanto à produtividade média, de 1960 a 1985 foi 1,04 tonelada/ha e de 1985 a 1995/6, de 0,77 tonelada/ha.

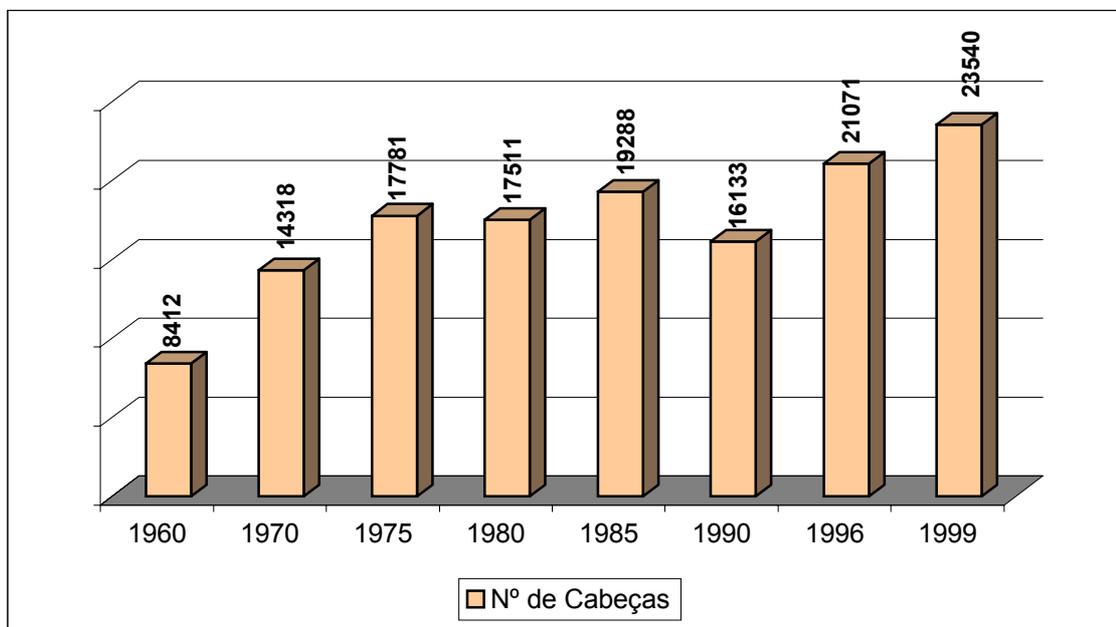
Pode-se observar que, no censo de 1985, quando comparado com 1960, tanto o algodão como o café apresentaram ampliação de suas áreas de cultivo, sendo, respectivamente, 42% e 48% o aumento da área ocupada.

3.3.2. A Produção Pecuária

Desde o Censo Agrícola de 1960, as áreas de pastagens plantadas já predominavam no município de Meridiano. Considerando-se o conjunto formado pelas áreas de pastagens naturais e as plantadas, percebe-se que o mesmo atingia 54,6% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas.

Embora nos recenseamentos subseqüentes as pastagens naturais tenham diminuído, as pastagens plantadas ampliaram suas áreas ocupando ou absorvendo áreas antes cobertas com as pastagens naturais, com as lavouras temporárias, com as lavouras permanentes e com terras em descanso, pois, no Censo Agropecuário de 1995/6, as pastagens plantadas juntamente com as naturais atingiram mais de 70% da área ocupada pelos estabelecimentos.

O efetivo bovino no município cresceu no período de 1960 a 1995/6 aproximadamente em torno de 150% e, embora as pastagens naturais tenham sofrido um decréscimo de 22,8% em área ocupada, as pastagens plantadas compensaram por que tiveram uma expansão de 38,3%. (Figura 20)

FIGURA 20 – EFETIVO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO: 1960 –1995/6

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Instalados na região, num raio de trinta quilômetros de Meridiano, existem atualmente cinco frigoríficos em funcionamento: um em Fernandópolis (Frigorífico Mozzaquatro), um em Estrela d'Oeste (Frigoestrela - Frigorífico Estrela d'Oeste), outro em Valentim Gentil (Frigorífico Valentim Gentil Ltda.), dois em Votuporanga (Frigorífico Votuporanga Ltda. e Frigorífico Avícola Ltda) sendo um para abate de bovino e outro para aves, além de uma indústria de conservas para exportação (Bertin Ltda). À exceção do estabelecimento localizado em Valentim Gentil, todos funcionam sob a inspeção federal (S.I.F.), sendo que o primeiro está subordinado à inspeção estadual (S.I.S.P.). Apesar da existência dos mencionados estabelecimentos, devidamente

inspecionados por autoridades sanitárias, o abate clandestino ainda não foi erradicado no município de Meridiano.

A produção de leite e de seus derivados, que se apresenta em ascensão, está selecionando os seus produtores, visto que as empresas adquirentes de seus produtos só o fazem mediante o cumprimento de certas exigências sanitárias, tanto em relação ao rebanho bovino, quanto às instalações para a ordenha das vacas e à qualidade, uma vez que o leite tem que ser estocado sob resfriamento.

Os laticínios da região, atualmente em número de três – um em Votuporanga (Sonata Indústria de Produtos Alimentícios, o mais antigo da região), outro em Fernandópolis (Cremoleite) e outro em Estrela d'Oeste (Laticínio Estrela) –, oferecem à população leite pasteurizado do tipo C e derivados lácteos tais como queijo e manteiga. Todos esses estabelecimentos funcionam sob inspeção federal (S.I.F).

Além dos laticínios regionais citados, empresas tais como a Leco e a Nestlé também disputam o mercado regional.

A baixa produtividade do rebanho leiteiro, expressa na tabela 06, está relacionada não somente ao baixo padrão zootécnico dos animais criados no município de Meridiano, mas também às crises financeiras ocorridas na região no referido período. Essa situação se acentua no período compreendido entre 1970 a 1985 devido à falta de critérios para a concessão do crédito rural solicitado para a aquisição de matrizes e reprodutores leiteiros. Este fato propiciou a aquisição de raças mistas sem aptidão leiteira devido à baixa

qualidade zootécnica, o que fez multiplicar o número de animais dos rebanhos, sem que houvesse o respectivo aumento na produtividade leiteira.

TABELA 06 – PRODUÇÃO DE LEITE E NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO – SP 1960 – 1995

Anos	Produção de Leite (em mil litros)	Nº de Vacas Ordenhadas	Produtividade Média (litros/vaca/dia)
1960	5.703	1.338	-
1970	963	1.750	1,51
1975	1.481	2.168	1,87
1980	2.545	2.176	3,20
1985	2.614	2.560	2,80
1990	2.210	5.200	1,16
1996	2.141	6.507	0,90
1999	3.635	3.550	2,81

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6. Produção Pecuária Municipal de 1990 e 1999.

Esse fato também contribuiu para uma maior degradação das pastagens, uma vez que as propriedades rurais passaram a aumentar a densidade de animal por área de pasto: o aumento das áreas de pastagens não ocorrem na mesma proporção que o observado com o número de cabeças de bovinos.

Não menos relevante é o fato de que, entre os anos de 1990 e 1996, o rebanho aumentou em número absoluto e sua produtividade média sofreu significativo decréscimo. Essa queda de produtividade certamente está ligada ao baixo nível zootécnico do rebanho leiteiro, uma vez que as matrizes ordenhadas no período considerado são descendentes de reprodutores inaptos para a produção leiteira.

3.3.3. A Produção da Fazenda Jacylândia e Seu Destino

As propriedades que hoje apresentam diversificação da produção são aquelas cujos produtores apresentam melhores condições de vida, expressas inclusive pelo nível de escolarização de seus proprietários. São os novos proprietários, comerciantes, profissionais liberais que possuem acesso ao crédito pelo fato de que compraram terras com titulação.

O nível tecnológico da grande maioria dos sítiantes entrevistados é bastante baixo, principalmente para aqueles que nunca receberam qualquer tipo de crédito, e isso se reflete nas condições de moradia e precariedade das habitações e instalações rurais.

A diversificação agrícola que, por acaso, existe nas propriedades decadentes se justifica não para ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas principalmente para garantir o auto-consumo.

... Será preciso, igualmente, entender que este é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário e instável, cuja viabilidade depende freqüentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares. (WANDERLEY, 1995, p. 40)

3.3.3.1. As Lavouras

Embora no início o sítiante tenha usado a terra principalmente para a

atividade agrícola, com grande diversificação de cultivo e predomínio de lavoura temporária²⁷, hoje percebemos que esse fato não mais ocorre, pois a pecuária predomina em área e renda, e o destino da produção agrícola é para atender ao próprio consumo, destinando-se à venda somente o excedente da produção, que geralmente é vendido diretamente nas ruas da cidade ou para *atravessadores*.

Quanto ao plantio do algodão, que já foi bastante intenso na Fazenda, as técnicas utilizadas para seu cultivo no início do período chuvoso, tais como a aração para tornar a terra fofa e solta, provocaram sua exposição aos agentes erosivos, reduzindo a fertilidade do solo, provocando a lixiviação e carreamento do mesmo devido à intensidade das chuvas de verão. Atualmente nenhum dos entrevistados produz algodão.

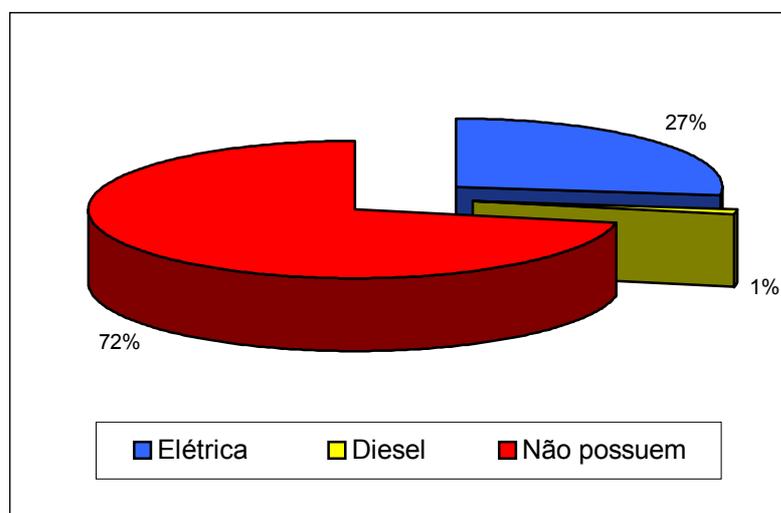
Como se isso não bastasse, o agricultor da Fazenda Jacylândia fazia uso, antes do arado, do fogo para limpar a terra e, com isso agravou os problemas relacionados à fertilidade, o que contribuiu para a transformação da área de cultivo em pastagens.

O café, por ser lavoura permanente, foi cultivado nas grandes propriedades da região no período de sua colonização e, posteriormente, em pequenas propriedades, mas para os compromissários compradores da Fazenda Jacylândia sua produção com fins comerciais só ocorreu depois, quando ocorreu de fato a titulação de sua terra, pois a instabilidade, a dificuldade de crédito de custeio e a necessidade de produzir a subsistência fizeram com que o mesmo fosse cultivado somente por alguns.

²⁷ Plantava-se arroz, feijão, milho, amendoim, mamona e algodão.

Quanto ao uso de energia para a irrigação de hortas e pomares, dos 28% dos produtores inqueridos que a utilizam, 27% usam energia elétrica e somente 1% usa óleo diesel; os demais, num total de 72%, não fazem irrigação por ser de alto custo sua implantação e acarretar uma despesa contínua. (Figura 21)

FIGURA 21 - FONTES DE ENERGIA USADA PARA IRRIGAÇÃO



Fonte: Questionários aplicados pela autora.
Data: 10/99

O destino da produção agrícola, de modo geral, visa ao consumo próprio da unidade familiar, somente o excedente é vendido nas ruas e feiras da cidade e nos supermercados dos municípios vizinhos.

Em relação à produção, verificou-se que a Fazenda se insere na dinâmica geral do município, apresentando certa similaridade; apesar que, a falta de titulação da terra de alguns, adicionado ao tamanho da maior parte dos sítios(55 dos 60 onde aplicamos o trabalho de campo) que possuem área menor que o módulo rural da região, podendo portanto serem considerados

minifúndios quando comparados ao módulo do município e região (23 a 26 ha). Essa situação induz à insegurança, maximizando a pobreza e aprofundando a necessidade de adoção de complexas estratégias familiares, como o trabalho acessório – assalariado, temporário ou diarista – para sobrevivência e/ou acumulação.

3.3.3.2. Pecuária na Fazenda Jacylândia

A diversidade das atividades praticadas já foi grande, reduzindo-se hoje especialmente à produção animal.

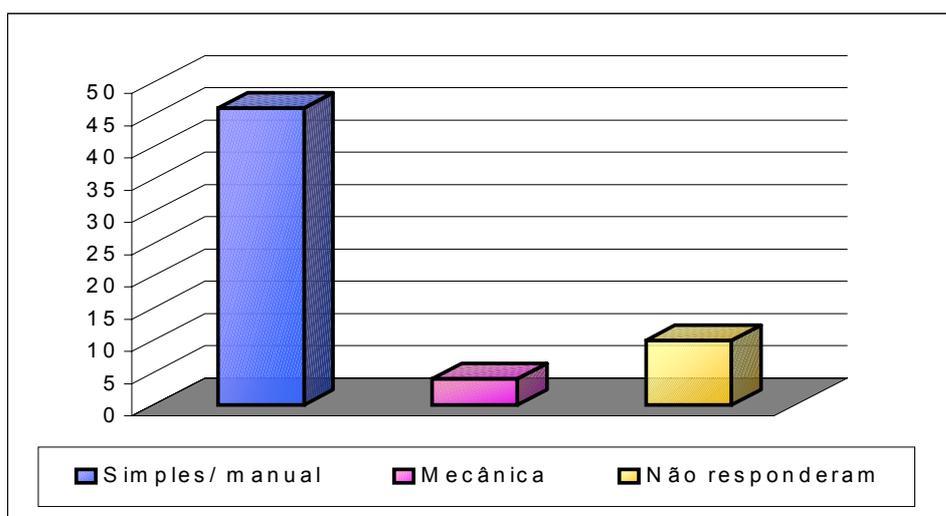
Existem na parte inquerida da Fazenda aproximadamente mil cabeças de gado bovino, $\frac{3}{4}$ do qual com a finalidade de produzir leite e $\frac{1}{4}$ voltado para o corte. Constatou-se que a atividade que mais gera renda é a pecuária, e é o gado leiteiro que ainda mantém alguns desses produtores incluídos no mecanismo de produção de mercadoria, pois a produção se destina aos laticínios da região.

De acordo com a pesquisa, levando-se em conta os 60 entrevistados, na época das águas, a produção leiteira diária se situa na média de 1500 litros. Do total desta produção, apenas dois produtores visam ao mercado, entregando respectivamente 700 e 400 litros/dia, sendo os únicos entrevistados que produzem em escala comercial. O restante da produção é realizada para a subsistência dos produtores que não ultrapassa a média de três litros/dia. Ainda se registrou um estabelecimento voltado para a produção de derivados, mais especificamente queijos e requeijão que são entregues

para clientes da cidade.

A técnica de ordenha é rudimentar, embora um dos produtores locais utilize a ordenhadeira mecânica. (Figura 22)

FIGURA 22– INSTALAÇÕES PARA ORDENHA (Nº DE PROPRIEDADES)

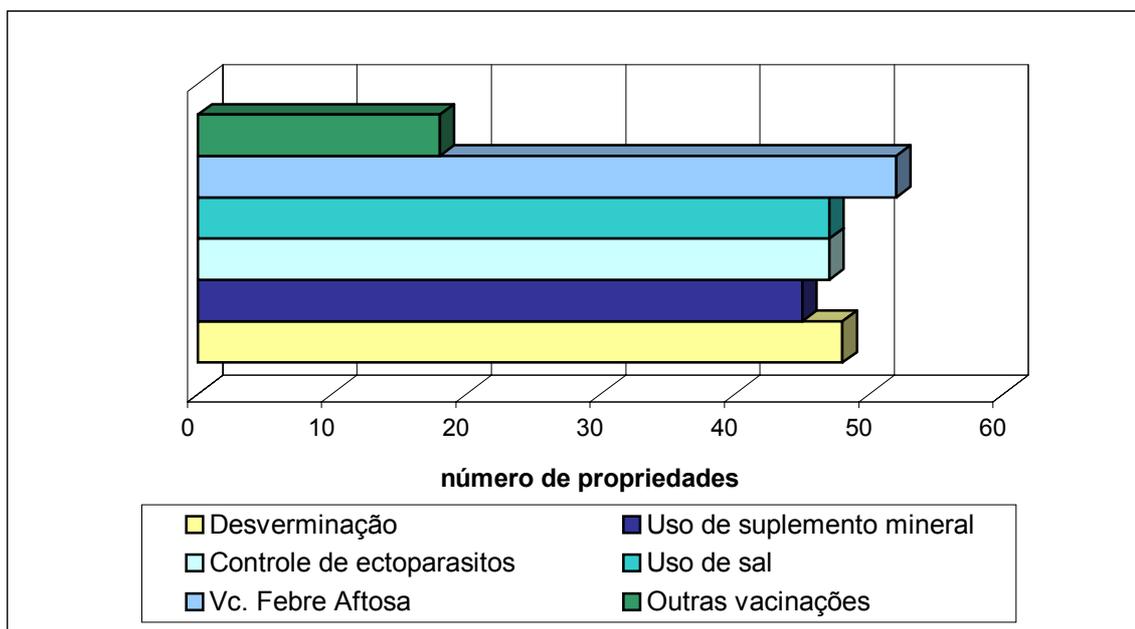


Fonte: Questionários aplicados pela autora.
Data: 10/99

A profilaxia das enfermidades infecciosas é praticada por todos os criadores de gado bovino, os quais vacinam seus animais contra a febre aftosa, seguindo as determinações do Serviço de Defesa Sanitária Animal emanadas do Ministério da Agricultura, mas somente um terço desses criadores faz outras vacinações, tais como contra a brucelose e clostridiose.

Apesar de quase todos dizerem que fornecem suplemento mineral ao gado, o preço desse produto e a situação financeira real dos produtores locais nos mostram que, provavelmente, devam fazer confusão com o uso de sal grosso (branco) como suplemento mineral, cujo uso realmente é comum na região. (Figura 23)

FIGURA 23 – MANEJO SANITÁRIO DO REBANHO



Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Data: 10/99

Suínos são criados para consumo, em mangueirão que geralmente fica nos fundos da casa, alimentados com milho, mandioca e restos de comida da família. Salvo exceção, é no final de ano que os leitões são vendidos para particulares ou açougueiros da região, trazendo uma renda extra ao orçamento das famílias mais depauperadas.

Dentre as propriedades inquiridas, todas possuem frangos e galinhas no terreiro numa produção bem típica de subsistência. Dos entrevistados em apreço, todos procuram atender inicialmente às necessidades de consumo da família, negociando o excedente de frangos e ovos, quando o mesmo ocorre. Somente alguns produzem com o intuito de comercialização. O destino da produção pecuária pode ser entendido a partir da Tabela 07.

TABELA 07 - O DESTINO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA

	Consumo próprio	Venda em feiras	Venda p/ cooperat/	Venda p/ frigoríficos e agroind/	Venda p/ açougues e super/	Venda p/ outros produt/	Outros
Bovinos de Corte	7			5	7	7	2
Bovinos de Leite	25	3	1	15		3	1
Suínos	16			1			1
Frangos e galinhas	22					1	
Ovos	17					1	1
Outros*							1

Fonte: Questionários aplicados pela autora.

* Refere-se à produção de peixe.

Data: 10/99

Somente um proprietário do grupo dos novos proprietários está investindo na criação de peixe para venda em filé e visando ao lazer e turismo, colocando em funcionamento um “Pesque e Solte” onde as pessoas pagam um fixo para pescar, mas só levam o peixe pescado se quiserem mediante o acerto da diferença; e isto está inserindo o empreendimento e a propriedade da terra de forma diferente na relação cidade-campo, o que permite referir-se a um “*novo rural*”.

Da mesma forma como se observou a semelhança entre a produção agrícola do município e da Fazenda, a pecuária bovina tanto no município como na Fazenda também apresenta baixa qualidade zootécnica e produtividade, com exceção de alguns proprietários.

3.4. A UTILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MÁQUINAS, IMPLEMENTOS AGRÍCOLA, INSUMOS MODERNOS E FINANCIAMENTO

Até os anos de 1950, a incorporação das zonas novas ao modelo de desenvolvimento assegurou um aumento da produção de gêneros alimentícios, mas é depois desse período, com a modernização da agricultura brasileira, que tem início o aumento da produtividade (produção maior por hectare).

A modernização da agricultura que, segundo GRAZIANO da SILVA (1981), ocorre acompanhando o desenvolvimento e a evolução tecnológica em três segmentos – inovações mecânicas, inovações físico-químicas e inovações biológicas –, no Noroeste Paulista, ocorreu a partir dos anos de 1970, em algumas propriedades e com alguns produtos que tiveram sua produtividade aumentada.

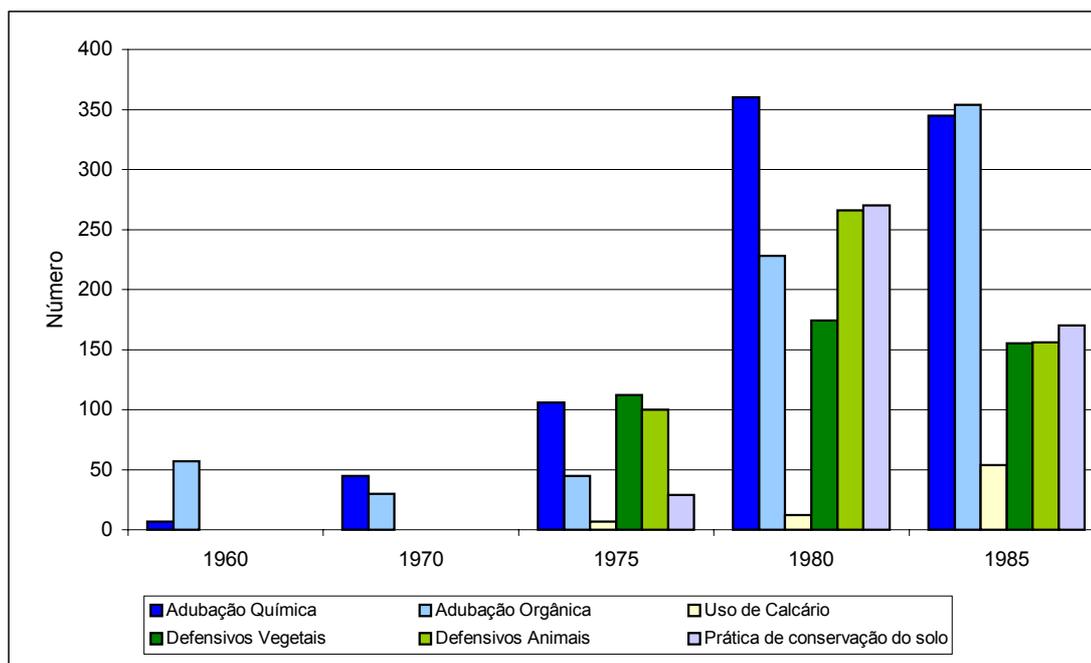
O enfraquecimento da terra, o Estatuto do Trabalhador e a política creditícia que não atinge a todos canalizam os investimentos para a formação de pastagens e a atividade criatória de bovinos, de forma extensiva, tanto para abate (carne) como para a comercialização do leite.

As figuras 24 e 25 apontam, na década de 70, o aumento do consumo de adubação química, prática de conservação do solo, uso de defensivos vegetais e animais, e a evolução e uso da tração mecânica.

A agricultura brasileira, ao se modernizar, passou a se utilizar de fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, sementes selecionadas, produtos veterinários, máquinas e implementos, aumentando a produtividade e a

exclusão do homem do campo; principalmente para aqueles que não conseguiram acompanhar essa modernização.

FIGURA 24 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS (ANIMAIS E VEGETAIS), ADUBOS QUÍMICOS E CALCÁRIO NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO-SP 1960-1985



Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985. (Dados absolutos no anexo 04)

De acordo com os dados da FIBGE, o número absoluto dos tratores no município de Meridiano era de 13 em 1960, 65 em 1970, 51 em 1975, 81 em 1980, 123 em 1985 e 151 em 1995/6, representando um aumento, no período de 1960-95/96 de 1061,53%, enquanto no estado de São Paulo o aumento no mesmo período foi de 527,66%, de acordo com LOCATEL (2000, p.113).

O aumento de tratores observados no período de 1970 a 1980 está diretamente relacionado ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e as estratégias das empresas regionais de comercialização de máquinas agrícolas que facilitavam a aquisição e incentivavam a tomada de créditos junto ao sistema oficial pelo produtor.

Outro aspecto que chama a atenção, na Tabela 08, é que, a partir de 1985, aumentou o número de tratores de maior potência, o que está relacionado ao desenvolvimento do setor sucro-alcooleiro na região e também a própria tendência geral e as estratégias de indução de vendas das indústrias de tratores.

TABELA 08 - NÚMERO DE TRATORES DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO, POR FAIXAS DE POTÊNCIA 1960 – 1995/6

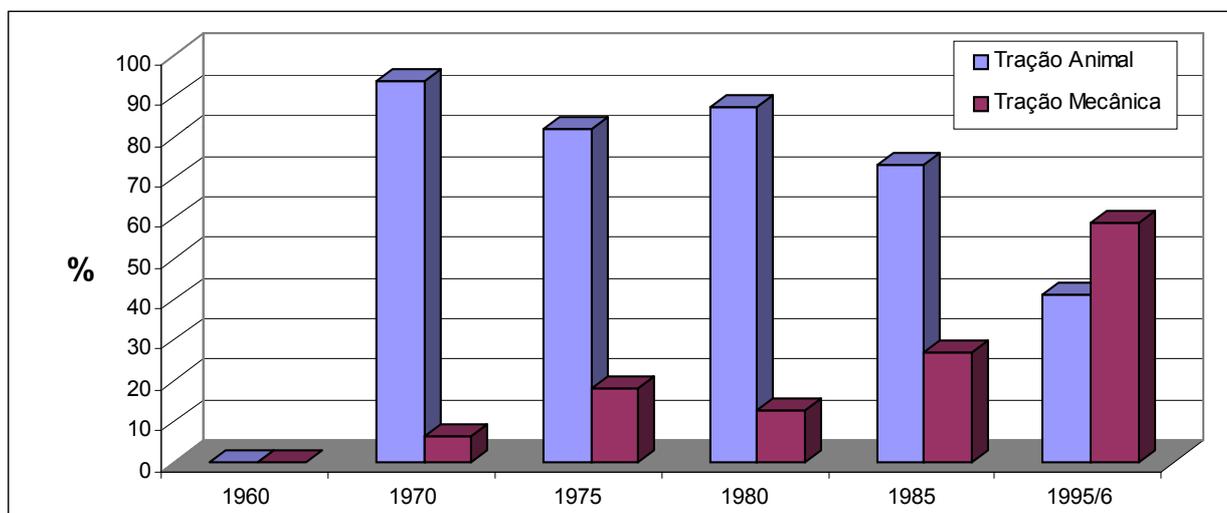
	Menos de 10 Cv	De 10 e menos de 50 Cv	De 50 a menos de 100 Cv	De 100Cv. e mais	Total
1960	2	10	1	-	13
1970	-	57	8	-	65
1975	3	21	26	1	51
1980	-	23	49	9	81
1985	4	26	81	12	123
1996	2	31	108	10	151

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6

Outro fator que demonstra a inserção do município na dinâmica do processo de modernização da agricultura a partir da década de 1970 é o aumento do número de arados de tração mecânica e conseqüente redução do número de tração animal. (Figura 25)

Com relação à Fazenda, revelou-se bastante baixo o nível tecnológico da grande maioria dos entrevistados. A mecanização agrícola, quando existente, é parcial porque também se utilizam animais de tração. São dezenove o número de tratores dos sessenta sitiantes que responderam ao questionário, e alguns sitiantes, por possuírem mais de um trator, prestam serviços para os seus vizinhos. Outros, na realidade, possuem tratores muito antigos, cujo uso está inviabilizado há anos.

FIGURA 25 - NÚMEROS DE ARADOS DE TRAÇÃO ANIMAL E DE TRAÇÃO MECÂNICA NO MUNICÍPIO DE MERIDIANO 1960-1995/6



Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Quanto à assistência técnica, 79% dos produtores buscam assistência oficial e se dizem satisfeitos com o atendimento que recebem tanto nas atividades agrícolas²⁸ que desenvolvem como na pecuária²⁹. Somente 3% dos entrevistados se utilizam de assistência técnica particular. (Figura 26)

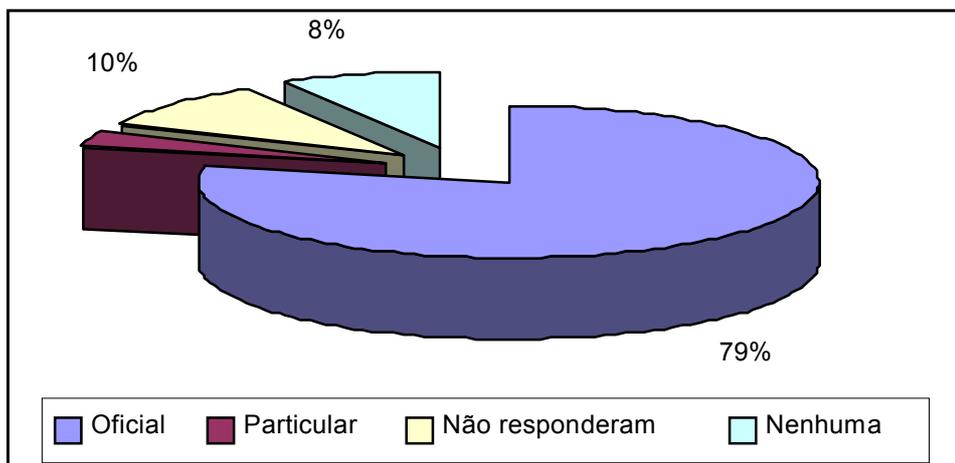
São os novos proprietários, investidores de novas técnicas de produção para tornar a propriedade auto-suficiente e produtiva. O financiamento bancário atualmente está sendo utilizado por dez proprietários, o que corresponde somente a 17% dos questionados, sendo que 66% disseram não utilizar crédito agrícola e os 17% restantes não responderam ao quesito, o

²⁸ Percebemos que existe grande respeito pelo trabalho do Dr. Ivo Ferreira de Lima, agrônomo e chefe da Casa da Agricultura de Meridiano.

²⁹ Os proprietários residentes demonstraram admiração e carinho quando se referiram ao médico-veterinário Dr. Rogério Salles Domingues, que lhes presta assistência da Casa da Agricultura de Meridiano, ao qual conhecem desde garoto.

que nos leva a pensar se estes últimos não fazem empréstimos de particulares. Isso vem demonstrar mais uma vez que somente os novos proprietários de terras realmente tituladas têm acesso ao crédito de custeio oficial (Figura 27).

FIGURA 26 – UTILIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

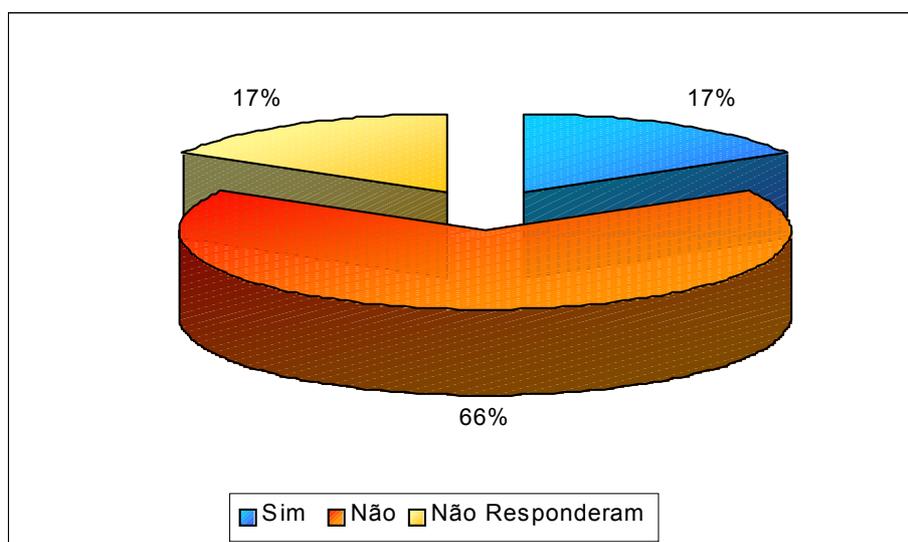


Fonte: Questionários aplicados pela autora. (Dados absolutos no anexo 04)

Data: 10/99

Daí pode-se deduzir que a capacidade de investimentos por propriedade é restrita. Considerando-se apenas os investimentos diretamente produtivos, correspondentes à construção de benfeitorias e à aquisição de material e equipamentos, é possível observar que é muito pequena a proporção dos investimentos totais realizados.

Os financiamentos, tanto para custeio quanto para investimentos, estão ocorrendo com os novos proprietários de direito e de fato, que podem assim melhorar e diversificar os meios de produção.

FIGURA 27 - FINANCIAMENTOS

Fonte: Questionários aplicados pela autora

Data: 10/99

Percebeu-se que entre os antigos proprietários titulados, ou não, existe uma insegurança em tomar empréstimos Mesmo com a linha de crédito propiciada pelo PRONAF, a maioria dos sitiantes não se autorizam a utilizá-lo, pois os produtos agrícolas não mantêm preço e, por menor que seja o juro, a insegurança de não conseguir saldar a dívida gera o medo de perder a pouca terra que possuem.

A ocorrência de minifúndios decadentes, tanto no município como na Fazenda Jacylândia onde ocorre de forma mais agravante, é visível nas pastagens degradadas e praguejadas da maior parte dos estabelecimentos desta.

Nessa paisagem de decadência da Fazenda, evidenciam-se com destaque algumas particularidades como o novo uso que alguns novos proprietários estão fazendo da pequena propriedade, demonstrando que a

renda rural auferida não é totalmente proveniente de atividades agrícolas, mas também de atividades não-agrícolas.

Em função dessas particularidades, procurou-se analisar as transformações ocorridas, consideradas responsáveis e geradoras desse “novo rural”.

CAPÍTULO IV

4. A FAZENDA JACYLÂNDIA : UM “NOVO RURAL”?

O fato deste trabalho ter como objetivo específico a avaliação do processo de colonização promovido pelo Estado na Fazenda Jacylândia – Gleba 06, do estado de São Paulo, e, como o estudo de caso foi o método que norteou esta pesquisa, os resultados são, portanto, decorrentes do levantamento direto de uma área restrita: a Fazenda Jacylândia e o município de Meridiano onde a mesma esta inserida.

O questionário aplicado aos 60 sitiantes apontou características de uma economia local: composição de fatores internos das famílias (composição, qualificação), mercado de trabalho, estratégias e alternativas econômicas desenvolvidas pelas famílias.

A proximidade da Fazenda à dois núcleos urbanos, Meridiano e Valentim Gentil, proporcionou à área características que levam a pensar em um “novo rural” polifuncional (com várias funções), em que as estratégias econômicas das famílias indicam formas de inserção e relação de pluriatividade.

Em função desses fatos, fez-se necessária uma reflexão que proporcionasse um entendimento das transformações ocorridas, consideradas responsáveis e geradoras desse “*novo rural*”.

Para TEIXEIRA e LOPES (1997), as mudanças (ou dinâmicas) do rural atual têm-se transformado no novo objeto de estudo da Geografia Agrária,

principalmente na França e no Brasil, suscitando questões sobre o futuro do rural, do agrário e da ruralidade.

O espaço rural não é mais o que ele era, daí a pertinência de nos referirmos a espaços rurais, pois existe uma gama de estruturas agrárias e níveis tecnológicos, evocando formas de agriculturas das mais primitivas até outras ligadas às técnicas mais modernas do mundo contemporâneo. Existem espaços rurais diversificados, dinâmicos e em permanente mutação. As paisagens e as populações rurais se transformaram profundamente. O rural torna-se polifuncional, daí rural polissêmico. (TEIXEIRA, 1998, p. 56)

De acordo com CARNEIRO (1997), as rápidas mudanças que podem ser observadas no campo “das relações sociais e de trabalho” apontam para transformações nas noções de “urbano” e “rural”, pois:

Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo hábitos culturais. No entanto tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um ‘continuum’ dominado pela cena urbana,... (CARNEIRO, 1997, p. 41)

Aponta ainda que:

..., é importante considerar que o ‘campo’ não está passando por um processo único de transformação em toda sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão da produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de

formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. (CARNEIRO, 1997, p. 42)

Pesquisas sobre um “novo rural” nos países industrializados e desenvolvidos indicam aspectos importantes: “a rápida adaptação do agricultor familiar ao processo de modernização, com técnicas avançadas; a contribuição da cultura do agricultor familiar (farming culture) na formulação de respostas à crise do modelo produtivista como a pluriatividade, por exemplo.” (CARNEIRO, 1997, p. 43)

Para GRAZIANO da SILVA e DEL GROSSI (2000), em meados da década de 1980, surgiu “*uma nova configuração do meio rural brasileiro*” semelhante ao que já se observava nos países desenvolvidos. Era o “Novo Rural”, assim denominado, compondo-se de:

a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado. (GRAZIANO da SILVA e DEL GROSSI, 2000, p.1)

Ainda GRAZIANO da SILVA e DEL GROSSI (2000) enfatizam que, “o termo “novas” entre aspas”, se deve ao fato de que essas atividades “são seculares no país”, mas sem importância, constituíam-se em negócios de “fundo de quintal, ‘hobbies’ pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc)” e que, recentemente, nos últimos anos no Brasil, também “foram transformados em importantes alternativas de emprego e

renda no meio rural”.

GRAZIANO da SILVA ainda aponta que:

... no “novo rural” brasileiro pode-se encontrar também as mesmas “velhas” dinâmicas de geração de emprego e renda associadas aos complexos agroindustriais. Mas elas não representam mais as únicas – e em muitos casos nem mesmo as principais – fontes geradoras de rendas. (GRAZIANO da SILVA, 2001)

As pesquisas e estudos sobre o meio rural, no Brasil, têm possibilitado reflexões sobre esse “*novo rural*” onde o espaço dito rural não se define só pelas atividades agrícolas que ocorrem, mas também por atividades consideradas não-agrícolas, assim como se torna cada vez maior o número de agricultores e seus familiares que combinam a agricultura com outras fontes de renda como empregos urbanos ou em propriedades vizinhas, tornando-se pluriativos.

Busca-se, também, atender a demanda de lazer no campo como meio alternativo de qualidade de vida para a população urbana. É a exploração do turismo natural, idílico e/ou ecológico como forma de lazer com qualidade, antes considerado retrógrado.

As atividades não-agrícolas não se constituem somente de lazer e turismo, mas também em moradia de pessoas não ocupadas, como desempregados e inativos, considerando-se como inativos os aposentados e pensionistas aí residentes.

O crescimento dessas duas categorias- desempregados e aposentados residentes no campo – é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência dissociado

do local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas em atividades agrícolas. (GRAZIANO da SILVA e DEL GROSSI, 2000, p. 6)

O espaço rural tem sido atingido pelas conseqüências das políticas neoliberais (dificuldades de financiamento para custeio e investimento, expropriação do homem do campo, mobilidade populacional, desemprego urbano, aumento da exclusão e violência social), e esses são os motivos que têm levado a população rural a buscar, através de estratégias, as alternativas necessárias para se reproduzir e/ou mesmo acumular, proporcionando uma nova configuração desse meio rural brasileiro.

As atividades não-agrícolas, na maior parte das vezes, modificam o cotidiano da paisagem que perde características de rural incorporando um comportamento e visual urbano. Às vezes, produzindo fortes impactos.

Foi o que se observou na Fazenda Jacylândia, onde, ao que tudo indica, está surgindo um “novo rural”, embora não tenha sido possível um aprofundamento maior nos aspectos de um “novo rural”, o fato se fez evidente em todo o transcurso da investigação.

Assim, ficou bem evidente na Jacylândia a presença de propriedades utilizadas para atividades não-agrícolas, tais como lazer, pesque e pague, turismo e moradia. Outras investem em tecnologia para produção de peixes e horta irrigada. Localizou-se, também, um sítio servindo de depósito para carros batidos e/ou velhos (Ferro Velho), para desmanche e reaproveitamento das peças. (Figura 28)



FIGFIGURA 28 – Aspectos de propriedade com adequação aos novos usos – depósito de carros velhos e batidos.
Foto da autora, 10/99

Fo

GRAZIANO da SILVA, em trabalho recente, ressaltou que:

As ocupações agrícolas são as que geram menor renda; e que o nº de famílias está diminuindo pois elas não conseguem sobreviver só de rendas agrícolas. Nem mesmo o nº das famílias pluriativas, onde os membros combinam atividades agrícolas e não agrícolas, vem aumentando. Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não agrícolas, garantindo sua sobrevivência através de transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não agrícolas. (GRAZIANO da SILVA, 2001)

Foi detectada na Fazenda Jacylândia renda vinda de aposentadorias, tanto rural (antigos moradores), como urbanas (moradores recentes), ou seja, de pessoas que compraram a propriedade nos últimos dez anos. São praticamente 23,43% de aposentados de um universo de 175 pessoas que vivem nas propriedades onde se aplicou o questionário. São 2,29% de aposentados de origem urbana e 21,14% de origem rural; o percentual feminino corresponde a 10,86% e o masculino 12,57%.

... as famílias agrícolas e pluriativas ficaram mais pobres na segunda metade dos anos 90. E a queda das suas rendas per capita só não foi maior pela “compensação” crescente das transferências sociais da aposentadoria e pensões. É por essa razão que as famílias rurais estão se tornando crescentemente não agrícolas. (GRAZIANO da SILVA, 2001)

Também BALSADI (2001), no II Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro, enfatiza: “Isso indica a importância fundamental da aposentadoria e das pensões para os residentes no rural não metropolitano paulista.”

Detectou-se na área de nosso estudo, também propriedades servindo de dormitório com três ou mais casinhas, para moradia dos filhos que trabalham nas cidades próximas, Meridiano e Valentim Gentil, principalmente Valentim Gentil, onde o desenvolvimento da indústria moveleira, na década de 90, foi intenso, provocando uma corrida de mão-de-obra pelo aumento de postos de trabalho proporcionado por elas.

A família rural típica não se reúne mais em torno da exploração agropecuária. O patrimônio familiar a ser preservado inclui as terras e acima de tudo a casa dos pais que se transforma numa espécie de base territorial que acolhe os parentes próximos em ocasiões festivas e que vem se tornando cada vez mais um ponto de refúgio nas crises, especialmente do desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice. Além disso, a gestão familiar inclui agora outros “negócios” não-agrícolas como parte de sua estratégia de acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não agrícola embora permaneça residindo no campo” (GRAZIANO da SILVA, 2001)

Além das propriedades por nós denominadas de “dormitório”, uma vez que essa é a função principal, a presença de pessoas idosas aposentadas tem gerado um artesanato bastante disputado (crochê e pintura em panos de pratos).

O fato de a prefeitura de Meridiano ter asfaltado a estrada vicinal que cortava o centro da Fazenda, ligando-a à estrada do Perímetro, proporcionando à mesma o formato de uma ferradura com 16 km, tem possibilitado a ida e retorno a Meridiano com maior rapidez. Tem facilitando, inclusive, a saída desses trabalhadores para Valentim Gentil, pois as empresas

necessitam de mão-de-obra e por isso colocam ônibus nesse trecho para buscá-los pela manhã e também para levá-los de volta ao anoitecer.

As mulheres que exercem trabalho acessório, geralmente o fazem desenvolvendo a atividade como empregadas domésticas ou faxineiras tanto na cidade como na propriedade do novo vizinho.

(...). o emprego doméstico desempenha hoje para as mulheres o papel da construção civil nas décadas passadas para os homens: é a porta de entrada na cidade, pois propicia além do rendimento fixo, também um local de moradia. Especialmente para as mulheres rurais mais jovens, esta parece ter sido uma das poucas formas de inserção no mercado de trabalho nos anos 90, dadas as restrições crescentes à sua inserção na força de trabalho. (GRAZIANO da SILVA, 2001)

Dentro dessa nova dinâmica, o imaginário de parte dos antigos sítiantes é ver o sítio legalizado, uma vez que o trabalho dedicado às atividades não agrícolas é melhor remunerado que a ocupação agrícola, para poder vendê-lo a novos proprietários que possam transformar essa propriedade em sítio de lazer e possam também mantê-lo como empregado assalariado (exercendo a função de caseiro, na sua ex-propriedade).

As famílias pluriativas, que buscam trabalho fora da propriedade, fazem-no como estratégia para complementar a renda familiar, uma vez que também não possuem condições econômicas para adotar ou equipar o sítio para desenvolver tanto atividades agrícolas com tecnologias como atividades não-agrícolas pluriativas. Daí que muitas residências vão caracterizando-se como urbanas, a partir das reformas introduzidas com características de residências urbanas: antenas parabólicas, esquadrias de metal, estofados

novos, móveis modernos de tubo, aparelhos eletrodomésticos etc. São aquelas famílias que “melhoraram de vida”.

Os sítios que exploram uma agricultura com o emprego de tecnologias modernas ou aqueles que exploram o lazer e/ou turismo pertencem às famílias que adquiriram a propriedade recentemente (últimos dez anos) e podem manter de um a dois empregados assalariados, na maioria das vezes membros da família dos sítiantes vizinhos. São iniciativas de pessoas capitalizadas que eram de fora, geralmente de origem urbana.



FIGURA 29 – Pesque e pague em propriedade onde se observa a adequação aos novos usos.
Foto da autora, 02/2000

Em contraste com esses investimentos, entrevistou-se uma proprietária que processa polpa de frutas, de forma bem artesanal, para comercializar nas quitandas e feiras-livres de Fernandópolis.

Esses tipos com suas formas econômicas diferentes de reprodução proporcionam a opção de se pensar em ruralidade e economia local ou regional.

Para alguns sitiantes, os mais antigos na Fazenda e com suas propriedades decadentes, o espaço geográfico de seu mundo está reduzido às relações de amizade que ocorrem aí com seus vizinhos e parentes, no máximo no município, confundindo-se com as amizades e grau de parentesco.

De acordo com BALSADI:

No estado de São Paulo, nota-se a presença de praticamente todas as dinâmicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não-agrícolas de população residente no meio rural. As dinâmicas referem-se: às atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que servem como insumos da produção e, também, processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários; às ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto bens e serviços de consumo como os serviços auxiliares para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio, etc.); ao “excedente” da mão-de-obra rural, que busca ocupações não agrícolas no próprio meio rural, ou urbano, principalmente na prestação de serviços, sem abandonar a unidade familiar; à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como artesanato, o lazer e o turismo rural; à expansão dos serviços públicos para as zonas rurais; à demanda por terras para uso não agrícola por parte das (agro)indústrias e empresas prestadoras de serviços; à demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infra-estrutura mínima de transportes e de serviços públicos; à demanda da população urbana de alta renda por áreas de segunda residência, bem como pelos serviços relacionados a elas; e às novas atividades agropecuárias, voltadas para ‘nichos’ de mercado. (BALSADI, 2001)

Os mais modernos e os que poderiam ser chamados de “pluriativos” desenvolvem relações mais diversificadas, abrangendo uma área maior (regional): são aqueles que já trabalharam em São Paulo, ou adjacências, que retornaram quando se viram sem emprego e, hoje, trabalham nas cidades vizinhas, usando a propriedade como moradia com a função de dormitório ou desenvolvem atividades não agrícolas que as sustentam.

A pluriatividade é um fenômeno que ocorre como uma forma alternativa ou estratégica de reprodução do sítante através de formas alternativas de explorar o agrícola e o não-agrícola, reelaborando as identidades sociais possíveis.

Além de os sítios serem bastante pequenos – e isso se constituir em uma reclamação geral –, necessário se faz considerar a capacidade limitada de investimentos desses sítantes. Daí a necessidade que sempre existiu de os filhos trabalharem fora da propriedade.

Esse conjunto de atividades, mais a ocupação da população economicamente ativa com domicílio rural nos setores do comércio, da indústria e da prestação de serviços, públicos e privados, respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista. (BALSADI, 2001)

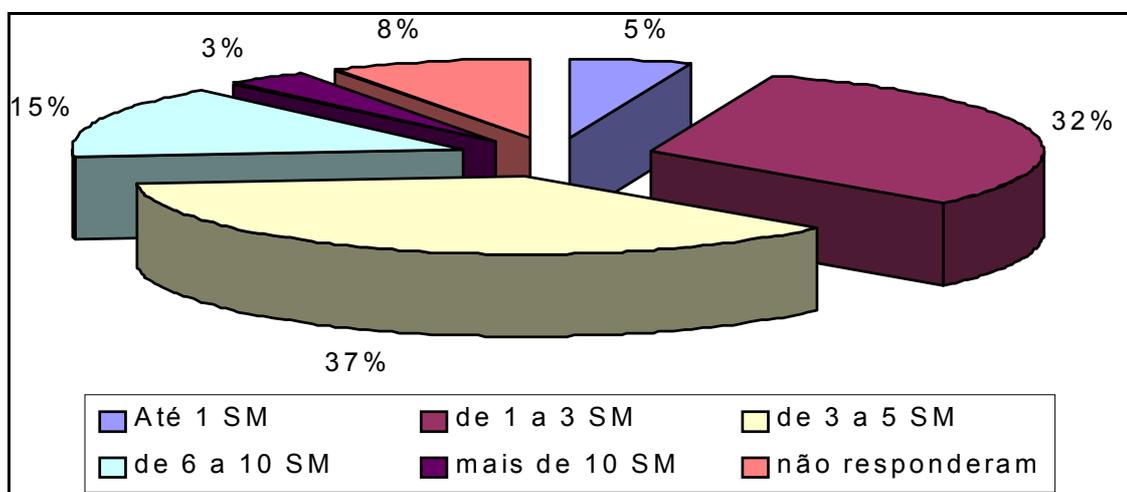
Essa situação é verificada de forma clara na área de estudo, pois, ao analisar os dados do trabalho de campo, verifica-se que existe uma diversificação quanto à origem da renda familiar, o que, no entanto, não diminui a situação de pobreza vivida por muitos deles.

Existe uma necessidade imensa de se repensar esse “novo rural” que começa a se concretizar na Jacylândia, com tudo que ele possa oferecer

para melhorar a qualidade de vida daquela população, e o Estado não pode omitir-se dessa responsabilidade.

Embora a renda familiar auferida seja variada na Fazenda, constatou-se que somente três proprietários (5%) possuem renda inferior a um salário mínimo; dezenove, ou seja 32%, dos entrevistados declararam possuir rendas entre um a três salários mínimos. Vinte e dois, que representam 37% dos entrevistados, declararam renda entre três a cinco salários, e nove (15%) recebem entre seis e dez salários. Somente dois proprietários (3%) disseram receber mais de dez salários e menos de vinte. Foram 8% dos entrevistados que não responderam à questão. (Figura 30)

FIGURA 30 – RENDA FAMILIAR NA FAZENDA JACYLÂNDIA



Fonte: Questionários aplicados pela autora.
Data:10/99

Algumas estratégias estão sendo utilizadas para amenizar a decadência em que se encontram essas propriedades, por isso a renda das famílias não é menor.

Essa retomada de alternativas com suas estratégias está se

processando na última década, paulatinamente, e não foi capaz de reverter o quadro; daí a paisagem comparecer com traços de decadência e abandono dos sítios ao lado de alguns primorosamente cuidados com características urbanas.

No tocante à educação, existiu uma Escola Rural Municipal que dava atendimento à clientela infantil da Fazenda, alfabetizando e preparando para que a mesma pudesse dar continuidade aos estudos na cidade de Meridiano ou Valentim Gentil. Atualmente, a Escola encontra-se desativada e seu prédio, abandonado.

Seria interessante que ela fosse reativada, que se constituísse em centro de alfabetização de adultos e reciclagem; que se trabalhasse a revalorização da natureza para que se formasse consciência para a preservação ambiental, revalorizar o rural voltado para atividades não-agrícolas, que são as que geram mais renda.

Muito contribuiu a iniciativa municipal de dotar a Fazenda de transporte, comunicação, energia, condições fundamentais para que a propriedade possa cumprir a missão de moradia, amenizando os problemas sociais e proporcionando uma qualidade de vida aceitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora na Alta Araraquarense a ferrovia tenha sido antecedida pela estrada “Boiadeira”, foi a ferrovia que orientou a fragmentação das grandes glebas em lotes menores (fazendas e sítios) e a especulação imobiliária, marcando profundamente as estruturas agrária e fundiária da faixa pioneira no período de 1900 a 1950.

Foi a ferrovia também a responsável pelo surgimento e multiplicação de vilas nas décadas de 1930-50, nas margens dos trilhos, no Noroeste Paulista, enquanto reforçava o esfacelamento da malha fundiária.

Por conta do esfacelamento imobiliário rural, organizados pelas Companhias de Terras e Colonização que faziam os loteamentos, os sítios foram sendo ocupados por sitiantes, com expansão da produção de subsistência e da pequena lavoura comercial. As estradas secundárias e caminhos foram se interligando e facilitando a viagem até as vilas, e estas aos eixos econômicos.

Esses eixos econômicos na região eram as estradas de ferro e a de terra traçada no espigão paralela à primeira e conhecida como “estrada do Perímetro”, que aproveitou trechos da estrada “Boiadeira”, principalmente as partes mais altas ou “cabeceiras”.

Nos anos 50 e durante a década de 60, intensificaram-se as tensões e conflitos nos “sertões” de Fernandópolis, amenizados pela ação do Estado na década de 1970, quando teve início um processo baseado na Lei nº5.994 de 1960 – Lei de Revisão Agrária e de Colonização. A área em estudo foi

destinada à ARA (Assessoria de Revisão Agrária) pelo decreto governamental nº2.848, de 20/11/73, para a implantação de um projeto de Colonização.

Da avaliação feita, concluímos que faltou ao movimento social reivindicatório inicial uma liderança que os mantivessem unidos, num aprendizado prático de união para se organizar, participar, negociar e, inclusive, lutar, se necessário fosse, pelos direitos de forma coletiva.

No momento em que as lideranças se destacaram na Fazenda, o Estado fez a sua intervenção, reduzindo-as, ou melhor, anulando-as através dos acordos coletivos elaborados através de um Projeto de Colonização.

As práticas sociais e políticas, quando exercidas de forma coletiva no bojo dos movimentos sociais, preparam e educam para a participação social, rompendo o isolamento não só geográfico, como sócio-econômico, elaborando uma identidade social na formação da consciência de direitos e reivindicação; é “a consciência de que direitos não se ganham mas se conquistam”, e isso dá “ vida e forma aos movimentos sociais”. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 61)

Sabe-se que é através da articulação de movimentos sociais que os trabalhadores conseguem romper seu isolamento tanto social e cultural como geográfico. Penetram num mundo mais amplo, aprendem com o cotidiano a se organizar, a fazer parcerias e atuar com solidariedade.

Isto se chama cidadania, e, de acordo com SANTOS (1996), o homem do campo vê-se desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada. Na sua simplicidade e humildade, se fez subserviente e incapaz de acompanhar os progressos técnicos e/ou reagir contra medidas coercitivas

usadas pelo Estado, exigindo e atuando como cidadão.

Foi o que aconteceu na Fazenda Jacylândia, visto que não houve liderança e união para se organizarem participando, negociando e lutando pelos seus direitos. Foram persistentes por que ficaram, mas ficaram por que não tinham outra opção.

No caso da decadência das propriedades está: 1º- a falta de coesão e articulação para formar um movimento social ; 2º- o tamanho ínfimo da propriedade; 3º- a morosidade do Estado em promover a titulação da terra e a não conclusão dessa etapa; 4º- o descaso ambiental por falta de orientação ou pela busca do lucro imediato de alguns; 5º- a falta de recursos de todos; 6º- a humildade, simplicidade, rusticidade e analfabetismo do sitiante; 7º- as políticas do Estado que sempre se articularam de forma clara com os interesses especulativos na ocupação do espaço.

Em vez de reivindicarem seus direitos de forma coletiva, desde o início, e também depois da intervenção do Estado quando foram remanejados de suas terras iniciais de posse, passaram a brigar entre si para manter divisas e não perder terras da propriedade para o vizinho.

O processo de regularização instituído pelo poder público do Estado, em 1985, não conseguiu colocar um ponto final nos problemas da Fazenda. Muito pelo contrário, a organização de um 2º levantamento e, com isso, a elaboração de um 2º mapa pela equipe de engenheiros e agrimensores da CESP, suscitou mais desavenças porque agora é que as divisas não coincidem.

Foi possível perceber que em torno de 20% dos sítiantes não

possuem a titulação da terra, numa comprovação de que o Estado, agente do processo de colonização da Fazenda, não desempenhou a contento o papel de sua competência.

Quase todos reclamam que a terra é pouca, que o sítio é pequeno, que não existem incentivos e condições de acesso ao crédito para que se possa melhorar o nível tecnológico. Chama a atenção a maior parte deles não possuírem trator e, quando possuem, os mesmos encontram-se em condições precárias (sucata).

Assim, o estudo em questão apenas registrou características que apontam para um novo rural, não registrando a dimensão e importância das estratégias produtivas dos agricultores.

Esse é um espaço rural que já não pode mais ser caracterizado exclusivamente como agrário. Já se tornaram evidentes outros usos de seu meio, dando origem a atividades não-agrícolas tais como lazer, turismo, moradias, depósito ou cemitério de automóvel etc.

Embora ocorra falta de preservação e de cuidados com o meio ambiente, já se percebe a prática de alguns novos proprietários de um conjunto de atividades agropecuárias intensivas (olericultura irrigada, fruticultura e piscicultura. Também o emprego dos trabalhadores rurais que prestam serviços temporários na propriedade do vizinho já não obedece apenas ao calendário agrícola.

A Fazenda por ser área periurbana, mostra a existência de um novo rural, polifuncional em que as estratégias econômicas das famílias já indicam formas de inserção e relação de pluriatividade.

Embora ocorra ausência de uma indústria rural vigorosa, existe no município de Valentim Gentil um setor industrial moveleiro em franco desenvolvimento que proporciona emprego urbano assalariado.

Observou-se que algumas propriedades foram transformadas em chácaras ou sítios de lazer como 2ª residência para final de semana, outras alugadas para festas, além do aparecimento de outras atividades não agrícolas no meio rural como pesque e pague, moradia com função de dormitório, depósito de carros batidos para desmanche (Ferro-Velho), e a presença de família pluriativa.

Se a pluriatividade é estratégia ou tendência natural das famílias no desenvolver do cotidiano de um projeto de colonização é uma questão que se coloca.

Como resultado dos estudos processados na Fazenda Jacylândia pode-se afirmar que: 1º- o projeto de Assentamento e Colonização da Gleba 06 - Jacylândia promovido pelo Estado foi na realidade uma regularização de terras para amenizar as tensões e conflitos; 2º- conseguiu propiciar moradia e produção de subsistência, amenizando a qualidade de vida inicial dos colonos; 3º- em termos de tamanho dos lotes, como de infra-estrutura, apoio e qualificação dos compromissários compradores deixou muito a desejar, pois em um município onde o módulo rural é 26 ha, e na região entre 22 ha a 26 ha; o módulo registrado no Projeto de Colonização é de 3 ha (30.000m²) o que faz com que o mapa da Fazenda Jacylândia lembre “uma colcha de pequenos retalhos irregulares”, sendo que até meados de 2001 o Projeto não havia sido concluído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. Colonização e povoamento no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 1, 1972. Presidente Prudente. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. AGB,1973. p. 65-82.

ARAÚJO FILHO, E. O Café, riqueza paulista. **Boletim de Geografia**, São Paulo, n. 68, p. 51-124. 1996.

ASSESSORIA DA REVISÃO AGRÁRIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de loteamento e colonização da área denominada "Fazenda Santa Helena" . Município de Marília. Estado de São Paulo. Brasil. Aplicação da Revisão Agrária Lei nº 5.994 de 31 de dezembro de 1960.

AZEVEDO, F. **Um trem corre para o Oeste**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d., 221p.

BASALDI; O. V. O novo rural paulista; evolução e perspectivas. In: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 3, 2001, .Campinas: NEA – Instituto de Economia Agrícola. **"A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro"**... Campinas: UNICAMP, 02/10/2001. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em: 07/11/2001.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. In: **Reforma agrária**. v.22, n.3, 1992, p.36-45.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados do PNAD. In: **Reforma agrária**. v.25, n. 2 e 3, 1995, p. 167-177.

BERGAMASCO, S. M. P. ; BLANC-PAMARD, C. CHONCHOL, M.E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997. 48p.

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; NORDER,L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em S.Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S. ; LEITE, S. (Org.).**A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. p. 69-116.

BIZELLI, E. A. **O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de um caso. “A cidade de Fernandópolis”**. 1993. 235p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

CARNEIRO; M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Sociologia Rural**: textos. Lavras: FAEPE, 1997, p. 41 – 76.

CARNEIRO; M. J. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). In: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 7, 2001, .Campinas: NEA – Instituto de Economia Agrícola. **“A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro”**... Campinas: UNICAMP, 02/10/2001. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em: 07/11/2001.

CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP**. 1980, 163p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1980.

FRANÇA, A. “A marcha do café e as frentes pioneiras”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, 18., 1960, Rio de Janeiro. **Guia de excursão n.3**. Rio de Janeiro: 1960, 302p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: FIBGE.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) **Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1950 e 1960**. Rio de Janeiro: FIBGE.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) **Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980 e 1985**. Rio de Janeiro: FIBGE.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) **Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1990**. Rio de Janeiro: FIBGE.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE) **Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1996**. Rio de Janeiro: FIBGE.

GRAZIANO da SILVA; J. . O Novo Rural Brasileiro. In: **Pesquisas**. 2 ed., Campinas: Oficina Editorial/ UNICAMP, 1999, 151p.

GRAZIANO da SILVA; J. DEL GROSSI; M. E. O Novo Rural Brasileiro: uma atualização para 1992 – 98. In: **Projeto Urbano**. III Encontro de Jovens Agricultores Cooperativista a Caminho da Sustentabilidade – III, EJACC, p. 1 – 15, 1999.

GRAZIANO da SILVA; J. . Políticas não Agrícolas para o Novo Rural Brasileiro. In: **Projeto Urbano**. III Encontro de Jovens Agricultores Cooperativista a Caminho da Sustentabilidade – III, EJACC, p. 117 – 141, 1999.

GRAZIANO da SILVA. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 6, 2001, .Campinas: NEA – Instituto de Economia Agrícola. **“A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro”**... Campinas: UNICAMP, 02/10/2001. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em: 07/11/2001.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes Fases, 1987. 89p.

HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP**. 1996. 273p.. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1996.

LOCATEL, C. D. **O Desenvolvimento da fruticultura paulista e a dinâmica agrícola na região de Jales – SP.**, 1999. 215p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1999.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. 213p.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 185p.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. 392p.

MURAMATSU, L. N. **As revoltas do capim (movimentos sociais-agrários no Oeste Paulista – 1959-1970)**. 1984. 296p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.

NEVES, D. P. **Parasitologia Humana**. 7 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1988. 462p.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. n.58, p. 5-4, 1981.

PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis, nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. 326p.

PETRONE, P. Perspectivas da Colonização no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 1, 1972. Presidente Prudente. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: 1973. p. 49-60.

PINASSI, M. O. Assentar assentados e assentamentos – solução ou atenuante? In: **Reforma agrária**. n. 3, v. 22, Campinas: ICEA, p. 2, 1992.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 188p.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas. Dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973. 157p.

SALLUM JUNIOR, B. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista. 1988/1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982. 257p.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1996. 133p.

SILVA, D. Colonização e Zonas Pioneiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 1, 1972. Presidente Prudente. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: 1973. p.195-206.

TEIXEIRA, M. A. **Organização do espaço rural no município de Paraguaçu Paulista**. 1979. 245p, Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1979.

TEIXEIRA, M. A. Os estudos rurais estão em crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14, Presidente Prudente. **A questão agrária na virada do século**. Presidente Prudente: Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1998. p. 52-58.

TEIXEIRA, M. A. ; LAGES, V. N. Dossiê reflexões sobre o rural. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. In: **Revista de Geografia/UNESP**. São Paulo, v.14, p.9-33, 1997.

WAIBEL, L. **Geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Campinas, v. 2 e 3, v. 25, p. 37-57. 1995.

BIBLIOGRÁFIA

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. In: **São Paulo em perspectiva**. v.11, n.2, 1997, p. 73-78.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas: Hucitec, Anpocs, Unicamp, 1992. 275p.

ABRAMOVAY, R. A regulamentação da Lei Agrária. In: Assentar, assentados e assentamentos **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Campinas, Nº3, v. 22, p. 77-80. 1992.

ALMEIDA, A. A. **Diferentes modos de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara. Presidente Prudente**, 1996, 98 p., Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 1996.

ALENTEJANO; P. R. R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural – urbana nos assentamentos rurais**. 1997, 180 p, Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Rural do Rio de Janeiro. Itaguai. 1997.

ANDRADE, M. C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec IPESPE, 1995. 135p.

ARAÚJO, T. B. O desenvolvimento econômico do Brasil e o papel da pequena produção. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan Fase. 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NORMAS SOBRE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**: esquemas e exemplos. ABNT NRB 6023, ago/2000.

BENKO, G. **Economia Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1995. 265p.

BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da frente pioneira (Extremo Noroeste Paulista – década de 40 e 50)**. 1993. 167p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 1993.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar – realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999, p. 56-103.

BRUMER, A. ARISTIMUNHO, E. S. Terra e produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. n. 2 e 3, v. 25, p.58-69, 1995.

CAMPANHOLA, C. SILVA, J. G. **O Novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA, v.1. 2000. 185p.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 3 ed., São Paulo: Duas Vidas, 254p.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Campesina**. Buenos Aires: Nova Visión, 1971.

CIDADANIA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO. LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cadernos de Cidadania**. Série Legislação 1. Presidente Prudente, 1996.

COSTA, W. M. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

CORBUCCI, R. C. Algumas reflexões sobre o programa nacional de agricultura familiar. In: **Reforma agrária**. v.25, n. 2 e 3, 1995, p. 178-184.

DAVID, A. DUARTE, V. Estratégias de conhecimento para o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar. **FAZ CIÊNCIA: Revista de Ciências Humanas**. v.1, n.1, p. 99-114.1997.

DELGADO, G. C. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. In: **Agropecuária e agroindústria no Brasil. Ajuste, situação e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995, p. 199-236.

FERNANDES, B. M. Questões Teórico Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. In: **Boletim Paulista de Geografia**. v.75, p. 83-130, 1998.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996. 285p.

FERNANDES, L. L. **“O bairro rural dos Pires”**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, Série Teses e Monografias, n.5, 1971. 89 p.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1968.

GODOY, P. R.T. **A expansão da fronteira agrícola na Alta-araraquense: o caso do município de Santa Fé do Sul. (1930-1960).** Rio Claro: UNESP, 1995. 140p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1995.

GOLDENSTEIN, L.. SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. In: **Revista do Departamento de Geografia.** São Paulo, n. 1, p.21-47. 1982.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica Brasileira 1960/1980.** São Paulo: Hucitec, 1997. 245p.

GRAZIANO da SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro.** 2 ed., Campinas: UNICAMP, 1999. 151p.

GRAZIANO da SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO da SILVA, J. Urbanização e pobreza no campo. In: **Agropecuária e agroindústria no Brasil. Ajuste, situação e perspectivas.** Campinas: ABRA, 1995, p. 127-150.

GRAZIANO da SILVA, J. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRAZIANO da SILVA, J. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981. 209p.

GRAZIANO, J. F. S. et al. **As transformações na estrutura agrária paulista. 1818/1976.** Campinas, IFCH/DEPE, 1981.

HARVEY, D. **Condição pós - moderna.** 4ª ed. , São Paulo: Loyola, 1989. 349p.

HESPANHOL, A. N. A atuação do estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JUNIOR, Messias; ALVES, Neri. **FTC 40 anos, perfil científico-educacional.** Presidente Prudente: UNESP/FTC, 199. p. 21-41.

HESPANHOL, A. N. Políticas Públicas, Modernização e Crise da Agricultura Brasileira. **Faz Ciência.** V.1, n.1, p. 38-49. Francisco Beltrão. 1997.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. A estrutura da produção no campo em 1980. In: **São Paulo em perspectiva.** v.11, n.2, 1997, p. 56-71.

KAGEYAMA, A. et. al. **O novo padrão da agricultura brasileira: do complexo rural ao complexo agroindustrial**. Campinas: UNICAMP, 1987. (Relatório de pesquisa).

KAUTSKY, K. **A Questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329p.

LEONE, E. T. Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura. In: **Agropecuária e agroindústria no Brasil. Ajuste, situação e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995, p. 151-172.

LOPES, E. S. A Organização da Produção e Resultados Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária de Sergipe. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. n. 2 e 3, v. 25, p.70-85, 1995.

LOPES, A. M. T. Exemplo de Colonização no INCRA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 1, 1972. Presidente Prudente. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. 1973. p. 83-92.

MARANHÃO, C. A. A. A Base Cartográfica para a Colonização. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 1, 1972. Presidente Prudente. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. 1973. p. 61-64.

MARTINELLI JUNIOR, O **As tendências recentes de indústrias de alimentos: um estudo a partir de grandes empresas**. 1997, 159p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.

MARTINS, J. S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986. 152p.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MATOS, O. N. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974. 135p.

MEDEIROS, L. S. LEITE, S. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Universidade UFRRJ, 1999. 279p.

MILLIET, S. **Roteiro do Café e Outros Ensaio**. São Paulo: BIPA Editora, 1946. 195p.

MOREIRA, V. J. **Trabalhadores na luta pela terra. Campos e cidade: valores, memórias, e experiências de trabalhadores rurais sem-terra. Sumaré – 1980/1997** 1998, 155p., Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1998.

MOREIRA, R. J. Parceria e os negócios do coronel: Trabalho familiar residente e competição no complexo rural. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. N. 2 e 3, v. 25, p.5-20, 1995.

MÜLLER, G. Competitividade Integração Econômica e Social: para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. In: **Rascunho**. n. 32, p.6-46, Rio Claro, UNESP/IGCE, 1994.

MÜLLER, G. Nosso agrário verde-amarelo: contabilizando heranças e sugerindo uma estratégia. In: **Rascunho**, n. 27, p.3-39, Rio Claro: UNESP/IGCE, 1993.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização da agricultura**. São Paulo: Hucitec EDUSP, 1986. 149p.

MÜLLER, N. L. **Sítios sitiantes do Estado de São Paulo**. São Paulo: FCL/USP. 1963. 206p.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. N. 2 e 3, v. 25, p.21-36, 1995.

OLIVEIRA, A. U. de **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994. 101p.

OLIVEIRA, A. U. de **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 164p.

OLIVEIRA, A. U. de Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n. 58, p. 5-64. São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, A. U. de **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. 88P.

OLIVEIRA, A. U. de **Integrar para não entregar**. Campinas: Hucitec. 1988.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137p.

PAULINO, E. T. **O Limites das cercas: da apropriação capitalista da Terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente**, 1996, 120p. Relatório (Exame de Qualificação Geral em mestrado de Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. . Presidente Prudente. 1996.

PETRONE, P. “A Baixada do Ribeira”. Estudo de Geografia Humana, **Boletim Geografia**. n.283, v.14, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1966.

PETRONE, M. T. S. **O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824/1930)**. s

RAMOS, P. REYDON, B . **Agropecuária e agroindústria no Brasil. Ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995, 253p.

ROSA, S. L. C. Os desafios do PRONAF. In: **Reforma agrária**. v.25, n. 2 e 3, 1995, p. 185-192.

SALGADO F. C. F. Aspectos da Colonização no Oeste Paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 1, 1972. Presidente Prudente. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. 1973. p. 189-194.

SALGADO, F. C. F. **As Colônias Bastos e Pedrinhas – estudo comparativo de Geografia Agrária**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1971.233p.

SALLUM JUNIOR, B. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista, 1888/1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982. 257p.

SANTOS, M. **O espaço e a sociedade**. 2 ed. Petrópolis: VOZES, 1982. 152p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992. 88p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993. 142p.

SANTOS, M. **Metamorfose no espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996. 124p.

SAQUET, M. A. Agricultura familiar: elementos teóricos de abordagem. **Faz Ciência**. v.1, n.1, p. 90-98. Francisco Beltrão. 1997.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 162 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Normas para Publicações da UNESP*. v. 1, 2, 3 e 4. São Paulo, 1994.

VALVERDE, O. “**Geografia Agrária do Brasil**”. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. 1964.

VALVERDE; O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. 265p.

VEIGA; J. E. **A face rural do desenvolvimento, Natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Universidade, 2000, 197p.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1991. 219p.

WAIBEL, L. “**Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**”. CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA: Rio de Janeiro, 1958.

WAIBEL, L. H. As Zonas Pioneiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. ano XVII, n.4, outubro/dezembro, p. 390-442. São Paulo, 1955.

WELCH, C. GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 213p.

ANEXOS

ANEXO 01

**INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PROPRIEDADE - BASE DOS DADOS -
SAFRA 1998/99**

1. DADOS REFERENTES AO PRODUTOR

1.1. Nome:.....idade.....anos
Município de origem (nasceu onde?).....Estado.....

1.2. Escolaridade: () Analfabeto () 1º grau incompl. () 1º grau completo
() 2º grau incompl. () 2º grau compl.
() Superior incompl. () Superior compl.

1.3. Anteriormente morava: : () na cidade, () na área rural
Município em que morava antes?Estado.....

1.4. Condição anterior : Proprietário () Arrendatário/parceiro() Posseiro()
.....Empregado rural () Empregado na cidade ()
.....Outro. Qual?.....

1.5. Atualmente o local de moradia é () Área Urbana () Área Rural
Se estiver morando na zona urbana, citar o nome da cidade.....

1.6. Há quanto tempo possui a propriedade?
Razões de ter vindo para esta área:.....
.....

1.7. Número de pessoas da família que residem no imóvel - Total:

	Número	Número	Número
Homens	Com até 14 anos	De 14 até 65 anos:	Com + de 65 anos:
Mulheres	Com até 14 anos	De 14 até 65 anos:	Com + de 65 anos:

1.8. Nº de pessoas da família que exercem atividade remunerada? Adultos.....
Crianças.....

1.9. Qual o tipo de atividade econômica (trabalho) realizada pelos membros da família?
.....

1.10. Qual a renda familiar? Até 1 salário mínimo() De 1 a 3 salários()
De 3 a 5 salários() De 6 a 10 salários()
Mais de 10 salários()

2. DADOS REFERENTES À PROPRIEDADE:

2.1. Nome da propriedadeÁrea.....

	Hectares*	ou	Alqueires**
2.2. Área total da propriedade			
2.2. Área própria			
2.3. Área tomada em arrendamento/parceria:			
2.4. Área concedida (dada) em arrendamento			
2.5. Outros - Quais?			

3. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - Safra 1998/99

	Hectares	ou	Alqueires
3.1. Lavouras permanentes			
3.2. Lavouras temporárias			
3.3. Pastagens			
3.4. Área construída*			
3.5. Terras em descanso			
3.6. Área reflorestada			
3.7. Vegetação nativa			
3.8. Outros - Quais?			

3.9. Qual a atividade que proporciona mais renda na propriedade?

() Lavoura – Cultura.....

() Pecuária - Tipo de criação.....

() Outros - Quais?

4. DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Em caixas/toneladas/ sacas/arrobas - especificar a unidade de medida utilizada) - Safra 1997/98

Cultura (Especificar a unidade de medida)	Utilizada na propriedade	Venda para cooperativas	Venda para agroindús/	Venda para cerealistas	Venda para supermer/	Outros
4.1.1. Hortaliças						
4.1.2. Algodão						
4.1.3. Café						
4.1.4. Arroz						
4.1.5. Feijão						
4.1.6. Milho						
4.1.8. Laranja						
4.1.9. Cana-de-açúç/						
4.1.10. Limão						
4.1.11. Banana						
5.1.13. Pinha						
5.1.14. Coco-da-baía						
5.1.15. Outros						

5. ATIVIDADE PECUÁRIA- Safra 1998/99

Tipo:	N.º de cabeças:
5.1. Bovinos de corte	
5.2. Bovinos de leite	
5.3. Suínos - n.º total	
5.4. Frangos e galinhas	
5.5. Ovos	
Outros - Quais?	

6. DESTINO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA –(Quantidade de Kg e de dúzias para os ovos)

Safra 1998/99

Tipo	Utilizada na propriedade	Venda para cooperativas	Venda para frigoríficos/ agroindústrias	Venda para açougues/ supermerc.	Venda para outros produtores	Outros
6.1. Bovinos de corte						
6.2. Bovinos de leite						
6.3. Suínos						
6.4. Frangos e galinhas						
6.5. Ovos						
Outros Quais?						

7. REBANHO BOVINO

Tipos	Número	ou	Litros
7.1. Vacas em lactação - N.º			
7.2. Vacas secas – N.º			
7.3. Produção de leite total na safra – Litros			
7.4. Produção de leite total na entre-safra- Litros			

8. MANEJO SANITÁRIO- Safra 1998/99

	Número de vezes/ano	Quais meses
8.1. Desverminação		
8.2. Controle de ectoparasitos (carrapatos, moscas)		
8.3. Vacinação contra Febre Aftosa		
8.4. Uso de suplemento mineral		
8.5. Uso de sal		
8.6. Outras vacinações		
Quais?		

8.7. Instalações utilizadas para ordenha.....

8.8. Tem o bloco de produtor rural?.....() Sim () Não

9. FORÇA DE TRABALHO - Safra 1998/99

9.1 Qual o nº de pessoas da família que trabalham?.....
 Homens..... Mulheres..... Total.....

9.1.1. Quantos trabalham na propriedade?.....
 Homens..... Mulheres..... Total.....

9.1.2. Quantos trabalham fora em emprego rural?
 Homens..... Mulheres..... Total.....

9.1.3. Quantos trabalham fora em emprego urbano (na cidade)?.....
 Homens..... Mulheres..... Total.....

9.1.4. Existe alguém da família que esteja desempregado ou aposentado?.....

CONDIÇÃO	IDADE	SEXO
Aposentado		
Desempregado		

9.2. OCUPAÇÃO DOS RESIDENTES DA PROPRIEDADE

CONDIÇÃO		Até 14 anos		15 a 65 anos		Mais de 65 anos	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Desempregado							
Aposentado	R						
	U						
Diarista	R						
	U						
Assalariado Permanente	R						
	U						
Assalariado temporário	R						
	U						

9.3. Possui empregado na propriedade? () Sim () Não Quantos?.....
 Em que condições? () Diarista () Assalar// temporário () Assalar// permanente

10. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES:

10.1. É associado a cooperativa? () Sim () Não

Se a resposta for positivaQual (is)?.....

10.2. É membro de alguma associação de agricultores? () Sim () Não

Se sim, qual (is) ?.....

11.3. É filiado a algum sindicato? () Sim () Não

Se sim, qual (is) ?.....

11. MEIOS DE PRODUÇÃO : Disponíveis na safra 1998/99

	Nº		Nº
11.1. Tratores		11.15. Pulverizador costal	
11.2. Colheitadeiras		11.16. Quebrador de milho forrageira	
11.3. Arados de tração mecânica		11.17. Ordenhadeira mecânica	
11.4. Arados de tração animal		11.18. Ensilhadeiras de forragem	
11.5. Grade - Trator		11.19. Colhedeira de forragem	
11.6. Matraca		11.20. Carreta agrícola	
11.7. Grade de tração animal		11.21. Carroça	
11.8. Aparelho de irrigação		11.22. Charrete	
11.9. Plantadeira para plantio direto		11.23. Distribuidor de esterco líquido	
11.10. Pulverizador - Trator		11.24. Distribuidor de forragens	
11.11. Subsolador/escarificador		Outros, Quais?	
11.12. Distribuidor de calcário		11.25.	
11.13. Trilhadeira ou batedor		11.26.	
11.14. Semeadeira/adubadeira			

12. SISTEMAS AGRÍCOLAS E TÉCNICAS

12.1. Mecanização: sim () não ().

12.2. Curvas de nível: sim () não ().

12.3. Irrigação: sim () não ().

12.4. Calagem: sim () não ().

12.5. Adubação: sim () não () Química () Orgânica ().

12.6. Outras:.....

13. USO DA ÁGUA PARA A IRRIGAÇÃO:

13.1. () Açude

13.3. () Poço artesiano

13.2. () Córrego ou rio

13.4. () Poço semi-artesiano

14- FONTE DE ENERGIA USADA PARA A IRRIGAÇÃO? E QUAL O CUSTO?

- 14.1. Elétrico ()
 14.2. Diesel ()
 14.3. Custo mensal _____

15. ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- 15.1. () Oficial
 15.2. () Particular
 15.3. () Própria
 15.4. () Cooperativa
 Outro(s)-Qual(is)? _____

1.5.5. Qual a periodicidade das visitas do(s) técnico(s)?

- () Semanal () Quinzenal () Mensal
 () Trimestral () Semestral () Anual
 () Quando solicitada.

1.6. FINANCIAMENTO: (custeio e investimento)

- 1.6.1. Costuma fazer financiamento? () Sim () Não
 Qual?.....Custeio() Investimento() Custo / Investimento()
 Com quem?.....() Bancos () Cooperativas () Associ/ produtores
 () Particular Outros? Quais?.....

17. INFRA-ESTRUTURA DA UNIDADE:

- 17.1. Energia elétrica:() Sim () Não
 17.2. Telefone() Sim () Não
 17.3. Depósitos para produtos:
 Acondicionadom² ou sacas
 SilosToneladas

17.4. Oficina (desde pequenos reparos em máquinas e implementos)

- () Sim..... () Não
 Outros? Quais?

18. CONDIÇÕES DA MORADIA DO AGRICULTOR

- 18.1 Número de pessoas que moram na casa:
 18.2. Material de construção da casa
 () madeira () alvenaria () mista
 () pau a pique () outros :.....
 18.3. Metragem da casa (m2).....
 18.4. Número de Cômodos
 18.5. Número de quartos
 18.6. Tipo de piso da casa () madeira () alvenaria () chão batido

- 18.7. Idade da casa (anos)
- 18.8. Tipo de cobertura () telha barro () telha amianto () telha zinco
() Outros:
- 18.9. Água: ()..... Como?.....
Se de poço, profundidade:

19. BENS DE CONSUMO DURÁVEIS DISPONÍVEIS

- 19.1. Televisão () Não () Sim. Se sim, quantas?.....
- 19.2. Vídeocassete () Não () Sim. Se sim, quantos?.....
- 19.3. Geladeira () Não () Sim. Se sim, quantas?.....
- 19.4. Freezer () Não () Sim. Se sim, quantos?.....
- 19.5. Veículo de passeio: ()Sim ()Não

20. PRINCIPAL TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA FAMÍLIA DO AGRICULTOR

- () Automóvel () Carroça () Bicicleta () Trator
() Ônibus () Outros, quais ? _____

21. TEM PLANO DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA NA PROPRIEDADE?

- 21.1. Sim ()
- 21.2. Não ()
- 21.3. Quais culturas pretende ampliar:
.....

22. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES?

- 22.1. () Falta de incentivo do Estado
- 22.2. () Dificuldade de comercialização
- 22.3. () Falta de assistência técnica
- 22.4. () Falta de mão-de-obra especializada
- 22.5. () Falta de melhorias técnicas de cultivo
- 22.6. () Disponibilidade de água
- 22.7. () Outras - Quais?.....

23. A PROPRIEDADE COMO ESPAÇO DE LAZER:

- 23.1. Quais as atividades de lazer mais procuradas pela família?

- 23.2. Onde os proprietários executam seu lazer:
() Na própria propriedade
() Nas propriedades vizinhas
() Na vila (cidade)
- 23.3. A propriedade é utilizada como espaço de lazer que proporciona renda?
() Sim () Não

ANEXO 02**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Data:/...../.....

Nº.....

Identificação:

Nome do entrevistado:.....

Função ou profissãoidade.....

Levantamento da história da Fazenda:

Antes do Estado a quem pertenceu a Fazenda?.....

Quando surgiram as famílias reivindicando posse na Fazenda?.....

Por que algumas famílias ainda não possuem o título da terra?.....

Qual o relacionamento da população urbana com a população da Fazenda.....

Participação do Estado:

Qual a participação do governo na partilha da Fazenda?.....

Quanto ao futuro:

Quais as perspectivas para a Fazenda no futuro?.....

O que acha que poderia ser feito para melhorar a vida das famílias da

Fazenda?.....

ANEXO 03

ALUGA-SE
CHÁCARA EM MERIDIANO A 15 KM DE FERNANDÓPOLIS



Para Lazer, Festas, Eventos e Reuniões

Casa c/ 3 dorm. - 2 Banheiros, Sala, Cozinha, toda mobiliada - TV, Vídeo-Game, Ventiladores, Freezer, Geladeira, Fogão, Churrasqueira, Etc.



MINI CAMPO, PISCINA, PLAY-GROUND, MESA DE BILHAR, ETC.

“Folder” utilizado na campanha publicitária para divulgação de chácaras de lazer no assentamento da Fazenda Jacylândia.

ANEXO 04

Tabela 01 - População, Urbana e Rural do Município de Meridiano. 1960 - 2000

Meridiano-SP		1960	1970	1980	1991	2000
	Urbana	980	1.327	1.468	1.987	2.657
	Rural	4.966	4.442	2.294	1.797	1.319
	Total	5.946	5.799	3.762	3.784	4.025

Fonte: FIBGE–Censos Demográficos do Estado de São Paulo e 1960, 1970,1980, 1991 e 2000
(Dados referentes ao gráfico da página 13)

Tabela 02 - Composição Etária dos Proprietário

Idade	Total de proprietários residentes
20 a 30	02
31 a 40	09
41 a 50	13
51 a 60	16
61 a 70	14
Mais de 70	06

Fonte: questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 57)

Tabela 03 – Nível De Instrução dos Proprietários

Instrução	Total de proprietários residentes
Analfabeto	14
Ensino Fundamental Incompleto	24
Ensino Fundamental Completo	10
Ensino Médio Incompleto	4
Ensino Médio Completo	4
Superior Incompleto	3
Superior Completo	1

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 59)

Tabela 04 - Local de Moradia Anterior dos Produtores

	Total de proprietários residentes
Área Urbana	11
Área Rural	49

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 64)

Tabela 05 – Condição do Produtor Anterior à Vinda para a Terra

Condição	Total de proprietários
Proprietário	20
Posseiro	-
Arrendatário/Parceiro	21
Empregado Rural	11
Emprego na Cidade	06
Outro	02

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 60)

Tabela 06 – Estado de Origem dos Sitiantes (Ocupantes Atuais das Terras) Fazenda Jacylândia

Estados	Total de proprietários
Bahia	9
Minas Gerais	1
Pernambuco	1
Piauí	1
São Paulo	47
Outros	1

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 61)

Tabela 07 - Tempo que Possui a Terra

Tempo	Nº de proprietários	%
01 a 10 anos	17	28,3
11 a 20 anos	06	10,0
21 a 30 anos	15	25,0
31 a 40 anos	08	13,4
Mais de 40 anos	10	16,6
Não responderam	04	6,7

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 63)

TABELA 08 – Estrutura Fundiária do Município de Meridiano-SP – 1960-1995/6

Nº de estabelecimentos

Ano	1960		1970		1975		1980		1985		1996	
Classes (ha)	Nº de estabele//	%	Nº de estabele//	%	Nº de estabele//	%	Nº de estabele//	%	Nº de estabele//	%	Nº de estabele//	%
	486	77,14	162	41,33	79	34,80	191	47,39	171	43,85	102	33,89
	75	11,90	115	29,34	45	19,82	110	27,30	102	26,15	83	27,57
	38	6,03	67	17,09	49	21,59	57	14,14	66	16,92	55	18,27
	5	0,79	14	3,57	19	8,37	15	3,72	16	4,10	25	8,31
	9	1,43	16	4,08	11	4,85	10	2,48	11	2,82	14	4,65
	7	1,11	11	2,81	17	7,49	13	3,23	15	3,85	10	3,32
	8	1,27	3	0,77	2	0,88	3	0,74	6	1,54	10	3,32
	2	0,32	4	1,02	5	2,20	4	0,99	3	0,77	2	0,66
TOTAL	630	100	392	100	227	100	403	100	390	100	301	100

Grupos de Área

Ano	1960		1970		1975		1980		1985		1996	
Classes (ha)	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
	2687	15,31	1005	4,94	544	2,55	1181	5,84	1105	4,96	640,20	3,09
	1038	5,91	1579	7,76	636	2,98	1493	7,39	1443	6,48	1795,30	8,66
	1152	6,56	1997	9,82	1543	7,22	1694	8,38	2019	9,07	1624,50	7,84
	356	2,03	942	4,63	1236	5,78	1133	5,61	1066	4,79	1785,00	8,61
	1301	7,41	2228	10,95	1660	7,77	1588	7,86	1526	6,85	2199,60	10,61
	2212	12,60	3364	16,54	5128	24,00	3894	19,27	4774	21,43	3146,70	15,18
	5959	33,94	2098	10,32	1854	8,68	2882	14,26	4954	22,24	7261,10	35,02
	2851	16,24	7125	35,03	8766	41,03	6345	31,40	5385	24,18	2280,80	11,00
TOTAL	17556	100	20338	100	21367	100	20210	100	22272	100	20733,20	100

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

(Dados referentes ao gráfico da página 73)

TABELA 09 – Condição do Produtor no Município de Meridiano/ 1960-1995/6

Nº de Estabelecimentos

Classes	1960		1970		1975		1980		1985		1996	
		%		%		%		%		%		%
Proprietário	81	12,8	150	38,3	148	65,2	230	57,0	184	47,2	252	84,8
Arrendatário	492	77,9	242	61,7	2	0,8	6	1,5	27	6,9	10	3,4
Parceiro	0	0	0	0	75	33,2	140	34,8	116	29,8	28	9,4
Ocupante	31	4,9	0	0	2	0,8	27	6,7	63	16,1	7	2,4
Outros	28	4,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	632		392		227		403		390		297	

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Área (ha)

Classes	1960		1970		1975		1980		1985		1996	
		%		%		%		%		%		%
Proprietário	6.070	26,4	16.959	83,4	20.221	94,6	18.051	89,9	19.083	88,7	19.051	95,7
Arrendatário	3.564	15,5	3.369	16,6	28	0,1	355	1,8	1.123	5,3	350	1,8
Parceiro	0	0	0	0	1.107	5,2	1.517	0,7	1.190	0,5	28	0,1
Ocupante	260	1,1	0	0	13	0,1	289	7,6	881	5,5	475	2,4
Outros	13.136	57,0	0	0	0		0	0	0		0	0
Total	23.030		20.328		21.369		20.212		22.277		19904	

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

(Dados referentes ao gráfico da página 76)

TABELA 10 - Utilização das Terras no Município de Meridiano-SP - 1960-1995/6**Nº de Propriedades**

Classes	1960		1970		1975		1980		1985		1995/6	
		%		%		%		%		%		%
Lavouras Permanentes	200	22,2	106	15,9	135	27,9	324	42,2	307	36,5	130	20,2
Lavouras Temporárias	504	56,2	318	47,6	140	28,9	170	22,1	200	23,8	170	26,4
Pastagens Naturais	54	6,0	41	6,2	6	1,2	4	0,5	12	1,5	6	0,9
Pastagens Plantadas	70	7,8	115	17,1	138	58,5	219	28,5	219	26,0	246	38,1
Matas e Florestas	39	4,4	82	12,2	59	12,2	37	4,8	83	9,9	81	12,6
Terra em Desc. E Terras Não Útil	31	3,4	7	1,0	6	1,2	15	1,9	19	2,3	12	1,8
Total	898		669		484		769		840		645	

Área (ha)

Classes	1960		1970		1975		1980		1985		1996	
		%		%		%		%		%		%
Lavouras Permanentes	2.390	11,4	1.663	8,4	1.870	8,9	1.930	9,8	2.517	11,5	1.594	8,2
Lavouras Temporárias	3.425	16,4	4.332	21,6	2.051	9,7	1.709	8,6	2.897	13,2	2.482	12,8
Pastagens Naturais	5.123	24,5	4.468	22,4	1.660	7,9	13	0,06	1.281	5,8	343	1,7
Pastagens Plantadas	6.307	30,1	7.185	36,0	14.731	69,9	14.942	75,5	13.631	61,9	13.292	68,4
Matas e Florestas	1.060	5,0	2.191	11,0	637	3,0	1.179	6,0	1.169	5,3	1.657	8,6
Terra em Desc. E Terras Não Útil	2.633	15,6	118	0,6	131	0,6	80	0,4	506	2,3	62	0,3
Total	20.938		19.957		21.080		19.853		22.001		19.430	

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6

(Dados referentes ao gráfico da página 79)

Tabela 11 – Utilização da Terra na Fazenda Jacylândia

Condições	Nº de Propriedade	%
Lavouras permanentes	17	6
Lavouras temporárias	22	8
Pastagens	236	79
Área reflorestada	11	4
Vegetação nativa	4	1
Área construída	7	2
Terra em descanso	0	0

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 93)

Tabela 12 - Efetivo Bovino do Município de Meridiano-SP - 1960-1995/6

	Efetivo Bovino	Índice = 100 em 1960 (%)
Anos	Nº de Cabeças	
1960	8412	100.00
1970	14318	170.21
1975	17781	211.38
1980	17511	208.17
1985	19288	229.29
1990	16133	191.79
1996	21071	250.49
1999	23540	279.84

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.
(Dados referentes ao gráfico da página 98)

Tabela 13 - Número de Estabelecimentos Agropecuários com Utilização de Defensivos (Animais e Vegetais), Adubos Químicos e Calcário no Município de Meridiano-SP 1960-1985

	Adubação Química	Adubação Orgânica	Uso de Calcário	Defensivos Vegetais	Defensivos Animais	Prática de Conservação do solo
1960	70	6.307	-	-	-	-
1970	115	7.185	-	-	-	-
1975	138	14.731	7	112	100	29
1980	219	14.942	12	174	266	270
1985	219	13.631	54	155	156	170

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985.
(Dados referentes ao gráfico da página 109)

TABELA 14 - Números de Arados de Tração Animal e de Tração Mecânica no Município de Meridiano-SP - 1960-1996

	Tração Animal	Tração Mecânica
1960	-	-
1970	1.345	92
1975	399	89
1980	1.218	178
1985	346	128
1995/6	243	347

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6. (Dados referentes ao gráfico da página 111)

Tabela 15 – Utilização de Assistência Técnica

Tipo de assistência	Nº	%
Oficial	47	79
Particular	2	3
Nenhuma	5	8
Não responderam	6	10

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 112)

Tabela 16 – Renda Familiar na Fazenda Jacylândia

Valor recebido (em salário mínimo)	Nº de família
Até 1	3
De 1 a 3	19
De 3 a 5	12
De 6 a 10	9
Mais de 10	2
Não responderam	5

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Data: 10/99 (Dados referentes ao gráfico da página 128)

ANEXO 05**Estrutura Fundiária – Área de Compromisso - 1976****classe 0 - 3**

0

Total de propriedades: 0

Total de proprietários: 0

Área em ha : 0

classe 3 - 6

4.55

Total de propriedades: 1

Total de proprietários: 1

Área em ha : 4.55

classe 6 - 9

8.47 - 7.6 - 8.81 - 8.66 - 7.97 - 8.67 - 8.47 - 8.73 - 8.76 - 7.5

Total de propriedades: 10

Total de proprietários: 10

Área em ha : 83.64

classe 9 – 1211.87 - 11.82 - 9.1 - 10.58 - 10.89 - 11.77 - 9.83 - 11.5 - 10.38 - 10.89 - 9.02 -
9.15 - 11.62 - 11.69 - 9.68 - 9.3 - 9.44 - 9.85 - 9.2 - 9.15 - 10.17 - 10.1 - 11.53 -
11.06 - 9.4 - 11.52 - 9.98 - 10.45 - 11.75 - 9.68 - 10.72 - 10.41

Total de propriedades: 32

Total de proprietários: 32

Área em ha : 333.50

classe 12 – 15

13.42 - 12.52 - 12.1 - 13.31 - 14.37 - 12.83 - 14.52 - 13.73 - 12.1 - 14.04 - 12.63
- 13.22 - 12.73 - 12.1 - 14.52 - 12.43 - 14.4 - 14.16 - 12.9 - 12.1 - 12.62 - 12.1 -
12.1 - 13.83 - 12.34 - 14.8 - 12.92 - 13.92 - 13.25 - 12.32 - 12.14 - 12.1 - 12.1 -
14.01 - 12.46 - 14.06 - 12.54 - 12.1 - 12.1 - 12.1 - 12.82

Total de propriedades: 41

Total de proprietários: 41

Área em ha : 532.86

classe 15 -18

17.56 - 17.69 - 16.07 - 15.86 - 15.01 - 17.72 - 17.43 - 16.7 - 17.71 - 17.43 - 16.7
- 15.11 - 16.05 - 17.19 - 17.33 - 17.19 - 16.46

Total de propriedades: 17

Total de proprietários: 17

Área em ha : 285.21

classe 18-21

18.15 - 18.4 -20.88 - 20.09 - 19.77

Total de propriedades: 5

Total de proprietários: 5

Área em ha : 97.29

classe 21 - 24

22.99 - 23.72 - 21.91 - 23.24 - 23.38 - 23.11 - 23.09 - 21.78 - 21.86 - 22.03 -
21.82 - 22.99

Total de propriedades: 12

Total de proprietários: 12

Área em ha : 271.92

classe 24 - 27

24.17 - 24.18 - 24.2 - 24.2 - 24.2 - 25.33

Total de propriedades: 6

Total de proprietários: 6

Área em ha : 146.28

classe 27- 30

0

Total de propriedades: 0

Total de proprietários: 0

Área em ha : 0

classe > 30

30,87

Total de propriedades: 1

Total de proprietários: 1

Área em ha : 30.87

Estrutura Fundiária – Área do Levantamento da CESP – 1985**classe 0 - 3**

1.4341

Total de propriedades: 1

Total de proprietários: 1

Área em ha : 1.4341

classe 3 - 6

3.7377 - 4.215 - 4.7178 - 4.7295 - 5.4915 - 5.6799

Total de propriedades: 6

Total de proprietários: 6

Área em ha : 28.5714

classe 6 – 96.8926 - 6.9065 - 7.1533 - 7.2132 - 7.2492 - 7.2778 - 7.478 - 7.7246 - 7.7341 -
7.7526 - 7.8707 - 7.9539 - 8.0652 - 8.2382 - 8.8307 - 8.89 - 8.8958 - 8.9309 -
8.9343

Total de propriedades: 18

Total de proprietários: 18

Área em ha : 140.9916

classe 9 -12

9.0021 - 9.071 - 9.1098 - 9.4415 - 9.4841 - 9.6158 - 9.6282 - 9.7013 - 9.7727 -
9.792 - 9.8169 - 9.8935 - 9.9153 - 9.9307 - 10.0217 - 10.0484 - 10.0533 -
10.1538 - 10.1727 - 10.2738 - 10.4019 - 10.684 - 10.7289 - 10.744 - 10.8772 -
10.9137 - 11.0807 - 11.1131 - 11.1465 - 11.4486 - 11.4727 - 11.6464 - 11.7315
- 11.8344 - 11.901

Total de propriedades: 35

Total de proprietários: 35

Área em ha : 362.6232

classe 12 - 15

12.0149 - 12.0253 - 12.0797 - 12.1482 - 12.1906 - 12.1911 - 12.2111 - 12.2337
- 12.2415 - 12.2493 - 12.6579 - 12.6768 - 12.7531 - 12.8761 - 12.9484 -
12.9493 - 13.0769 - 13.1379 - 13.2021 - 13.262 - 13.3452 - 13.3755 - 13.4208
- 13.4531 - 13.4724 - 13.5289 - 13.9358 - 14.01 - 14.0774 - 14.2549 - 14.2881 -
14.4368 - 14.495 - 14.7918 - 14.8654 - 14.9038 - 14.9734

Total de propriedades: 37

Total de proprietários: 37

Área em ha : 490.7542

classe 15 – 18

15.2321 - 15.2321 - 15.3018 - 15.4143 - 15.4691 - 15.7466 - 15.8937 - 16.6322
- 16.823 - 16.9568 - 17.2581 - 17.3441 - 17.8022 - 17.8849

Total de propriedades: 14

Total de proprietários: 14

Área em ha : 228.991

classe 18 – 21

18.1325 - 18.1839 - 18.1946 - 18.1946 - 18.811 - 19.0863 - 19.0998 - 19.1074 -
19.1325 - 19.8645

Total de propriedades: 10

Total de proprietários: 10

Área em ha : 187.8071

classe 21 – 24

21.4428 - 21.5253 - 21.8898 - 21.9773 - 22.9933 - 23.1936 - 23.1941 - 23.2591
- 23.2643 - 23.4385 - 23.7587 - 23.9525

Total de propriedades: 12

Total de proprietários: 12

Área em ha : 273.8893

classe 24 - 27

24.0054 - 24.0761 - 24.1817 - 24.8929 - 24.9201 - 25.2713 - 25.4773

Total de propriedades: 7

Total de proprietários: 7

Área em ha : 172.8248

classe 27 - 30

0

Total de propriedades: 0

Total de proprietários: 0

Área em ha : 0

classe > 30

31.5863

Total de propriedades: 1

Total de proprietários: 1

Área em ha : 31.586

FAZENDA JACILÂNDIA

MERIDIANO E VALENTIN GENTIL

ÁREA 1912,00 Ha

ÁREA DA FEPASA - 6,0 HA

ÁREA DAS ESTRADAS INTERMUNICIPAIS

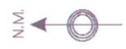
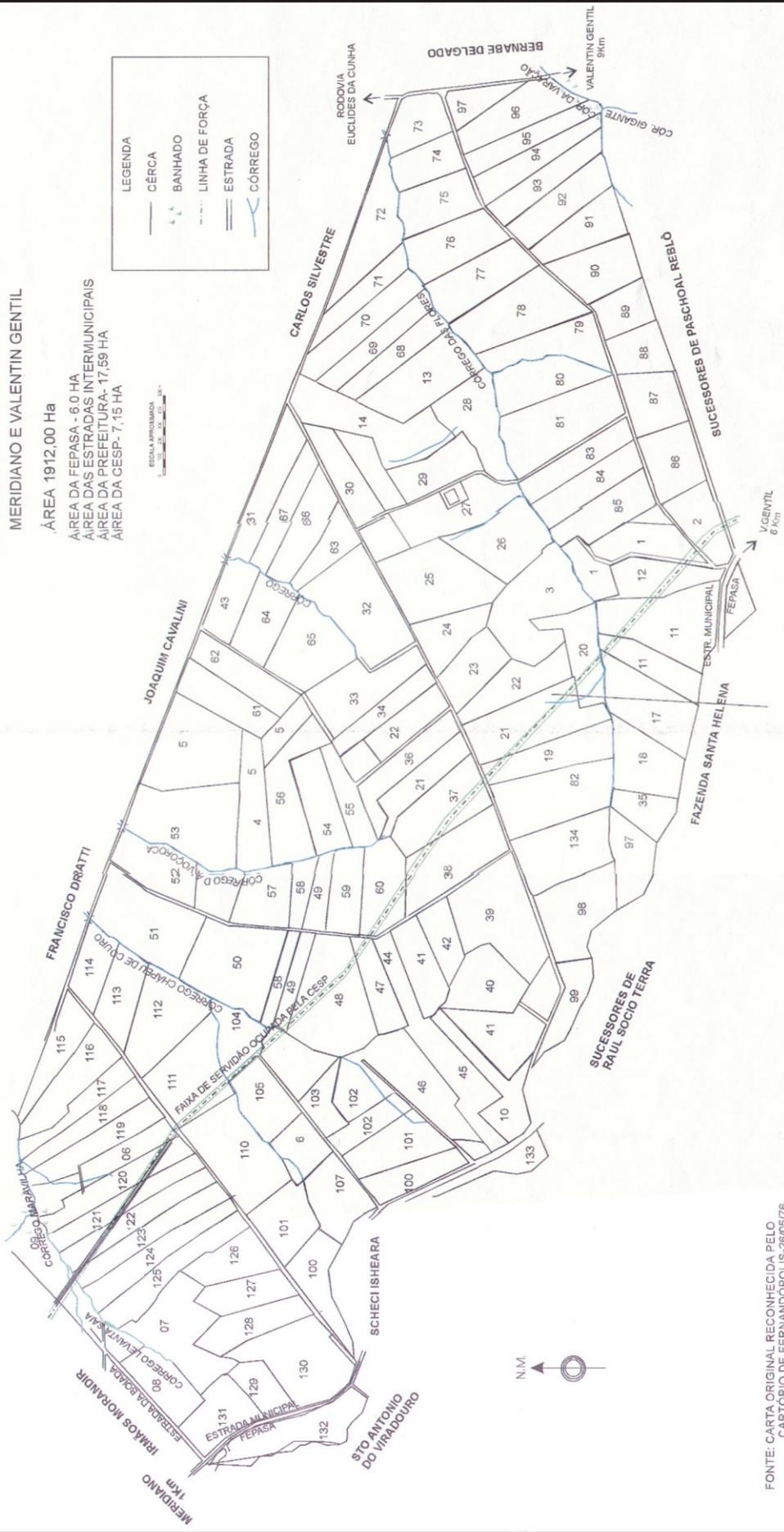
ÁREA DA PREFEITURA - 17,59 HA

ÁREA DA CESP - 7,15 HA

LEGENDA

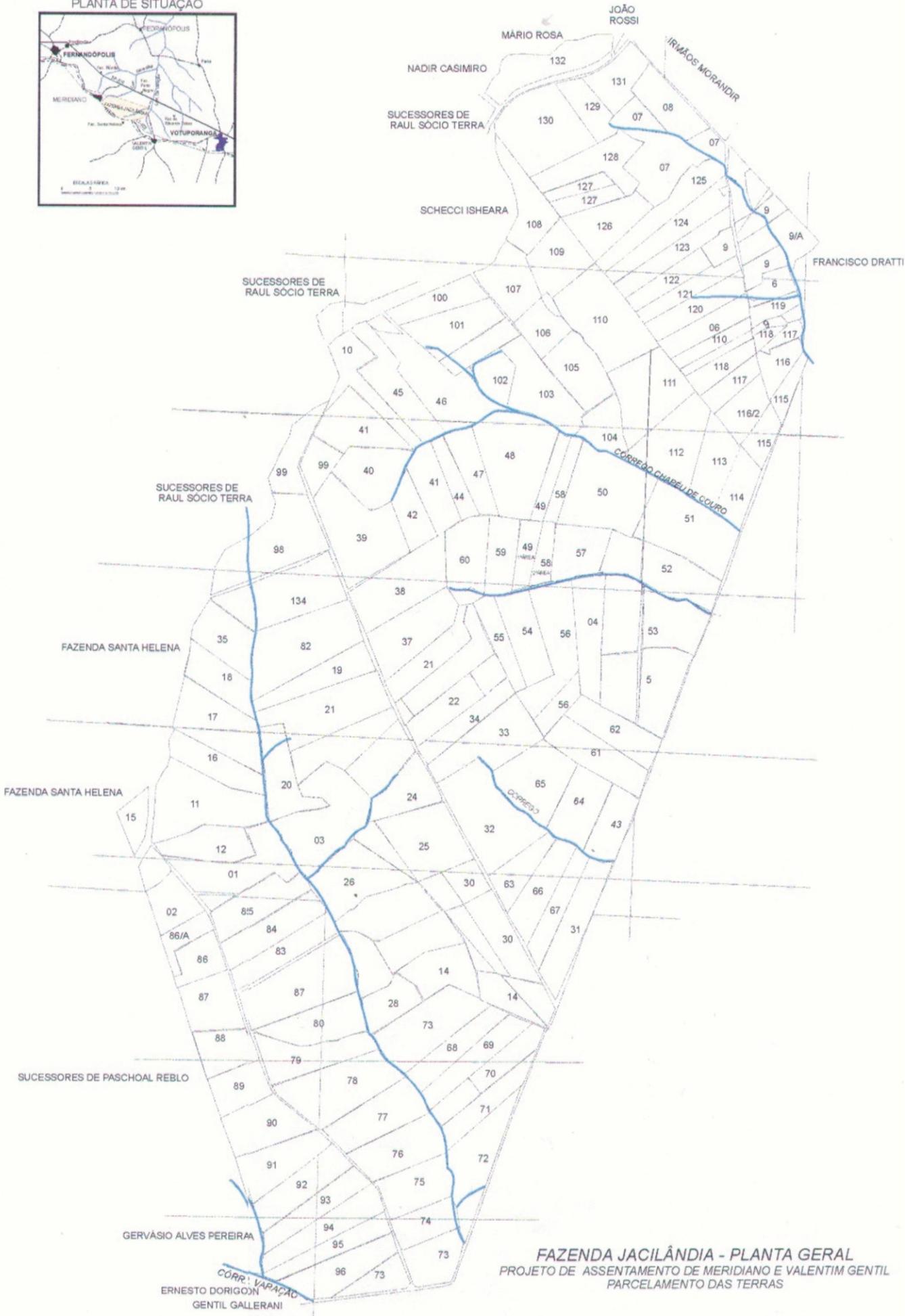
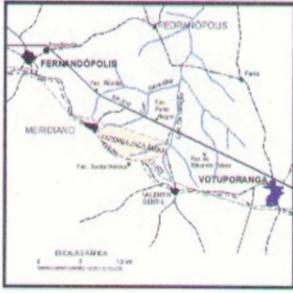
- CÉRCA
- BANHADO
- - - LINHA DE FORÇA
- == ESTRADA
- ~ CÓRREGO

ESCALA APROXIMADA



FONTE: CARTA ORIGINAL RECONHECIDA PELO
 CARTÓRIO DE FERNANDÓPOLIS-2605/76
 EDIÇÃO GRÁFICA: MARIA S. AKINAGA BOTTI

PLANTA DE SITUAÇÃO



FAZENDA JACILÂNDIA - PLANTA GERAL
 PROJETO DE ASSENTAMENTO DE MERIDIANO E VALENTIM GENTIL
 PARCELAMENTO DAS TERRAS